

Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco

13.^a Reunião
(9 de dezembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 9 horas e 12 minutos.

O Dr. Ricardo Salgado (ex-presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo), após uma intervenção inicial, respondeu aos Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), Pedro Nuno Santos (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE), Pedro Saraiva (PSD), Bruno Dias (PCP), Duarte Filipe Marques (PSD), Filipe Neto Brandão (PS) e Pedro Alves e Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 14 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a reunião.

Eram 9 horas e 12 minutos.

Vamos dar início a mais uma audição, nestes nossos trabalhos, desta feita do Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, que cumprimento.

O Sr. Dr. Ricardo Salgado fará uma intervenção inicial longa — e, quando digo longa, quero dizer que durará para além de uma hora — e, depois, responderá a todas as perguntas que os Srs. Deputados formularem.

Peço aos Srs. Jornalistas um bocadinho mais de silêncio, para nos permitirem começar a trabalhar.

Dou, desde já, a palavra ao Sr. Dr. Ricardo Salgado para iniciar a sua intervenção.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado** (ex-Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo): — Sr. Presidente da Comissão de Inquérito, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Muito obrigado pela oportunidade que me dão de vos apresentar um primeiro testemunho sobre os factos que levaram à situação publicamente conhecida do Grupo Espírito Santo (GES) e do Banco Espírito Santo (BES) e, desde já, manifesto a minha total disponibilidade para aqui regressar, se for esse o entendimento da Comissão.

Peço e agradeço a vossa compreensão para o tempo que esta minha intervenção inicial vos tomará.

Apenas para recordar, em quase seis meses, depois dos factos que sucederam no início de agosto, nunca tive oportunidade de falar, remeti-me ao silêncio, apenas num determinado momento e, por insistência dos

jornalistas, fiz uma referência de que estava a trabalhar para defender a dignidade e honra da minha família, e a minha. E, se me permitirem, há um muito velho provérbio chinês, que diz que o leopardo, quando morre, deixa a sua pele e um homem, quando morre, deixa a sua reputação.

Portanto, é também por isso que estou hoje aqui convosco, com uma missiva um pouco longa, e peço desculpa pelo incómodo, mas é um trabalho que resulta da profunda reflexão que foi feita durante estes quase seis meses da situação em que me encontro.

Neste momento, cabe-me apenas enunciar os factos que antecederam a situação vivida até 13 de julho, data em que cessei as funções de membro do conselho de administração do Banco Espírito Santo e de presidente da respetiva comissão executiva. Ficaré para mais tarde a minha interpretação dos mesmos e, para a História, o juízo definitivo sobre o acerto das atuações do poder político e regulatório, que é, constitucional e legalmente, o objeto da competência da Assembleia da República.

Também gostaria de vos dizer que, nos 22 anos em que fui presidente da comissão executiva do BES — e em que, naturalmente, maior foi a minha projeção pública, em termos de visibilidade e responsabilidade —, foi sempre exemplar e inequívoca a unidade e a solidariedade de todos os membros da comissão executiva. Nunca foi necessário proceder a uma única votação para encontrar consensos e nunca se quebrou a unanimidade na deliberação do órgão. O mesmo aconteceu no conselho de administração, onde estavam representados a ESFG (Espírito Santo Financial Group), a *holding*-mãe do sector financeiro, até 13 de julho, e o Crédit Agricole, até à medida de resolução.

De 1991 a 9 de setembro deste ano, fui presidente do conselho de administração da ESFG.

Também no plano do GES existia uma igualdade de estatuto que foi sempre respeitada. Outros elementos do GES foram presidentes da ESI (Espírito Santo International), a *holding*-mãe, e da Rioforte.

Os membros do conselho superior do Grupo, representantes dos cinco grupos controladores da Espírito Santo Control, acionista da ESI, tinham um estatuto de absoluta equiparação.

Independentemente da natural liberdade de cada qual, a regra observada nos órgãos do GES foi sempre, ao longo dos anos, a do consenso solidário, que era a consequência e o sinal da unidade de uma família e de um grupo.

Uma última observação prévia. Durante semanas e meses a fio, a minha família e eu próprio fomos julgados sumariamente na opinião pública com acusações de ilegalidades, de fugas em escassas semanas de centenas de biliões de euros destinados a enriquecer-nos em *offshore*, de fortunas pessoais escondidas na Ásia, de mansões em Miami e de castelos na Escócia. Tudo histórias totalmente falsas mas que acabaram por ocultar a verdade dos factos.

Em 22 anos de presidente da comissão executiva do BES, terei, certamente, tomado decisões que poderão não ter sido as mais adequadas, mas quero acreditar que os meus últimos seis meses e treze dias à frente do Banco — qualquer que seja o juízo formulado — não são mais reveladores sobre a ação das equipas que liderei do que um histórico de 22 anos, nacional e internacionalmente reconhecido, e o exercício da profissão durante mais de 40 anos, 18 dos quais no estrangeiro.

Para enquadrar, de uma forma simplificada, o que se passou, entre o final do ano de 2013 e julho de 2014, recordarei três pontos essenciais: a crise internacional; a sua repercussão no nosso País; e a intervenção da troica na área financeira.

Começo por destacar uma evidência muitas vezes esquecida: a crise do GES não se pode dissociar da crise, sem precedentes, que afetou, desde 2007, a economia mundial, a economia europeia e, naturalmente, a frágil economia portuguesa.

Acerca da crise internacional, bem como dos respetivos efeitos em Portugal, enviarei à Comissão, logo que concluído e se assim for entendido útil, um estudo da SAER (Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco, Lda), com a colaboração do Sr. Prof. Avelino Jesus, sobre o qual fundamentei a minha perspetiva dos acontecimentos e de que destacarei, agora, apenas três traços relevantes. O primeiro é o de que a riqueza criada caiu a pique e o PIB da zona euro está 15% abaixo do que foi estimado, em 2008, pelo FMI.

O segundo é o do fracasso sistemático das previsões económicas. As previsões da OCDE acerca do crescimento entre 2007 e 2012 erraram na previsão anual, em média, 2,4% para os países da periferia do euro, como Portugal. E o mesmo sucedeu com as antevisões do FMI.

O terceiro, e o mais importante, foi o financeiro. O pânico gerado pela falência do Lehman Brothers foi o princípio de um efeito dominó, que obrigou o Governo americano a injetar 7 triliões de dólares na economia dos Estados Unidos. A crise financeira nos Estados Unidos propagou-se à Europa e determinou a estagnação da economia europeia — particularmente agravada na Irlanda e em todo o sul europeu.

O caso Lehman — banco de investimento especializado e global, mas pequeno em termos da economia norte-americana — teve efeitos devastadores que hoje motivam, generalizadamente, juízos críticos, os quais recaem sobre a atuação dos reguladores e dos supervisores, à época, e também sobre a omissão do Governo dos Estados Unidos, que preferiu não

intervir, por considerações políticas, assim detonando uma crise sem precedentes que o forçaria depois a lançar triliões sobre a economia.

Nomes tão diversos como Tim Geithner, Paulson, Kaletsky e Martin Wolf apontam a falência do Lehman como uma decisão com consequências trágicas, designadamente a nível do risco sistémico.

O que se passou com o Lehman deve ser retido na evocação do percurso do Banco Espírito Santo, pois este, embora centrado na economia portuguesa, tinha um peso relativo maior nesta — com cerca de 20% de quota de mercado, 2 milhões de clientes no retalho, 25,5% de quota nas empresas e 30% de quota no comércio externo. As consequências da crise em Portugal foram particularmente violentas — perda acumulada do PIB de 17,6%, entre 2008 e 2013, muito superior aos 10,8% da zona euro e a terceira maior queda, atrás da Espanha, que caiu 29,7%, e da Grécia, que registou uma quebra de 38,2%.

Entre 2008 e 2014, em Portugal, a queda do produto potencial foi de 9,7%. De 2001 a 2011, o rácio da dívida total da economia/PIB passou de 589% para 898%, registando uma aceleração de 53%.

No período de 2001 a 2011, o rácio da dívida das empresas financeiras/PIB passou de 258% para 423%, sofrendo assim uma aceleração de 64%. E, por exemplo, a quebra do investimento em habitação foi, entre 2007 e 2013, de 64,9%, para uma queda de 25,2% na zona euro.

A crise em Portugal — agravada por causas anteriores, como forte inflação, elevado défice da balança externa, excessivo endividamento económico e público — foi ainda aprofundada pelo massacre das agências de *rating* em 2011. O ataque aos *ratings* da República iniciou-se em 16 de março, pela Moody's, seguido, em 24 de março, pela Fitch e pela Standard & Poor's. Esta última voltou a rever em baixa o *rating* no dia 30 de março; em 4 de abril, a Fitch também voltou a rever em baixa o *rating* da

República; e, no dia 5, foi a vez da Moody's. A DBRS desceu os *ratings* em 24 de maio e em 21 de outubro e, em 5 de julho, a Moody's colocou o *rating* da República dois níveis abaixo do *investment grade*. Consequências imediatas: a paralisação dos fluxos de capital do exterior, que deixaram de investir na dívida pública portuguesa, na dívida dos bancos e na dívida privada em geral, determinando a queda na Bolsa de Valores e a quebra acentuada do investimento imobiliário, acarretando uma drástica desvalorização dos ativos das empresas e das instituições de crédito.

Entre dezembro de 2010 e setembro de 2011, a Bolsa portuguesa caiu 21,2%, as ações do Banco Espírito Santo caíram 49,7%, as do BPI 57,8% e as do BCP 70,9%. Não obstante, em outubro de 2011, o Banco Espírito Santo liderava as perspectivas dos analistas de ações ibéricas: comprar 43%, manter 43% e vender 14%, à frente do BBVA e do Santander.

Perante a gravidade da situação do sistema financeiro, a Associação Portuguesa de Bancos (APB), presidida pelo Prof. António de Sousa, apresentou, ao Governo e à troica, uma proposta para colmatar algumas das desvantagens estruturais da banca nacional, em face das congéneres europeias. Tratava-se de enfrentar a dependência do Banco Central Europeu por falta de acesso aos mercados, o custo dos depósitos, a exigência de desalavancagem a ritmo acelerado e de rácios de capital mais exigentes do que os impostos a outros bancos europeus e, por fim, a exposição a fundos de pensões com benefícios garantidos.

A proposta da APB, estruturada pelo Banco Espírito Santo, com o apoio da McKinsey, contemplava a criação de um veículo comum ao sistema para alavancar as disponibilidades previstas no Memorando da troica, com faculdade de emissão de obrigações, a colocar no mercado ou diretamente no Banco Central Europeu (BCE). Este veículo não era um

banco mau, já que os ativos bancários seriam transferidos, devidamente provisionados, e cada banco participaria no capital do veículo na proporção dos ativos transferidos.

A proposta enumerava ainda seis medidas, uma das quais na área da responsabilidade com pensões e saúde. O Governo e a troica não aceitaram senão a transferência para o Estado de liquidez correspondente a cerca de 50% dos Fundos de Pensões e, mesmo essa, sem que a Comissão Europeia autorizasse o Estado a cumprir, nos termos fixados, a obrigação assumida de recomprar aos bancos os créditos sobre o próprio Estado e as autarquias.

Assim, Portugal não teve o apoio europeu concedido aos bancos irlandeses (85 biliões de euros), aos gregos (50 biliões de euros, dos quais estão utilizados, nesta altura, cerca de 38,5 biliões de euros e, além disso, como sabem, a Grécia teve um perdão de dívida de cerca de 50% de 100 biliões de euros) e aos espanhóis (100 biliões de euros, apesar de a troica não ter entrado em Espanha). Em Espanha e na Irlanda foram utilizados *bad banks*.

Eram evidentes os estrangulamentos das empresas portuguesas, com o alargamento de prazos de recebimento, a pressão dos fornecedores internacionais e dívidas do Estado de mais de 20 biliões de euros vencidos ou a vencer, fora as dívidas das empresas públicas, dentro e fora do perímetro.

Na verdade, pelo menos desde o ano de 2000 que inúmeras empresas públicas não registavam os seus passivos dentro do Orçamento (estavam fora do perímetro, num universo contabilístico incorreto) e, portanto, as suas dívidas não contavam para o total da dívida externa.

Tudo isto, que era essencial, foi afirmado, esclarecido e justificado em reuniões com a troica, porém, sem acolhimento. Foi uma oportunidade perdida, Srs. Deputados.

Aqui chegados, e regressando ao Banco Espírito Santo, convém ter presente que o BES tinha, a nível internacional, 2200 bancos correspondentes em articulação com o departamento de empresas, a Unidade Internacional Premium [especializada na ajuda à internacionalização das pequenas e médias empresas (PME)] e o departamento internacional.

O Banco Espírito Santo tinha plataformas em Espanha, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Venezuela, Macau e nos EUA e, através da ESFG, cooperação com o BES Vénétie, em Paris, a Banque Privée, em Lausanne, o Espírito Santo Bank, no Dubai, e o Espírito Santo Bank, no Panamá. Só em 2013, o BES apoiava 770 PME na internacionalização e tinha quota liderante de 37,4% nas linhas protocoladas PME Crescimento Exportadoras.

Além disso, criara o Concurso Nacional de Inovação BES e a sociedade de capital de risco Espírito Santo Ventures.

O BES era o segundo banco ibérico em 2013, em termos de rácio de eficiência, o chamado *cost to income*, os custos para os rendimentos.

A sua marca valia, em 2011, de acordo com a Interbrand, mais de 951 milhões de euros.

A marca BES, que não fora questionada pela revolução e que se manteve depois da nacionalização, em 1975, valia 640 milhões de euros ainda em junho deste ano.

Mas como é que o BES viveu nos anos de crise de 2012 e 2013? O Banco Espírito Santo conseguiu romper o fechamento dos mercados internacionais e colocar dívida. E, nisto, houve muito mérito do DFME, Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, e da gestão financeira do Banco. Antes mesmo do Estado, em novembro de 2012, o BES emitiu 750 milhões de dívida sénior a 3 anos sem garantia estatal — a procura foi

quatro vezes superior à oferta — e, ainda antes do final do ano, dívida permutável em ações do Bradesco, no montante de 450 milhões de euros a 3 anos.

Em janeiro de 2013, ocorreu nova emissão, agora de 500 milhões de euros, a 5 anos, sénior, sem necessidade de garantia e com procura seis vezes superior.

Em novembro de 2013, ocorreu nova emissão de 750 milhões de euros, a 10 anos, de dívida subordinada *Lower Tier 2*, em conformidade já com as novas regras de Basileia III/CRD IV (Capital Requirements Directive), reforçando os fundos próprios complementares. A procura atingiu 3 biliões de euros, com aproximadamente 300 investidores.

Entretanto, em maio de 2012, o Banco Espírito Santo aumentou o seu capital, em 1,010 biliões de euros e, em junho de 2014, como veremos, em 1,045 biliões de euros, com 180% de subscrição.

Em abril de 2014, antes do último aumento de capital, os pequenos acionistas detinham cerca de 47% do capital do Banco, a BESPAR 35%, sendo esta detida a 73,6% pela ESFG e a 26,4% pelo Crédit Agricole. Sempre quisemos manter o controlo do Banco em mãos portuguesas, Srs. Deputados.

O Crédit Agricole foi nosso parceiro de 30 anos, dos quais 22 em Portugal. Era detentor direto de 10,8% do capital; o Bradesco de 4,8%; a Blackrock, dos Estados Unidos, de 5,1%; a Capital Research, de 3,1%; a Silchester, de 4,9%; e a PT, de 2,1%.

O que fica dito — com 10 aumentos de capital desde 1992 e acesso ao mercado externo em 2012 e 2013 — explica a escolha de não recorrer à recapitalização por meio da ajuda do Estado com fundos da troica.

O Banco Espírito Santo conseguia obter capital e crédito sem diluir o capital, pois recorria ao mercado, com preferência para os acionistas, trazia

mais capital externo para Portugal, não contribuía para a dívida pública e, sobretudo, podia fazê-lo, porque quase não tinha a exposição à dívida grega, italiana e irlandesa, como sucedera com bancos nacionais. Estas as razões da escolha feita, e não, como tem sido dito, por temer que a intervenção do Estado desvendasse segredos, manobras ou situações questionáveis.

Recordo que o Banco estava sujeito à fiscalização do auditor externo KPMG e do Banco de Portugal. O Banco de Portugal tinha, desde 2009, uma equipa residente no BES, com acesso em tempo real às atas do conselho de administração e da comissão executiva, aos relatórios da auditoria, podendo solicitar os documentos e as informações que entendesse necessários, incluindo efetuar inquéritos transversais a todos os departamentos.

Nem a auditora externa, nem o Banco de Portugal, nem os acionistas estrangeiros, representados no conselho de administração, questionaram a estratégia definida, que, aliás, mereceu louvor público do Bilbao Vizcaya e da Union des Banques Suisses (UBS), em junho de 2012 e em março de 2013, e do Citibank, em maio de 2012 e em abril de 2013.

Já em 2014, são inúmeras as análises positivas sobre o Banco Espírito Santo. Em fevereiro, sublinho, em fevereiro de 2014, Citibank, Société Générale e Union des Banques Suisses recomendavam a compra de ações do BES e, em junho, o Goldman Sachs afirmava o potencial do BES na captura de quota de mercado no mercado exportador.

A escolha de não recorrer à recapitalização pelo Estado não era fruto de uma fuga, de um temor ou de um plano secreto, era uma decisão racional que se afigurava a melhor para a estabilidade, a valorização e o futuro do Banco Espírito Santo.

Tenho falado no BES entre 2011 e 2013 e mesmo em 2014. Olhemos um instante para a ESFG, a *holding*-mãe do sector financeiro, também ela sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

Entre dezembro de 2008 e abril de 2014, o total dos fundos próprios consolidados foram, em análises trimestrais, sempre superiores aos fundos próprios determinados pelo Banco de Portugal, que impunha a dedução dos excessos aos limites dos grandes riscos.

Por isso, em cada período, os rácios de solvência *Core Tier 1* cumpriram as regras de Basileia II, em vigor até 31 de dezembro de 2013.

Com a dissolução da BESPARG, de que falarei adiante, a ESFG, em 2014, perde a posição de entidade consolidadora e deixa de estar sujeita às exigências dos rácios de capital de Basileia III.

Se, quanto à ESFG, a situação se encontrava monitorizada interna e externamente, será que o mesmo se poderia afirmar do Grupo Espírito Santo como um todo? Tem sido dito que o GES, quando regressou em 1992, já vinha endividado, que cresceu sem estratégia definida, que nunca foi viável, que não conseguiu atrair outros investidores, nomeadamente estrangeiros, que sempre serviu para sacrificar os legítimos interesses dos acionistas do BES aos vorazes interesses familiares. A verdade, porém, é outra, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

A ESFG fora fundada em 1984 com um capital de 16 milhões de dólares e passou a integrar progressivamente toda a área financeira. Emitiu, com sucesso, em Londres, 40 milhões de dólares, em 1986, e 100 milhões de dólares entre 1988-1989, sendo admitida na Bolsa do Luxemburgo em 1986 e na de Londres em 1989.

Em 1986, foi criado o BIC, em parceria com o Crédit Agricole, em Lisboa. Entretanto, o Grupo recebia as «indemnizações» relativas às nacionalizações de 1975, com valores insignificantes comparativamente

muito inferiores aos pagos em situações paralelas na Europa Central e Oriental, no século passado. Em França, por exemplo, com o Governo Mitterrand, as nacionalizações foram compensadas por valores de mercado.

Em 1989-1990, a ESFG readquiriu o controlo da Companhia de Seguros Tranquilidade e, em 1991-1992, o do BESCL, em ambos os casos em associação com o Crédit Agricole, numa parceria exemplar, que se iniciara no Brasil e que se manteria por três décadas, até agosto de 2014.

A Tranquilidade, avaliada, então, por 20 milhões de contos, seria vendida pelo Estado por 52,6 milhões de contos e o BESCL atingiu 150 milhões de contos, ou seja, 50% de todas as privatizações até final de fevereiro de 1992.

O Grupo Espírito Santo, expatriado durante 17 anos, regressou a Portugal para apostar na economia portuguesa, tal como havia apostado no Brasil e na Suíça, com a criação da Banque Privée, desde 1977, atraindo investidores externos, apoiando empresários portugueses, abrindo um caminho financeiramente sustentado.

É esta preocupação de solidez financeira da ESFG que leva: em 1993, à admissão à Bolsa de Nova Iorque; em 1994, ao aumento de capital, de 222 milhões de dólares para 309 milhões de dólares; em 2001, à admissão à Bolsa de Lisboa e à emissão de obrigações convertíveis de 200 milhões de euros; em 2005, ao aumento de capital para 550 milhões de euros; em 2007, à emissão de ações preferenciais de 300 milhões de euros; e, em 2012, ao aumento de capital, em 500 milhões de euros, para o efeito de subscrever o aumento de capital do Banco Espírito Santo.

Em 2011, a ESI aumentara o capital, em 240 milhões de euros, e a Espírito Santo Control, em 70 milhões de euros.

No final de 2013, a ESFG tinha capital e reservas no total de 1,513 biliões de euros, após dedução dos 700 milhões de euros da provisão imposta pelo Banco de Portugal, que veremos à frente.

Estes são alguns dos inúmeros dados comprovativos da solidez financeira e do empenho constante do Grupo, durante dezenas de anos, no seu reforço para permitir canalizar investimentos externos e fomentar investimentos internos em Portugal.

Ao longo destes 30 anos, o Grupo alargou a sua atividade financeira e não financeira, cá dentro e lá fora. A área não financeira estava organizada em *holdings* sectoriais, como a Espírito Santo Industrial, ou geográficas, como a Espírito Santo Resources, esta última agregando as participações do outro lado do Atlântico.

Falei até agora do que foi o percurso do BES e do Grupo, após o nosso regresso a Portugal.

Falarei agora sobre os acontecimentos mais recentes, que culminaram com a destruição do património e da marca Banco Espírito Santo.

Permitam-me, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que apresente a minha versão dos factos, já que tenho assistido a versões menos corretas, quer por falsidades, quer por deturpações, quer por omissões.

Vou ser inteiramente objetivo e factual, deixo, para VV. Ex.^{as}, os juízos de valor.

A partir do início do novo século, sobretudo a partir de 2007-2008, reconheço, como já o fiz publicamente, problemas de organização, de financiamento, de perfis de gestão e de controlo de um Grupo essencialmente concentrado na área financeira. Um Grupo que necessitava de encontrar novas estruturas e novos modelos de governação para a área não financeira.

Em 2009, na ressaca da crise mundial, foi criada a Rioforte, com um capital de 1,3 bilhões de euros, pensada para ser a *holding* única da área não financeira e cotada na Bolsa. Contávamos com o apoio de um conjunto importante de associados, entre outros: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Brasil, com a Caixa (banco brasileiro, do Estado); BNDESPAR (Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, do Brasil); Grupo Óscar Americano, um grupo privado importante no Brasil; Grupo FON, um grupo americano também associado ao Brasil; Modal, no Brasil; Angra Infra, no Brasil; e KfW DEG, da Alemanha (a maior instituição de desenvolvimento financeiro na Europa), que participava no capital da PAYCO, no Paraguai.

O agravamento da crise, em 2011, retardou a cotação em Bolsa e atingiu, especialmente, em 2012 e 2013, a área não financeira, dificultando a reconversão de uma realidade muito diversificada e geograficamente dispersa.

Na área não financeira, há que dar especial enfoque ao problema descoberto na ESI, no âmbito do Exercício Transversal de Revisão das Imparidades dos Créditos Concedidos (designado por ETRICC), iniciado pela PricewaterhouseCoopers (PwC), em 14 de outubro de 2013, e concluído em 14 de março deste ano.

Esta auditoria envolveu uma interação das equipas do GES e do Banco Espírito Santo, que disponibilizaram toda a informação à Pricewaterhouse. Fruto desta interação, em finais de novembro de 2013, foi reportado que haveria um passivo não registado na ESI. Esta circunstância afetava, naturalmente, a dívida direta e indireta do Grupo, em parte titulada por papel comercial colocado no mercado nacional e internacional.

Ao tomar conhecimento deste problema, eu próprio, todos os órgãos do Grupo, bem como a equipa financeira do Banco, encarámos as

dificuldades da sua superação e, de forma consciente e realista, procurámos as soluções adequadas.

Ainda nesta altura foi também solicitada à ESFG, a pedido do Banco de Portugal, que fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas proforma da ESI, com referência a 30 de setembro de 2013, e que as mesmas fossem objeto de análise por auditor externo, a KPMG.

O conselho superior, na tarde de 3 de dezembro de 2013, reuniu com o Banco de Portugal para discutir a situação financeira da ESI e apresentou propostas para uma resolução de curto/médio prazo.

Nessa reunião, os representantes do Banco de Portugal ouviram-nos e saímos dela com a sensação de que as soluções propostas iriam ser analisadas com ponderação, para posteriores desenvolvimentos e negociações, com vista a proteger os interesses de todas as partes envolvidas, em especial dos investidores e dos clientes do Banco.

Ora, no próprio dia, e passadas cerca de 2 horas, por carta recebida pelas 19 horas, o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal impunha o reembolso de todo o papel comercial até ao fim do mês de dezembro, ou seja, em escassas semanas, sob pena de constituição de uma provisão.

Em face da óbvia inexequibilidade de tal exigência, o Grupo concentrou-se num plano para resolução da situação, consciente dos riscos reputacionais resultantes da deterioração ou da perceção de deterioração da posição financeira da ESI.

Esta situação de sobre-endividamento traduzia, também ela, os efeitos da crise na área não financeira, carecida de um plano rápido e eficaz para garantir a sua viabilização, salvaguardando sempre a área financeira.

Assim, logo em 5 de dezembro de 2013, foi enviado aos Srs. Governador e Vice-Governador do Banco de Portugal um documento de trabalho preliminar, no qual manifestámos a inexequibilidade da exigência

feita pelo Banco de Portugal na sua carta de 3 de dezembro, designadamente pela impossibilidade temporal de realizar as operações necessárias ao reembolso imediato do papel comercial. Note-se que o prazo concedido era de 18 dias úteis!

Deste documento de trabalho preliminar permito-me citar o seguinte: «A eliminação da exposição, resultante quer de financiamento direto, quer de financiamento direto ou indireto, quer da concessão de garantias, líquidas de colaterais prudentemente valorizados e de garantias juridicamente vinculativas, do Grupo ESFG à ESI num prazo de 27 dias corridos, com o período de Natal de permeio, é financeira, técnica e administrativamente, inexecutável. A solução enunciada pelo Banco de Portugal, assente no recurso imediato ao mercado bancário internacional não se nos afigura executável neste momento, por três ordens de razões principais: tempo disponível para montar as operações de financiamento; degradação do valor patrimonial dos ativos dados em garantia; custo dos financiamentos que, previsivelmente, consumiriam todo e qualquer *cash-flow* gerado pelos ativos da ESI, não permitindo a amortização dos valores em dívida».

Acrescentando, e passo a citar: «(...) parecem prováveis, senão inevitáveis, entre outras, a seguinte consequência: (...) imediata contaminação sistémica não só em Portugal (...)».

Em 10 de dezembro de 2013, a ESFG apresentou um plano ao Banco de Portugal, através de carta dirigida ao Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal.

Concretamente, qual era esse plano, tornado premente ao longo do ano de 2014? Depois de uma análise que foi muito ponderada — já que ela exigia, além de dados firmes, a convergência de todos os ramos do Grupo e o acordo dos sócios estrangeiros, como o Crédit Agricole, em algumas das

suas componentes —, acertou-se um Plano de Recuperação, com os seguintes pontos essenciais: objetivo central — reduzir a área não financeira, reforçar a sua sustentabilidade e, acima de tudo, continuar a proteger o que estava em primeiro lugar, ou seja, os direitos dos clientes e dos acionistas do BES e também da ESFG; prazo de execução — cinco anos (muito menos do que os 31 anos de pagamento da dívida pública previstos no quadro do Memorando para Portugal); ações: primeira, aumentar o capital do BES, a fim de respeitar Basileia III e reforçar a posição do Banco junto dos clientes e acionistas; segunda, aumentar o capital da Rioforte, bem como da Espírito Santo Irmãos, através de capitais que estavam disponíveis para serem investidos por terceiros, ficando o conjunto das duas *holdings* com 100% da ESFG e dando tempo para a venda de posições da área não financeira; e, terceira, venda dos ativos e de participações não estratégicas na área não financeira, sem ser em velocidade tal que fizesse cair a pique o valor desses ativos.

Este Plano, apresentado pelo Grupo ao Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, em 10 de dezembro de 2013, foi iniciado, mas não pôde ser concluído. Vale a pena ver porquê, o que nos remete para o semestre que antecedeu o fim da história do Banco Espírito Santo.

Antes, porém, há ainda uma questão prévia que se impõe: seria o GES efetivamente viável, que justificasse a elaboração de um Plano de Recuperação ou essa recuperação seria só o salvar de uma família e dos seus aliados, à custa dos outros?! A resposta está no ETRICC, ou seja, na auditoria da PricewaterhouseCoopers, que foi realizada a pedido do Banco de Portugal, à área não financeira do GES e que finalizou em 14 de março de 2014.

No referido documento, a Pricewaterhouse conclui que o GES era económica e financeiramente viável e a dívida sustentável num prazo até 2023.

Com efeito, no relatório do ETRICC, página 25, afirma-se, cito: «mesmo considerando o cenário de desvio superior (pior cenário), o *equity* da ESI,...» — os capitais próprios da ESI — «... em 2018 e 2023 continua a ser positivo, fundamentalmente devido à valorização da ESFG». Repito: este relatório foi elaborado a pedido do Banco de Portugal. E a Pricewaterhouse confirma, no mesmo relatório, que o valor da Rioforte era de 1,708 biliões de euros, mesmo com a provisão dos 700 milhões de euros na ESFG, de que adiante se falará e que foi determinada pelo Banco de Portugal.

A mesma auditoria, a páginas 32, conclui que a Rioforte não tinha qualquer imparidade, isto é, para a auditora escolhida pelo Banco de Portugal, precisamente com o fim de avaliar os créditos concedidos pelo BES, o GES era viável, que o mesmo é dizer que valia a pena ser recuperado.

Voltemos, então, a dezembro de 2013.

Em dezembro de 2013, o Grupo Espírito Santo queria aplicar o Plano de Recuperação, com a ideia fundamental de também colocar o BES acima de qualquer problema. Acredito que o Banco de Portugal queria o mesmo.

Como decorreram, então, os meses seguintes, com o GES e o Banco de Portugal a prosseguirem o mesmo fim, embora, naturalmente, em missões diversas? Em 31 de dezembro de 2013, a exposição do BES ao GES era de 1,9 biliões de euros, atendendo ao papel comercial do GES colocado em clientes do BES. Em face de que o Banco de Portugal definiu o chamado *ring-fencing*, ou barreira protetora, determinou uma provisão de 700 milhões de euros, de acordo com a KPMG, a ser registada na ESFG, e

uma acelerada redução da exposição, com reembolso do papel detido pelos clientes — observe-se que a Pricewaterhouse entendia inicialmente que uma provisão de 400 milhões de euros era suficiente.

O GES e, em especial, o BES foram tentando enfrentar ao mesmo tempo quatro desafios: realizar o aumento de capital do BES; preparar e lançar o aumento de capital da Rioforte e recorrer a uma linha de crédito de médio prazo intercalar, no montante de 2,5 biliões, que não fosse financiada pelo Grupo ESFG; acelerar as vendas na área não financeira; e reembolsar rapidamente o papel comercial do GES, colocado pelo BES. Tudo, num clima mediático de permanente debate acerca do Grupo, do Banco, da supervisão, de visões superficiais que reduziam a realidade à identificação do GES como um conjunto de empresas não viáveis, à separação teórica entre clientes do GES e do BES e à ideia de que a resolução de todos os problemas passaria pela discussão da liderança do Banco.

Acresce que a proteção do Banco Espírito Santo, que, naturalmente, interessava tanto ao próprio BES como ao GES e ao Banco de Portugal, passava por não esquecer que a ESFG também estava sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que havia vários bancos (Banque Privée, em Lausanne, Banco Espírito Santo de la Vénétie, em França, Espírito Santo Bank, no Dubai, ES Bank, no Panamá), também instituições financeiras controladas pela ESFG, sujeitas à supervisão estrangeira. Logo, o que se fizesse em Portugal tinha de ser conhecido, entendido e acompanhado por tais supervisões.

No relacionamento entre o Banco de Portugal e o BES existem duas fases: a primeira, de dezembro de 2013 a março de 2014, é marcada pela exigência da provisão de 700 milhões, pela imposição do reforço do capital do Banco Espírito Santo, pela carta de 25 de março, e pela intensificação

do reembolso do papel comercial do GES colocado no BES. Esta intervenção acrescentou-se à supervisão permanente do Banco de Portugal, já anteriormente estabelecida. Foi, como se imagina, uma fase muito difícil para o Banco Espírito Santo e para o GES, patente, designadamente, na correspondência trocada, mas em que foi possível, com um esforço considerável, reduzir a exposição do Grupo aos clientes do Banco em mais de 1000 milhões de euros, num período de cinco meses, como, aliás, foi aqui reconhecido pelo Sr. Governador do Banco de Portugal. Na carta de 10 de dezembro, o objetivo era atingir reembolsos de 1,5 biliões no final do ano de 2014, mas, em cinco meses, tínhamos já reembolsado 1 bilião de euros.

Isto, enquanto os ativos do Grupo e do Banco sofriam pela repercussão mediática de cada passo, de cada diligência, de cada divergência pontual.

Por outro lado, e a par das iniciativas que o Grupo Espírito Santo e o Banco Espírito Santo estavam a realizar, com vista a resolver os problemas a que me referi, o Banco de Portugal, de forma vaga e imprecisa, iniciava um processo de pressão — que o Sr. Vice-Governador designou por «persuasão moral» — no sentido da mudança de *governance* do BES. Esta «persuasão moral» verificou-se mais pelas notícias, comentários e juízos de valor surgidos na imprensa do que por indicação que nos tivesse sido diretamente transmitida pelo Banco de Portugal.

Quero deixar bem claro que era minha firme intenção preparar um novo modelo de *governance* com a minha saída de funções executivas do Banco Espírito Santo. Aliás, o Sr. Governador disse-me, de forma clara, que desejava, para manter a estabilidade do Grupo BES, que fosse eu próprio a liderar essa transição e a mudança de *governance*.

Assim, solicitei ao Dr. Rui Silveira e ao Dr. Daniel Proença de Carvalho que fosse elaborado um projeto de alteração dos Estatutos, para uma nova *governance* do Banco, a propor ao Banco de Portugal e a submeter a uma posterior Assembleia Geral, a realizar, naturalmente, após o aumento de capital do Banco e com vista à minha saída da administração executiva.

Em conversas tidas com o Sr. Governador, foi-me manifestado o desejo do Banco de Portugal de que a mudança de *governance* e a saída da família dos órgãos de administração ocorresse ainda antes do aumento de capital, o que eu considerei imprudente e mesmo de risco elevado.

Em 31 de março, enderecei uma carta ao Sr. Governador do Banco de Portugal, apontando pela terceira vez o risco sistémico que derivaria de uma rutura desordenada na administração do Banco, em vez de uma transição controlada que salvaguardasse a confiança do mercado, que até aí se mantivera, tal como veio a confirmar-se pelo sucesso do aumento de capital.

Nessa carta, reafirmei textualmente o seguinte: «Quero dizer claramente a V. Ex.^a que estou inteiramente disponível, no quadro de um saudável e cooperante relacionamento com o Banco de Portugal, para encontrar uma solução construtiva de *governance*, com forte incidência numa maior profissionalização e independência executiva do Banco. Não serei eu que por qualquer motivação pessoal dificultará essa desejável evolução». Tal carta é também revelada ao Sr. Presidente da República e ao Governo, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, que a devolveu, e à Sr.^a Ministra das Finanças. É igualmente comunicada ao Sr. Presidente da Comissão Europeia.

Nesse momento, optou-se por adiar as alterações de *governance* para depois do aumento de capital do Banco.

Ainda em relação à *governance*, devo dizer que já em 7 de novembro de 2013, numa declaração realizada por mim ao conselho superior do Grupo, referi a possibilidade de alteração da governação do Grupo, neste caso, do Banco. Esta disponibilidade foi reafirmada por mim em carta endereçada ao Sr. Governador do Banco de Portugal, em 7 de abril, e ainda com calendário previsto em carta de 17 de abril dirigida ao Dr. Pedro Machado, da supervisão prudencial.

No início de abril de 2014, verificou-se uma aceleração do programa de superação das dificuldades: aumenta o contacto pessoal com a liderança do Banco de Portugal; dissolvida a BESPARG, acelera-se o processo de aumento de capital do BES; é dificultado o aumento de capital da Rioforte; e são levantados obstáculos à possibilidade de obtenção de crédito de médio prazo. A Rioforte, ainda assim, continua a procurar vender ativos não financeiros.

Ao mesmo tempo, o Banco de Portugal pressiona a saída da família Espírito Santo do conselho de administração do Banco Espírito Santo.

Entretanto, GES e Banco de Portugal aprovam, em diálogo e sempre por acordo, nomes para a sua substituição e uma nova estrutura estatutária para onde a família transitaria.

O contacto pessoal com o Sr. Governador aumenta, cabendo-me representar a família Espírito Santo, tal como ocorrem contactos regulares com a supervisão do Banco de Portugal para apreciar a alteração estatutária, a mudança da gestão e a evolução futura. Desses contactos resulta a ideia de alteração dos Estatutos do Banco, para criação de um Conselho Estratégico, composto por representantes dos acionistas nacionais e estrangeiros e personalidades independentes.

Os cinco ramos do GES, saídos da gestão do BES, assim como Crédit Agricole, entre outros, integrariam o Conselho, cuja presidência o

Sr. Governador do Banco de Portugal concordou que me deveria caber. Os Estatutos chegam à versão definitiva, devendo ser aprovados em Assembleia Geral, que vem a ser convocada em junho. Da respetiva convocatória constava a minha eleição para a Presidência daquele Conselho. Antes, porém, o Banco de Portugal sufraga a realização do aumento de capital. Para o efeito, haveria, como houve, uma Assembleia Geral que aprova pacificamente o Relatório e Contas de 2013 e delibera o aumento de capital. Este foi concretizado com a maior subscrição desde 1992, apesar de o prospeto enunciar vários fatores de risco, como: a crise portuguesa; as condições dos mercados global e nacional; a dependência do Banco Central Europeu; a situação financeira da ESI; repercussões reputacionais; e dúvidas quanto à garantia autónoma do Estado de Angola em favor do BESA.

Ao contrário do sucesso do aumento de capital, do acordo GES/Crédit Agricole para dissolver a BESPARG, um dos passos acordados com o Banco de Portugal para alterar os Estatutos e para a substituição da gestão, a criação de condições para o aumento de capital da Rioforte e para o fortalecimento do GES conhece obstáculos de monta.

Desde 3 de dezembro de 2013, e antes mesmo do ETRICC 2 e da auditoria da KPMG, o GES havia, por escrito, formalizado a sua preocupação quanto ao risco sistémico derivado da relutância do Banco de Portugal em entender a importância do Plano de Recuperação. Os meses seguintes tornaram mais evidente ainda que, para além do aumento de capital do BES e da alienação de participações — como as, entretanto, vendidas, na ZON, Sodim e Cimigest — ou preparadas para tanto, como a Espírito Santo Saúde, a Espírito Santo Hotéis e a Espírito Santo Viagens, era indispensável um apoio intercalar ao Grupo, que alguma banca aceitaria encarar, mas fazia depender da posição do Governo.

Ao mesmo tempo, a provisão dos 700 milhões de euros na ESFG, para cobertura de créditos sobre a área não financeira, recomendada pela KPMG, em fevereiro e maio, era, por sua vez, coberta pela vinculação de ações da Tranquilidade, com avaliação do BESI e aceite pelo ETRICC.

O reembolso, pelo Banco Espírito Santo, do papel comercial do GES — 1,306 biliões de euros, em finais de junho, e volto a recordar que, na carta de 10 de dezembro, o objetivo era atingir 1,5 biliões de euros no final do ano de 2014 —, sem apoio simultâneo ao GES, levou a recorrer à Tranquilidade, transitoriamente, até que se concretizasse o aumento de capital da Rioforte.

Noutros termos, era muito urgente o apoio ao Grupo Espírito Santo naquele momento de reconversão, até porque o Banco de Portugal ainda não aceitara o desaparecimento das exigências da supervisão em base consolidada da ESFG, que decorriam da redução da sua participação no capital do Banco Espírito Santo, e só em 23 de julho viria a aceitar essa alteração com eficácia retroativa a 30 de junho.

Nova diligência do Grupo Espírito Santo, em abril, para sensibilizar para a impossibilidade de reconversão do Grupo em 6 meses e para o risco de contaminação do BES, deparou com a posição inabalável do Governo, de rejeitar qualquer abertura a apoio estatal ou bancário ao GES.

Fala-se, então, em montante muito inferior aos anteriormente referidos, após a resolução do BES.

Recorde-se, ainda, que, se o apoio intercalar houvesse sido concedido ao GES, tal não corresponderia a prática original ou nunca adotada. Num passado recente, já depois de iniciada a crise, o Banco Espírito Santo havia apoiado, salvando da insolvência, mais de um grupo empresarial português e inúmeras empresas portuguesas.

Entre março e junho há, pois, uma situação contraditória: por um lado, o Banco de Portugal e o GES falam de aumento de capital e de alteração estatutária, com vista a uma nova gestão; por outro lado, o outro pilar da recuperação do Grupo Espírito Santo, e, mediamente, do BES, ficava como que bloqueado. E o bloqueamento seria total, quando foi inviabilizado o *private placement* de um Fundo de Investimento Internacional, disposto a tomar firme 70% do bilião de euros do aumento de capital da Rioforte, conforme apresentação em 7 de maio de 2014 à comissão executiva do BES (consta das atas).

Mais: até ao fim, ainda em 12 de julho de 2014 — e eu fui cooptado com os meus colegas no dia 13 —, em carta endereçada ao Sr. Governador, apresentámos investidores internacionais, como a Blackstone & Weil, que a nosso convite se encontravam em Portugal, que representavam outros investidores, entre eles, o KKR (Kohlberg Kravis Roberts), que é um grande *private equity* — um dos maiores, a nível internacional — e havia revelado disponibilidade para participar no reforço de capitais. Este era apenas um exemplo.

O Sr. Governador do Banco de Portugal, no próprio dia 12, não manifestou abertura para receber os representantes daqueles investidores e, em carta de 13 de julho, referiu que concordava com tal solução, mas que haveria de ser apreciada pela nova administração. Estes factos motivaram o desinteresse imediato dos referidos investidores.

Todo este exercício difícilíssimo ocorre no contexto de um clima público intenso e por vezes dramatizador, que leva a dois processos sucessivos de escolha da futura gestão do Banco Espírito Santo. No primeiro, o CFO e uma Diretora Coordenadora merecem aceitação inicial do Banco de Portugal, para CEO e CFO, respetivamente, chegando o Sr.

Governador do Banco de Portugal a afirmar-me, por telefone, «será quem o Sr. Presidente entender».

No segundo processo, perante aquele clima, no dia 20 de junho, suscitam-se dúvidas sobre a necessidade de avaliação da idoneidade daqueles gestores, que nunca antes fora questionada. O Dr. Morais Pires, meu colega da comissão executiva, indicado para CEO, estava há 28 anos no Banco e nunca tinha sido questionada a sua idoneidade e a Dr.^a Isabel Almeida era responsável pelo Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos. Gozavam de prestígio considerável no sector bancário internacional, sendo certo que haviam estado ligados, com mais um outro administrador executivo, ao sucesso do aumento de capital. Tudo se adensa com o anúncio de uma auditoria forense, em 2 de julho, auditoria que, ainda hoje, me parece não estar terminada.

Estes factos, só por si, desencadeiam nos investidores internacionais, que tinham acabado de subscrever o aumento de capital, em 16 de junho — Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, reparem bem que o aumento de capital foi liquidado no dia 16 de junho e estamos a falar, portanto, do momento imediatamente a seguir, de menos de uma semana —, uma reação extremamente negativa, manifestada numa quebra de confiança e na queda do valor das ações. Já tive oportunidade de ouvir, neste fórum, que o *crash* das ações se deu no dia 30 de julho. Trago-vos aqui um gráfico que poderemos distribuir, para poderem acompanhar exatamente quando o *crash* começou, se assim entenderem. Poderemos fazer cópias e distribuir, pois estão aqui alinhadas as diferentes notícias que saíram nos órgãos da imprensa sobre a matéria.

Isso obriga a ESFG a ter de propor novos nomes para CEO (*chief executive officer*) e CFO (*chief financial officer*), nomes, esses, que viriam

a ser aceites pelo Banco de Portugal e cooptados pela gestão cessante, na última reunião do conselho de administração em que participei.

Assumo quer as primeiras escolhas do GES, que viriam a ser afastadas pelo Banco de Portugal, quer as que lhe sucederam e foram por este aceites e que transitariam para o Novo Banco.

Em síntese: imagine-se que a troica tinha exigido a Portugal que este, para receber o apoio financeiro que solicitou, adotasse uma política de contragarantir, de imediato, todos os montantes recebidos com colaterais valorizados em termos de mercado, de forma a cobrir a responsabilidade assumida. E que, além disso, tivesse imposto ao País a criação de uma conta-cativa, *escrow account*, onde fossem depositados valores monetários que não deveriam ser obtidos através de financiamentos de origem estatal e que se destinassem apenas ao reembolso da dívida, colocada no mercado português e detida por cidadãos residentes. O conjunto destas últimas medidas constituem, no essencial, o *ring-fencing* que foi aplicado ao GES, desde o dia 3 de dezembro de 2013.

Ora, o problema do GES, tal como o do País, resultava de um sobre-endividamento. Na verdade, a ideia teórica de que o destino do GES — ainda que negativo — não contaminaria o BES começava a revelar-se uma mera ilusão, mesmo para aqueles que haviam alimentado essa ideia, que não aqueles mais atentos e conhecedores da realidade dos factos.

Acresce, neste paralelismo, que foram dados, ao Grupo, sete meses para reembolsar a dívida, enquanto Portugal dispõe de 31 anos para pagar os empréstimos da troica.

Como decorre do que se disse atrás, foi este o regime que o BES/GES teve de enfrentar num contexto de enorme adversidade para a economia portuguesa.

Apesar disso, foi possível, graças a um grande esforço, que o Sr. Governador do Banco de Portugal reconheceu, reembolsar os clientes em 1,306 biliões de euros, em apenas seis meses.

Esta comparação não tem o propósito, que seria deslocado, de equiparar o BES ao nosso País, apenas se destina a proporcionar um critério que permita avaliar o caráter extremo, quer em tempo, quer em substância, das medidas impostas ao Grupo Espírito Santo e ao BES e compreender os efeitos das mesmas.

O que se passou no quadro do novo conselho de administração não cabe neste testemunho, como não cabe o que possa ter determinado o período de interregno entre a cooptação dos novos gestores e a sua entrada em funções — matéria que me ultrapassa e ultrapassou o GES — e em que tudo fiz, tal como o Sr. Governador do Banco de Portugal, para que o compasso de espera não se prolongasse.

Surgem quatro questões que vi, insistentemente, formuladas em público e mesmo algumas delas, com sucessivos anúncios, desde setembro, de investigações contraordenacionais por desobediência ao Banco de Portugal e participação ao Ministério Público. São elas: a situação do BESA; as cartas de conforto endereçadas à PDVSA, por mim subscritas; operações com obrigações colocadas na Eurofin, nos dias derradeiros entre a cooptação da nova gestão e o seu início de funções; e, finalmente, as relações do BES com a Portugal Telecom.

Quanto à posição do BES perante o BESA, limito-me a invocar as palavras do Sr. Governador neste Parlamento, em 18 de julho de 2014, ou seja, já uma semana depois da minha saída. Cito: «importa salientar que o Banco de Portugal não antecipa um impacto negativo relevante na posição do capital do Banco Espírito Santo resultante da situação financeira da filial do BESA. Tendo em consideração que a garantia do Estado de Angola

cobre parte substancial da carteira de crédito e que existe uma forte interação entre as autoridades de ambos os países, o Banco de Portugal espera que a situação desta filial seja clarificada e sem impacto material no BES» — esta declaração está disponível no *site* do Banco de Portugal. Repito: a 18 de julho de 2014, seis dias depois de eu ter cessado funções.

Assim, a situação do BESA estava assegurada por uma garantia *on first demand* do Estado angolano, tal como esclarece o Sr. Governador, que não foi questionada pelo próprio emitente nem até a data da cessação de funções da gestão do BES que obtivera tal garantia, nem até a medida de resolução que destruiu o BES. Observe-se que o risco de extinção da garantia tinha sido referido na carta que enderecei ao Sr. Governador no dia 31 de março.

Relativamente às cartas de conforto da PDVSA, gostaria de referir que esta empresa era, e julgo ainda ser, um cliente relevantíssimo para o Banco Espírito Santo, com elevados recursos de múltiplas empresas do seu Grupo depositados no BES, para além de um movimento em *trade finance* muito rentável para o Banco. Tudo isto referido em ata do Conselho de dia 30 de julho, pelo Dr. João Freixa. Recordo que, em 30 de julho, já não estávamos no Conselho do BES.

Para além deste facto, a ESAF, entidade do BES, tinha concorrido à gestão do Fundo de Investimento Internacional da PDVSA e ganhou esse concurso, com adjudicação em 5 de maio, com um volume de ativos sob gestão de 3,5 biliões de euros, no âmbito de um concurso internacional em que participaram prestigiados bancos a nível global, tais como a UBS, o HSBC, o Mitsubishi e o BSI. A atribuição da gestão desse Fundo vinha acompanhada da decisão de investimento de 20% em *equity* na Rioforte, no montante de até 700 milhões de euros.

No sentido de proteger o BES e o GES foram assinadas duas cartas de conforto, as quais, porém, necessitariam de um facto precedente, sendo este a substituição da dívida da ESI, detida pelo FONDEM (Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência) e pelo BANDES (Banco de Desenvolvimento Económico e Social), por dívida a emitir pela Rioforte, o que, infelizmente, não foi possível concretizar, devido ao colapso do Grupo Espírito Santo e do Banco Espírito Santo. De todas estas circunstâncias informei o Dr. Vítor Bento por carta entregue em 30 de julho.

Quanto ao tema das chamadas obrigações da Eurofin, tal como decorre da ata de 30 de julho do último conselho de administração do Banco Espírito Santo, publicada na imprensa, relativamente às emissões de obrigações de cupão zero e prazo longo, verificou-se terem sido gerados ganhos, por intermediários, na ordem dos 780 milhões de euros.

De acordo com a intervenção referida nessa mesma ata, da Dr.^a Inês Viegas, da KPMG, cito: «Face ao apurado, a KPMG reuniu com o Dr. Joaquim Goes, o Dr. Manuel Freitas e o Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, tendo este Departamento, após ter sido confrontado com toda a evidência, informado que as transações em questão foram efetuadas através da Eurofin e que o valor retido por terceiras entidades foi utilizado para o pagamento da dívida do GES detida por clientes do Banco». Reproduzo este excerto da ata de 30 de julho, para que fique claro, perante VV. Ex.^{as} e a opinião pública, que os clientes do Banco Espírito Santo nesta situação deixaram de ter exposição ao Grupo não financeiro e passaram a estar expostos ao risco sénior do BES e, portanto, protegidos. Note-se que estes clientes de retalho encontravam-se fora da proteção da provisão de 700 milhões de euros, pelo facto de os seus títulos estarem em SPV (*special purpose vehicle*) de um banco internacional.

Queria finalizar este tema em termos claros e simples, de forma a que todos compreendam, dizendo que, tal como espero venha a ser exaustivamente demonstrado, o objetivo exclusivo destas operações passava pela proteção dos clientes do Banco Espírito Santo.

Peço que me escutem, Srs. Deputados: ninguém da administração do Banco Espírito Santo, do GES ou da família Espírito Santo obteve qualquer alegado benefício daqui decorrente, ao contrário do que foi repetidamente insinuado em alguns órgãos de comunicação social. Além disso, o prejuízo registado nas contas e que é apresentado como prejuízo *record*, detonador da medida de resolução, não corresponde a dinheiro que saiu do Banco Espírito Santo, a milhões a irem para o estrangeiro ou para *offshore*, como se escreveu, mas, sim, a provisões impostas pelo Banco de Portugal, num valor superior a 2 biliões de euros, contra o entendimento e a vontade de muitos administradores, tendo, a título de exemplo, um deles, exigido que ficasse registado em ata que considerava tal provisão injustificada e imposta ao Banco. Refiro-me sempre à mesma ata, do dia 30 de julho, que é uma ata incontornável neste processo.

Marc Oppenheim, indicado pelo Crédit Agricole, pediu que, cito, «ficasse registado na presente Ata que, no seu entendimento, estas provisões traduzem um nível de conservadorismo que se afigura excessivo e que é, de facto, imposto ao Banco, podendo esta circunstância constituir um risco relativamente à perceção que os acionistas terão sobre a situação do Banco». Outros administradores, também do Crédit Agricole, como o Sr. Muscat, fazem referências exatamente no mesmo sentido.

Por último, quanto à relação do Banco Espírito Santo com a Portugal Telecom, que nasceu há décadas, da posição de acionista na sua antecessora Marconi — o Banco Espírito Santo, historicamente, era acionista da Marconi —, cumpre apontar alguns factos essenciais.

O BES foi um acionista importante no impulso da Marconi e, através desta, como financiador no processo de reprivatização e consolidação do universo PT e da sua projeção no Brasil, em África e na Ásia.

Desde 2000 e até 2014, existiu uma parceria estratégica entre a PT, o BES e a Caixa Geral de Depósitos. Essa parceria estratégica está redigida em documento.

Desde 2002, a Portugal Telecom manteve aplicações de tesouraria no BES e no GES, sempre públicas e divulgadas nos relatórios anuais, submetidos ao parecer da Comissão de Auditoria, ROC e auditores externos, sem qualquer reparo ou observações, bem como, de resto, pelo detentor da *golden share* e, por maioria de razão, do terceiro elemento da parceria e acionista da PT, a Caixa Geral de Depósitos. Isto mesmo aconteceu com o Relatório e Contas de 2013, na sequência de todos os anos anteriores, sendo certo que se impõe observar que anos houve, no início do século, com valores de aplicação até mais significativos do que os de 2013 e 2014.

Aqueles dados foram naturalmente facultados ao banco avaliador dos ativos na fusão com a Oi, o Banco Santander, do Brasil, no âmbito do aumento de capital da Oi e, assim, vêm registados no respetivo prospeto.

A título emblemático da aplicação recíproca de fundos da PT no BES e do BES na PT, mencionarei que foi o BES quem financiou a PT na aquisição das empresas brasileiras que, conjuntamente com as empresas adquiridas pela Telefónica, viriam a formar a Vivo.

Em março, abril e maio de 2014, o investimento da PT na Rioforte estava, para além de aquela prática nunca ter sido objetada pelo Estado ou Caixa Geral de Depósitos, desde 2002, solidamente apoiado no programa ETRICC, de 14 de março de 2014, que, tal como a

PricewaterhouseCoopers, considerava que a Rioforte não tinha qualquer imparidade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Peço desculpa por ter sido demasiado longo.

Mesmo evitando opiniões e não me pronunciando sobre o que se passou, após a alteração da gestão do Banco Espírito Santo, com particular relevo para a sua resolução e divisão em dois bancos, senti ser meu dever explicar os acontecimentos, o pano de fundo e os meses intensíssimos vividos entre outubro de 2013 e julho de 2014.

Tentei ser factual e objetivo. Apesar de saber que, mais de um ano de diária apresentação pública — em jornais, televisão e *Internet* — como responsável, e responsável todo-poderoso, por várias crises no BES, no GES e noutras áreas económicas, sociais e políticas já fez caminho no espírito de muitos portugueses e criou condições para juízos condenatórios imediatos e sem apelo, mesmo se apressados e injustos.

Tentei sempre preservar a unidade do Grupo e da família, até por sempre ter entendido que ninguém sai ileso de uma guerra familiar. Um nome pode ser apagado da fachada de um banco, mas não pode ser apagado da história de uma família com 145 anos ao serviço de Portugal.

Tentei evitar apreciações políticas. Recordo com gratidão o quanto estadistas tão diversos, como o Dr. Mário Soares e o Prof. Cavaco Silva, foram essenciais para o nosso regresso a Portugal.

Recordo, com saudade, o Prof. Ernâni Lopes, que sempre considerou o Grupo Espírito Santo um dos grupos estruturantes e centro de racionalidade da economia portuguesa. E devo reconhecer que, mesmo os revolucionários de Abril, nunca se sentiram na necessidade de apagar um nome, quando mudaram um regime.

Sei que muitos perderam tudo com o desaparecimento do BES e a insolvência do GES. Sei que o mais fácil, em tempo de crise, de sofrimento, de revolta social, é encontrar responsáveis e sei que a História é sempre tardia em reparar erros de apreciação e julgamento.

Procurei explicar o que o Grupo, o Banco e todos os seus colaboradores tentaram fazer para evitar um desenlace fatal.

Sei como o Grupo aceitou sair da gestão do Banco, de forma pactuada, sem ruturas sistémicas. E como propôs pistas para se reconverter e não atingir o Banco.

Sei como o Banco conseguiu, no meio de um clima dramático, realizar um aumento de capital, para muitos, impossível.

Sei como tudo se fez para encontrar nomes para a futura gestão que pudessem ser aceites pelo Banco de Portugal.

Sei como o tempo muito longo, o ambiente especulativo, as reticências quanto ao apoio ao Grupo e as sucessivas alterações de nomes na nova gestão dificultaram uma tarefa já de si muito complexa.

Sei como contribuímos para a criação de emprego em Portugal, com colaboradores de excelência, a quem aqui deixo uma palavra de reconhecimento profundo.

Sei que, desde 1991, investimos em Portugal, com os nossos parceiros, mais de 8 biliões de euros.

Não aponte o dedo a ninguém, nem antes de julho, nem depois da resolução do Banco.

Termino com um apontamento funcional, que é também pessoal. Tendo, certamente, acertado e falhado muito na minha vida, sempre, em consciência, me considerei idóneo para servir na sucessão daqueles que fundaram e prestigiaram o Grupo Espírito Santo. Mas sempre tive a humildade de reconhecer que cabia a outros — na supervisão — o

permanente julgamento da minha idoneidade. Ao longo de 22 anos, ninguém com poder para tal — e que nunca duvidei que existisse — a questionou, até à própria aceitação como presidente do futuro Conselho Estratégico, até ao momento da saída de funções.

Perdoarão, pois, que ouse continuar a pensar que, modestamente, servi, com idoneidade, nas tarefas que me foram confiadas no exercício da minha profissão, ao longo de 40 anos, dentro e fora do País.

Encontro-me à disposição dos Srs. Deputados para responder às perguntas que entenderem por bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminada a intervenção do Sr. Dr. Ricardo Salgado, entramos, agora, na primeira ronda de perguntas, que é a ronda de pergunta/resposta, dispondo cada grupo parlamentar de 8 minutos para o efeito.

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, antes de iniciar as minhas perguntas e, portanto, antes de ser contado ou descontado tempo, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, no sentido de saber se esta longa dissertação do Dr. Ricardo Salgado será, ou não, oportunamente distribuída aos Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é tradição, nos trabalhos desta Comissão, todas as intervenções serem distribuídas aos Srs. Deputados. Portanto, esta, obviamente, será brevemente distribuída aos Srs. Deputados e, se a situação fosse contrária, teria alertado.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, cumprimento o Sr. Dr. Ricardo Salgado e os seus acompanhantes.

Esta longa leitura da sua defesa, de algum modo, até pelo mediatismo que neste momento transporta, vem equilibrar aquilo que constituía uma das suas queixas constantes ou lamentos constantes, melhor dizendo, de estar a ser julgado na praça pública sem direito a defesa, pois teve o seu direito de defesa, e teve-o de forma, quase diria, abundante.

Importa, agora, responder a uma série de questões.

Sobre aquilo que acabou de dizer, vou fazer apenas dois ou três comentários, o primeiro dos quais é o meu lamento, o meu próprio lamento.

Devo dizer que o ponto que mais me chocou da sua intervenção prende-se com uma comparação absolutamente forçada entre a situação do BES/GES com Portugal, com a nação portuguesa, e do Banco de Portugal com a troica, o que me parece ser, desculpe que lhe diga, um exercício de desonestidade intelectual que, de alguma forma, quase escarnece dos sacrifícios que os portugueses têm vindo a fazer nos últimos três anos.

Falou também, na sua intervenção inicial, na posição inabalável — são as suas palavras — do Governo português, em não usar dinheiros públicos para salvar um Grupo. Pois, é verdade, os dados que temos vão exatamente nesse sentido, mas é preciso dizer que esse Grupo tinha já, na altura, sintomas de fraude e de manipulação de contas, que eram de molde a nunca oferecer uma recapitalização. Os dinheiros públicos não podem servir para sanar situações com sintomas de fraude e manipulação de contas.

E a minha primeira pergunta é exatamente sobre isso: houve, em algum momento, fraude e manipulação de contas no GES e no BES?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, antes de responder a essa sua questão, gostaria de responder ao primeiro comentário que fez.

Referi, com toda a clareza, que não estava a querer comparar o Grupo e o BES ao Estado, estava a querer comparar o método que foi aplicado ao Grupo, o modelo que foi aplicado ao Grupo, para tornar bem evidente que era totalmente inexecutável.

Segundo aspeto: o Grupo Espírito Santo está há 40 anos no Luxemburgo. Nunca tivemos qualquer problema com as nossas sociedades luxemburguesas, com as *holdings* luxemburguesas. E, nas *holdings*, no Luxemburgo, enfim, as contas eram sempre fechadas como eram e nunca tivemos qualquer problema.

Este problema que veio a acontecer foi descoberto exatamente no final do mês de novembro, no momento do ETRICC. Sabemos, já hoje, que, de facto, foi avaliado pela KPMG que não houve desvios de dinheiro, após o relatório que fizeram sobre a auditoria consolidada.

Por outro lado, o Grupo teve oportunidade, no modelo do ETRICC, como sabem, e fiquei, devo dizer, surpreendido por isso,... É que, se o Banco de Portugal diz que descobriu as dificuldades ou o problema que sobreveio sobre a ES International no modelo do ETRICC, esqueceu-se de dizer que os trabalhos foram executados com equipas do BES e do GES a fornecerem todos os elementos à Pricewaterhouse e, portanto, fica claro que, se houvesse fraude ou alguma intenção de fraude, certamente, não seriam dados todos os elementos, como foram, para esclarecer totalmente a situação.

Devo dizer que a minha vida era dedicada a 100% à área financeira — 100% —, ao Banco Espírito Santo e às instituições financeiras subjacentes à Espírito Santo Financial Group e não tinha uma

responsabilidade direta sobre as contas, a execução das contas da Espírito Santo International.

Além disso, gostava de dizer ao Sr. Deputado que fiquei surpreendido, hoje, por ver notícias na imprensa sobre uma entrevista que o Dr. Francisco Machado da Cruz, que era o responsável pelas contas, e não só — já falaremos sobre isso —, deu a uns advogados no Luxemburgo. Mas quem faz essa apresentação esquece-se de referir que o Dr. Machado da Cruz foi objeto de duas intervenções de uma comissão de auditoria da ESFG, imposta pela KPMG do Luxemburgo, onde teve de responder e assumiu totalmente a responsabilidade dos seus atos.

Cada um deve ser responsável por aquilo que afirma, mas posso garantir aos Srs. Deputados que nunca dei instruções a ninguém para ocultar passivos do Grupo. Que fique bem claro! Poderão, agora, dizer o que entenderem, mas esta é a realidade dos factos. Nem eu tinha como missão estar a acompanhar as contas do Grupo.

A Espírito Santo International é uma *holding*, tinha um conselho de administração, o Dr. Machado da Cruz devia reportar ao conselho de administração da *holding*, com o Presidente.

Além disso, gostava de referir o seguinte: o Dr. Machado da Cruz não era apenas o contabilista da ESI. O Dr. Machado da Cruz tinha residência nos Estados Unidos, onde geria a parte imobiliária na América, o Dr. Machado da Cruz era membro do conselho de administração da Rioforte e estava noutros conselhos.

Portanto, em relação ao Dr. Machado da Cruz, que prestou bons serviços ao Grupo Espírito Santo, ao longo de quase 20 anos, foi, de facto, uma surpresa muito grande para todos nós o que aconteceu, mas não deixámos de ir imediatamente ao Banco de Portugal, no dia 3 de dezembro — e fomos nós que pedimos a entrevista ao Sr. Governador —, para

explicar a situação, e não só. Não tínhamos ainda os contornos totais da situação, porque só depois da auditoria da KPMG, que aparece no final de janeiro, referente a 30 de setembro, mas íamos apontar e alinhar já conceitos, ideias, caminhos para a solução do problema.

Portanto, a nossa ida, no dia 3 de dezembro, está bem explicitada nessa carta, mostrando que havia soluções e mostrando que já sabíamos, nessa altura, que o ETRICC considerava que havia possibilidade e potencial para resolver os problemas da área não financeira do Grupo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, não sabia, não participou, nunca fez ocultação ou manipulação de contas, mas elas existiram. Não sabia.

Disse, no seu depoimento inicial, que só tomou conhecimento com o relatório da Price, em 14 de março de 2014, mas, durante estes anos todos, e falo, designadamente, desde 2008, essa manipulação de contas existiu. Não sabia dela, mas assinou as contas, é responsável por essas contas.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, o conselho de administração assinou as contas, todos os membros do conselho superior assinaram as contas. Portanto, as contas foram assinadas e assumidas as responsabilidades por todos.

O que lhe posso dizer é que não dei instruções para ocultação de passivos ao Dr. Machado da Cruz.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não deu instruções, mas conhecia?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não conhecia. Só passámos a conhecer a situação que refere desde 2008, já depois de termos detetado este problema, no final do mês de novembro. Nessa altura, fez-se uma análise para trás e verificou-se que já havia diferenças que vinham desde 2008.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Deixe-me chamar-lhe a atenção para aquilo a que chamou a uma entrevista do Dr. Machado da Cruz não uma entrevista mas um depoimento, feito num escritório de advogados, que faz parte da documentação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, a minha pergunta é muito simples: nega que seja um dos responsáveis com conhecimento total e pleno do que se passava na manipulação de contas da ESI, conforme está dito e é descrito por Machado da Cruz neste depoimento?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Esse depoimento do Machado da Cruz junto desses advogados foi depois corrigido, julgo eu por ele, quando houve a auditoria imposta pela KPMG à Comissão de Auditoria da ESFG, que entrevistou o Dr. Machado da Cruz, julgo que por duas vezes, em data posterior a essa. No dia 7 de abril, o Dr. Machado da Cruz foi à Comissão de Auditoria da ESFG, por imposição da KPMG do Luxemburgo, referir essa matéria e assumindo as responsabilidades do que fez.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nas gravações, que são públicas, do conselho superior do GES, e perante a entrevista que Machado da Cruz deu acerca desta matéria, o Dr. Ricardo Salgado tem duas posições: uma, em que culpa — aliás, publicamente, como está agora aqui

a fazer — Machado da Cruz por toda a manipulação de contas; e, outra, em que protege Machado da Cruz, inclusivamente, pede à família para o protegerem.

Há, então, uma alteração de comportamento e de posicionamento em relação ao *commissaire aux comptes*. Quer explicar?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Exatamente, Sr. Deputado. Quero explicar e acredito que são razões são significativas. Aliás, foi o Dr. Machado da Cruz que pediu a demissão...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Faça favor.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Há também indicações, nessas mesmas reuniões do conselho superior, em que membros do conselho superior dizem que teria sido o senhor, o Dr. Ricardo Salgado, a forçar essa mesma demissão. É verdade?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Essa é uma contradição em termos: o Dr. Machado da Cruz pediu a demissão. E o que eu lhe posso dizer é o seguinte: o Dr. Machado da Cruz prestou serviços relevantes ao Grupo ao longo de 20 anos de trabalho — isso é absolutamente indiscutível!

O outro aspeto que quero referir, e que justifica o facto de eu ter dito ao Dr. Machado da Cruz que ele devia prolongar a sua permanência no Grupo depois de ter pedido a demissão, tem a ver com o facto de ele ter ainda uma outra função, e essa outra função era exercida como residente

nos Estados Unidos, porque, uma vez que tínhamos unidades bancárias nos Estados Unidos, tínhamos que fazer um *file*, ou seja, entregar exatamente toda a documentação sobre as *holdings* à Fed de Washington e o Dr. Machado da Cruz tinha esse procedimento, que devia ser executado o mais tardar até final de junho, mas devia ser entregue, normalmente, em abril.

Portanto, o Dr. Machado da Cruz com o advogado na Flórida preparavam a documentação para submeter às entidades de supervisão norte-americanas as *holdings* luxemburguesas.

Foi por isso, porque mais ninguém conhecia essa matéria em Lisboa e os procedimentos a executar, que foi solicitado ao Dr. Machado da Cruz que prolongasse a sua estadia connosco.

Mais tarde, chegou-se à conclusão que se poderia fazer isso, mudando o advogado — isso foi através da Sullivan & Cromwell em Nova Iorque — e esse assunto foi tratado com a comissão de *experts*, que foi nomeada para a ESI para corrigir os problemas da ESI.

Mas o meu pedido ao Machado da Cruz foi exatamente para ele poder acompanhar esse processo até ao momento adequado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vai desculpar-me, mas a contradição em termos parece-me ser agora a que resulta das suas afirmações, porque se está convencido que a ocultação de contas e a manipulação de contas era de Machado da Cruz, então como é que vai pedir uma tarefa de tal responsabilidade àquele que julga que desvirtuou e falsificou as contas?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Sr. Deputado é um ilustre causídico, professor de Direito de uma universidade pela qual tenho grande estima e consideração e que tem ajudado a inovar muito neste País, mas o

que quero dizer-lhe, claramente, é que mais ninguém no Grupo da área não financeira — e isto mostra, de facto, a fragilidade da nossa organização — era capaz de desenvolver esse procedimento.

Portanto, pediu-se ao Machado da Cruz que prolongasse a sua estadia connosco, porque o procedimento era técnica e juridicamente complicado na América.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Tem tido contactos com Machado da Cruz? Sabe onde é que ele se encontra?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não sei. O Dr. Machado da Cruz tinha residência nos Estados Unidos, tinha um *green card* nos Estados Unidos, residia na Suíça e também em Portugal, mas não o vejo há largos, largos meses.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Para onde foi o dinheiro, designadamente as imparidades que o relatório da KPMG, de junho de 2014, diz que são da ordem dos 4253 milhões de euros? Tem alguma ideia onde está o dinheiro que resulta destas imparidades?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Está a referir-se às imparidades do BES?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Bom, aquilo que sei é que — e não tenho aqui esse número — nós vínhamos, normalmente, a constituir imparidades à medida que eram evidentes e que o Banco tinha de

provisionar, e essas imparidades foram aceleradas devido às operações da área financeira por uma ordem do Banco de Portugal... E volto a falar da reunião de 30 de julho, na qual eu já não participei, porque, recorde ao Sr. Deputado, saí no dia 13.

O que aconteceu foi que, uma semana antes, salvo erro no dia 23, o Banco de Portugal enviou uma carta e o Dr. Joaquim Goes, meu ex-colega nesse conselho de administração, disse que o Banco de Portugal queria que se constituísse, no mínimo, uma provisão de 2 biliões de euros.

Portanto, o prejuízo que o Banco realizou em grande parte vem dessa provisão que foi constituída e que foi largamente — e volto a frisá-lo — contestada por administradores do Banco Espírito Santo, nomeadamente os administradores do Crédit Agricole. Foi um exagero! Foi imposta! Aliás, ficou registado em ata que foi imposta. Estamos todos à espera da auditoria forense para perceber melhor o que é que aconteceu, mas a provisão não se traduz em saída de dinheiro.

Já agora, gostaria de referir e voltar a abordar o tema da tal circularização das obrigações. Como foi referido aqui, os ganhos que um intermediário, concretamente, fez foram reinvestidos em dívida do Grupo que estava nas mãos de clientes e que não estavam protegidos pela provisão dos 700 milhões. Eram clientes residentes, julgo eu, na sua maioria, no exterior, que, portanto, não estavam abrangidos por essa proteção, e foi com o objetivo de lhes retirar esse risco...

Gostava que ficasse bem ciente junto dos Srs. Deputados que o objetivo que sempre foi transmitido foi o da proteção dos clientes o máximo possível. A provisão que foi estabelecida dos 700 milhões aplicava-se ao papel comercial de retalho distribuído em Portugal, mas os clientes residentes no exterior não tinham essa proteção e, por isso, houve essa operação, que foi realizada — os responsáveis pela área financeira

poderão dar mais detalhes —, mas eu tenho a certeza absoluta que foi com esse objetivo e que ninguém se apropriou de um tostão, nem na administração, nem na família, nem nos quadros diretivos, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Violou, em algum momento, as imposições do Banco de Portugal relativamente à exposição do BES ao GES?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Banco de Portugal acompanhava em permanência os grandes riscos e, portanto, nunca violámos esse aspeto.

A todo o momento que era necessário reforçar capitais, como referi há pouco, sempre o fizemos. Fizemos 10 aumentos de capital sempre para manter os níveis de rácios *Core Tier 1* impostos pelo Banco de Portugal e pela supervisão dentro das exigências que eram estabelecidas e, portanto, não consideramos ter violado as imposições do Banco de Portugal.

A partir de uma certa altura, o Banco de Portugal passou a considerar a dívida direta e a dívida indireta. A dívida indireta era, efetivamente, as emissões de obrigações que eram colocadas no mercado, mas tivemos sempre, pelo menos até à minha permanência no Banco, com os rácios adequados.

Já agora, gostava de reforçar — e peço desculpa da minha insistência — que fizemos um aumento de capital de 1 bilião de euros no Banco Espírito Santo, quando, inicialmente, o Banco de Portugal, na carta de 25 de março, pedia, pelo menos, 750 milhões e/ou a venda de 49% ou de 50% da BES Vida.

Pois bem, realizámos 1,045 biliões de aumento de capital, portanto amplamente acima daquilo que o Banco de Portugal exigia, e pusemos, nessa altura, Sr. Deputado, o nível de capitalização do Banco dentro dos

objetivos de Basileia III, que permitiriam ao banco resistir aos *stress tests* que seriam impostos e aos resultados do AQR (*asset quality review*).

Agora, repare: o aumento de capital é fechado no dia 16 de junho; no dia 23 de julho, o Banco de Portugal manda constituir uma provisão de 2 biliões, cuja validade ainda não se conhece, atendendo às circunstâncias que já aqui referi, mas, imediatamente a seguir a essa provisão, nós voltámos para baixo dos níveis de capitalização necessária e, depois, fomos afetados pela situação do BESA, naturalmente.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas o problema não é de rácios; o problema é da exposição — essa tinha sido a minha pergunta.

Eu tenho aqui um gráfico 1, para o qual peço a sua atenção, que demonstra qual era, em dezembro de 2013, a exposição do BES à Rioforte, que em março de 2014 existiu uma descida, que já foi referida amplamente pelo Sr. Doutor, mas que, depois, em junho de 2014 mostra que há uma subida, que é verdadeiramente impressionante, o que significa que o BESA não explica tudo, isto é, havia determinações objetivas do Banco de Portugal em relação à não exposição do BES ao GES que não foram cumpridas.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Dr. Carlos Abreu Amorim, julgo que consegui explicar, na medida do possível, a inexecutabilidade do *ring-fencing*. Totalmente inexecutável, pelo menos num prazo de sete meses...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, pelo menos, essa determinação violou.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Dr. Carlos Abreu Amorim, eu não sei de que data é esse gráfico... Isso tem a ver com o colapso do BES e do GES. É nesse momento que se dá...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não, não. A última data, representada pela barra vermelha, é de junho de 2014 e o gráfico é baseado no relatório da KPMG.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Exatamente. Mas o relatório da KPMG de junho já é executado na fase do colapso, porque...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Está bem, mas o que importa aqui é o aumento da exposição.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O aumento da exposição pode ter sido durante esse período, mas o Grupo já estava em colapso e o Grupo entrou em colapso por não haver tempo e por não se ter conseguido realizar a operação de médio prazo.

Não houve fugas de dinheiro do Banco para quem quer que fosse! Posso assegurar-lhe isso e espero que, como disse há pouco, as auditorias exaustivamente feitas possam comprovar esse facto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Havendo ou não fugas, já lá iremos, houve, pelo menos, um aumento brutal, ou colossal, até, da exposição.

Falou de auditorias. Pergunto-lhe: colaborou com a auditoria forense?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — A auditoria forense já entrou em 2 de julho, os serviços do banco a quem se destinava a auditoria forense certamente colaboraram, porque eram as instruções normais. O Banco de Portugal tinha direito a ver tudo.

Eu gostava de referir o seguinte: vejam bem, é realizado um aumento de capital; antes deste, há a *due diligence* dos bancos estrangeiros, que tomaram firme o aumento de capital, e eram bancos muito importantes; o Banco Espírito Santo estava sistematicamente sob auditoria permanente do Banco de Portugal, que tinha o direito — os auditores permanentes — de fazer análises transversais; os *stress tests* eram recorrentes; as auditorias, impostas pela troica, eram absolutamente recorrentes.

Uma auditoria forense, desencadeada no dia 2 de julho, contribuiu... Se o Sr. Deputado me permitir que comente este gráfico 2, como pode ver, é exatamente a partir do dia 19 ou 20 que começa o descalabro das ações do BES.

Este gráfico devia ter por baixo a indicação da saída de recursos — infelizmente não está —, mas entre julho e agosto devem ter saído do Banco 6 biliões de euros. Portanto, o período do colapso começa a partir do dia 20. E é a partir dessa altura que a situação se agrava.

Quando entra a nova comissão executiva, que, naturalmente, impôs — e julgo que, em condições normais, quaisquer novos administradores levariam a isso, porque só estariam dispostos a assinar as contas quando as contas prévias tivessem sido auditadas... Foi imposta uma provisão importantíssima por parte do Banco de Portugal.

Os auditores, naturalmente, tiveram tendência para se conformarem com a situação e os novos administradores executivos com certeza que, com mais provisões, poderiam conviver de uma forma mais confortável para o futuro. Agora, não vejo que possa atribuir esse aumento inusitado à

permanência do Grupo no Banco. Isso resulta do colapso da fase final do Grupo, que começou, portanto, a partir do dia 20 de junho.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa pelo meu comentário lateral, mas não me parece que um colapso desta natureza possa ser atribuído a um problema que aconteceu em duas ou três semanas. O problema já vinha muito mais de trás e, aliás, era conhecido e noticiado publicamente de forma exaustiva.

Mas, falando das últimas semanas, há notícias também abundantes de que, enquanto esteve como CEO do BES, houve transferências de centenas de milhões de euros para empresas *offshore* situadas nas ilhas britânicas.

Primeira pergunta: tem conhecimento destas transferências? Tem conhecimento destas empresas *offshore*? Quem tem conhecimento destas transferências e quem são os titulares destas *offshore*?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, eu não tenho conhecimento de capitais que tenham saído do Banco para terceiros. Agora, como há pouco referi, os reembolsos que foram feitos aos SPV que estavam num banco internacional foram, efetivamente, as transferências que se destinaram aos reembolsos da dívida do Grupo que estava nas mãos desses clientes. Portanto, foi dinheiro que não saiu do Banco, foi para reembolsar clientes que mantiveram esses recursos no Banco, e que, de outra forma, não poderiam ser protegidos.

Já agora, gostava de acrescentar outro aspeto: é que se esses clientes não tivessem sido reembolsados dessa dívida, o que teria acontecido é que essa dívida teria ficado nas suas mãos — as dívidas do Grupo que estavam

colocadas no tal SPV de um banco internacional — e, se assim fosse, eles teriam direito de virem a reclamar a equiparação da situação.

Não sou um causídico, não sou jurista, sou economista. Como o senhor é um causídico brilhantíssimo, saberá certamente dar uma opinião mais concreta sobre isso, mas eram também clientes de retalho e, como clientes de retalho, poderiam ter o direito de solicitar ou de exigir o mesmo tratamento que os clientes de retalho do Banco tiveram com a proteção dos 700 milhões de euros de provisão.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Foi responsável por alguma operação bancária de capital superior a 1 milhão de euros desde abril de 2014?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Essa é uma pergunta difícil de responder. Eu era o responsável do Comité de Crédito, mas há alguns anos que já não ia ao Comité de Crédito, a não ser para operações muito grandes, que solicitavam a minha opinião.

Portanto, operações de 1 milhão de euros, num banco que tem uma carteira de crédito brutal, nomeadamente na área das empresas, são operações de montante elevado sim, com certeza, mas que não caem dentro da alçada do presidente da comissão executiva. São as direções, os departamentos quer de empresas quer dos particulares, que tratam dessas operações.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Permito-me notar aqui, nas suas respostas, e, aliás, na sua intervenção inicial, um padrão: a questão da manipulação das contas da ESI é atribuída a Machado da Cruz, apesar de ser o Dr. Ricardo Salgado o responsável; a questão da transferência de

capitais a partir de abril de 2014, apesar de ser responsável o superior, o responsável seria o presidente do conselho executivo.

A minha pergunta seguinte prende-se com o BES Angola: o BES detinha 55,7 do BESA; a exposição do BES ao BESA, sob a forma de crédito, era de 3300 milhões de euros. Como se chegou a isto?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O BES era um banco que apoiava muitíssimo toda a área das exportações, como sabem, e certamente que os senhores tiveram oportunidade de apreciar que houve um aumento significativo das exportações portuguesas nos últimos anos. Mas esse crescimento principal das exportações portuguesas não se deu para os países do centro da Europa, deu-se, fundamentalmente, para os países emergentes, e essa foi a grande força do Banco Espírito Santo, no apoio às exportações e às PME que abriram *n* mercados nos países emergentes.

Não estou a querer rodear a sua pergunta porque esteja a esconder a resposta em relação a Angola. Já lá vamos!

Angola, hoje, representa — julgo que ainda representa — uma quota de mercado nas exportações portuguesas superior à dos Estados Unidos da América e, acredito, também à do Reino Unido. O grande crescimento das exportações portuguesas deu-se também para Angola e para Moçambique — menos para Moçambique e principalmente para Angola. O grande ator no apoio às exportações portuguesas foi o Banco Espírito Santo, e a relação com o BESA foi incontornável.

Portanto, esses 3 biliões de euros têm a ver com financiamento do balanço do BESA, certamente — mas que estava amparado, em termos de liquidez pela garantia soberana dada pelo Sr. Presidente da República de Angola —, mas também com o apoio a empresários portugueses atuantes em Angola e a empresários angolanos atuantes nesse país.

Também não escondo que acredito — não sei exatamente os detalhes — que uma parte desses ativos tivesse tradução em títulos da dívida pública angolana que estivessem na carteira do Banco. Mas pode crer que nunca tivemos nenhuma dúvida sobre o reembolso desses montantes, porque o balanço do Banco de Angola estava protegido pela garantia soberana, dada pelo Sr. Presidente da República de Angola.

Portanto, em termos de liquidez, esses montantes viriam a ser reembolsados.

Mas o desenvolvimento da atividade do Banco em Angola, nomeadamente na área das exportações, era muito significativo, também para apoiar exportações portuguesas e investimentos portugueses em Angola.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não comentando, para já, até porque não tenho tempo, as virtudes patrióticas desta exposição de 3300 milhões de euros, coloco-lhe uma questão muito simples: manteve o mesmo grau de exigência na concessão de crédito do BESA, que mantinha o que era paradigma do BES em Portugal? Manteve o mesmo rigor na concessão?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Sr. Deputado está a tocar num ponto nevrálgico e, aí, não posso deixar de desenvolver o tema, porque, de facto, se não tivesse havido um enorme problema em Angola, por que razão é que houve uma garantia, com a dimensão que houve, assinada pelo Sr. Presidente da República...

O que aconteceu foi o seguinte: abrimos o banco em Angola no início já deste século, preparámos as equipas, tínhamos angolanos em Portugal que tinham dado algumas provas, nomeadamente a pessoa que foi

convidada para ser presidente da comissão executiva de Angola, o Dr. Álvaro Sobrinho, que foi um angolano que viveu muitos anos em Portugal, que trabalhou no BES cerca de 10 anos, onde prestou serviços de uma forma absolutamente impecável.

Considerámos que seria muito interessante convidar para Angola um angolano — era a primeira vez que isso viria a acontecer — como presidente da comissão executiva, uma vez que tinha tido uma formação aprofundada no Banco Espírito Santo, e foi, naturalmente, preparado, com todos os procedimentos e as exigências da boa gestão, em termos da atividade bancária e das regras prudenciais e de *compliance* necessárias. E assim foi durante os primeiros anos.

A partir de uma certa altura, Dr. Carlos Abreu Amorim, o que aconteceu foi o seguinte: começámos a ver e a assistir... Ah, e ele foi para Angola com outros portugueses que tinham também sido preparados no Banco Espírito Santo: o responsável pela área informática era o Dr. Ilídio Santos, que vinha do BIC; o Dr. João Moita era o responsável pelos riscos, que já tinha tido uma longa preparação no Banco Espírito Santo; havia banqueiros na administração, talvez com funções executivas, como o Dr. Pedro Neto, que era representante do Banco de Investimento. Portanto, diria que tínhamos a equipa, os elementos necessários para desenvolver o Banco, e este desenvolveu-se bastante bem.

A partir de uma certa altura, começámos a ter, em Lisboa, informações estranhas.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, a partir de quando?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não sei exatamente referir, não lhe posso precisar exatamente a data, mas deve ter sido em meados da década, mais ou menos por aí.

Os clientes queixavam-se de que não eram recebidos pela administração do Banco, que o Dr. Álvaro Sobrinho não tinha tempo para os receber, bem como outros administradores.

Começámos a assistir a uma evolução da atividade bancária com um crescimento do crédito, elevando os rácios de transformação, e chegámos a uma altura, infelizmente, em que o BNA estabelece uma ordenação na qual os bancos angolanos têm de ter total independência informática do exterior.

E nós, que temos equipas informáticas de altíssimo nível no Banco Espírito Santo, tivemos de cortar a relação informática e dar autonomia a Angola. Temos elementos sobre isso. Essa autonomia informática foi dada em 2009, foi imposta através de uma carta do BNA para o BESA, no sentido de que essa execução tinha de ser feita.

Acontece que começámos a ficar preocupados à medida que o tempo ia avançando, depois de 2009, vendo rácios de transformação a crescer.

Começam a sair notícias, mas recebemos uma análise do *stress test*, em 2012, imagine, feita pelo BNA ao Banco em Angola, que revela que o Banco, em Angola, está com rácios confortáveis de solidez.

Por outro lado, há, salvo erro — está ali a Dr.^a Cristina Ferreira, lá ao fundo, que é capaz de se lembrar disso — uma referência no *Público* de que o Banco estava com dificuldades de liquidez e o BNA escreve uma carta, perante a notícia referida, dizendo que o BNA acompanha, de facto, as situações de liquidez dos bancos angolanos e que está tudo bem, também, com o BESA.

Mais tarde...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Dr. Ricardo Salgado, quer convencer esta Comissão de Inquérito e os representantes do povo português de que sabia da situação do BES Angola pelos jornais? Desculpe, peço que reformule essa sua explicação.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Dr. Carlos Abreu Amorim, o senhor é extremamente perspicaz. O que lhe estou a dar são exemplos de sinais. Tínhamos administradores no Banco em Angola, mas que não nos informavam. E recorro à sua sapiência jurídica para saber que há uma regra fundamental em Angola: quem violar o segredo bancário, quem der informações para o exterior pode ser preso. Isso é considerado crime em Angola. Aliás, há pareceres sobre essa matéria.

Acontece que tive conhecimento de uma situação mais grave quando tive oportunidade de contactar com os nossos sócios angolanos, que vieram a Lisboa e que me contaram um episódio complicado: que o Dr. Álvaro Sobrinho tinha sido chamado ao Banco Nacional de Angola e que a reunião com ele tinha corrido muito mal. Os nossos sócios angolanos sugeriam a substituição do Dr. Álvaro Sobrinho, pelo menos numa primeira fase, para sair da comissão executiva.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Quando?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Estamos a falar de finais de 2011, princípios de 2012, algo por aí, julgo eu. Poderei estar errado nas datas precisas.

Pois bem, a partir da altura em que o Dr. Álvaro Sobrinho sai, os órgãos de imprensa da propriedade do Dr. Álvaro Sobrinho, que entretanto tinha decidido adquirir os jornais *Sol* e *i*, primeiro o *Sol* e depois o *i*, e a

quem eu chamei depois para dizer que isso era completamente fora das regras do Grupo Espírito Santo, que nunca teve investimentos em órgãos de *media*, a não ser em duas situações pontuais: quando foi o lançamento da SIC, para apoiar o Dr. Balsemão na criação da SIC, porque tinha havido um parceiro que, à última hora, tinha recusado participar, mas rapidamente, ou algum tempo depois, vendemos a participação; e na privatização do *Diário de Notícias*, porque também era preciso dar apoio ao Coronel Luís Silva nesse momento, mas muito pouco tempo depois essas posições foram vendidas...

Posso dizer-lhe que fizemos sempre questão de não termos participações nos órgãos dos *media* e o Dr. Álvaro Sobrinho tinha violado essas instruções.

A partir dessa altura, quando foi comunicado ao Dr. Álvaro Sobrinho que devia sair da comissão executiva, começou o bombardeamento na imprensa do Dr. Álvaro Sobrinho a meu respeito e, depois, da equipa, porque, entretanto, na área internacional, o Dr. Amílcar Moraes Pires, que substituiu o Dr. Pedro Homem, que foi reformado, organizou uma equipa para ir para a comissão executiva do BESA e é essa comissão executiva que, ao fim de algum tempo, consegue perceber o que é que se passava. De facto, era uma situação pavorosa e que ultrapassava tudo e todos. Aliás, julgo que houve uma ata que foi divulgada no *Expresso* — não sei exactamente em que data —, referente à assembleia geral do BESA, no dia 3 de outubro, que parou, e depois teve continuidade, salvo erro, no dia 20 de outubro.

No dia 2 de outubro, eu tinha ido a Angola participar nas assembleias gerais a representar o Banco Espírito Santo, e fui agradecer ao Sr. Presidente da República a consideração que tinha tido pelo BESA e também pela nomeação do General Kassoma, como presidente do BESA.

O General Kassoma é uma individualidade absolutamente notável em Angola, um homem que reorganizou, reestruturou e desenvolveu o Huambo, que depois foi Presidente do Parlamento angolano e que, salvo erro, também foi Primeiro-Ministro. Foi destacado para ser presidente do conselho de administração do BESA, e julgo que continua a ser, ainda que não tenha a certeza neste momento, porque, entretanto, aconteceu o que aconteceu.

O Dr. Álvaro Sobrinho ainda ficou no conselho de administração um tempo e às nossas equipas que foram para Angola foram-lhes levantadas as maiores resistências e dificuldades e foram feitas ameaças — o Dr. Amílcar Moraes Pires, numa oportunidade em que cá vier, poderá explicitar isso melhor— e quando começaram a trabalhar e a perceber bem que o que tinha acontecido, que tinha sido um verdadeiro desastre, foi isso que nos levou a ir ao Presidente pedir apoio. E foi com a consideração que o Presidente tinha pela associação angolana e portuguesa e, com certeza, também, pelo Grupo Espírito Santo, que foi concedida essa garantia. Há uma memória justificativa, Sr. Dr. Carlos Abreu Amorim, nessa garantia dada pelo Ministério das Finanças que considera o BESA um banco essencial para o desenvolvimento de Angola.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O Banco de Portugal sabia da situação do BES Angola?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Nós procurávamos informar o Banco de Portugal sempre na medida do possível, mas foi a primeira instituição que recebeu a garantia. Fiz questão de eu próprio ir lá, com colegas meus, entregar a garantia ao Sr. Governador, que levantou sempre as maiores

dúvidas sobre ela, ao ponto de não a aceitar para efeitos dos rácios de capital.

Devo dizer que acho extremamente lamentável que isso tenha acontecido. Acho ainda pior o que veio a acontecer depois, porque vi agora nesta afirmação do Sr. Governador que aqui foi referida, no dia 18 de julho, dizer que essa garantia cobria toda e qualquer responsabilidade em relação a Angola. Nunca o Banco de Portugal aceitou a garantia para efeitos dos rácios de solvência do Banco Espírito Santo, o que é uma curiosidade. De facto, de repente, a situação parece totalmente esclarecida.

Aconteceu uma coisa que era inevitável que acontecesse: a garantia, com a forma — os senhores poderão, enfim, deduzir daí as consequências — de resolução, a divisão do banco em banco bom e em banco mau, deixando as ações do banco angolano no banco mau, significou considerar a garantia dada pelo Governo de Angola como um produto tóxico.

Ora, Sr. Dr. Carlos Abreu Amorim, peço-lhe que tenha em consideração que há três bancos em Portugal que têm participações de grupos angolanos: o BPI, o BCP e o BIC. E classificar a garantia do Sr. Presidente da República de Angola, no banco mau, como sendo um produto tóxico, é, no mínimo, uma enorme ofensa diplomática.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Aquilo que nos foi dito pelo Banco de Portugal, já nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, foi que a garantia era válida, não punham em causa a sua validade, mas não era elegível, o que de alguma maneira vai ao encontro daquilo que referiu em relação à sua utilização.

No entanto, a garantia era tão frágil que acabou por ser revogada, uma mera revogação que não pode ser atribuída, única e exclusivamente, à resolução, até porque há uma carta do Banco Nacional de Angola, datada

de 1 de agosto, portanto, dois dias antes da resolução, que refere a hipótese de a garantia vir a ser revogada muito proximamente.

Eu gostava de saber o seguinte: essa garantia foi pedida por si, pessoalmente, ao Presidente angolano?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Essa garantia foi pedida pelos acionistas angolanos, pedido esse, certamente, apoiado pelos acionistas portugueses, pelo Banco Espírito Santo e por mim próprio. E, portanto, quando fui a Angola, no dia 2, visitar o Sr. Presidente da República, fui exatamente agradecer-lhe a atenção que ele tinha tido em relação ao Banco, aos acionistas angolanos e portugueses. Mas os acionistas angolanos tiveram um papel preponderante na obtenção dessa garantia.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Estou quase no fim desta minha primeira intervenção, que é de 8 minutos para colocar questões em relação às suas respostas e à sua dissertação inicial, e, portanto, vou ter de tirar uma pequena conclusão daquilo que ouvimos até agora.

Vou reforçar aquilo que disse há pouco: há um padrão naquilo que o Sr. Doutor tem dito, com a sua enorme capacidade argumentativa de responder. Tem, de facto, estabelecido aqui uma lógica e um pano de fundo para tudo aquilo que aconteceu no GES e no BES.

Em primeiro lugar, embora fosse o primeiro responsável, foi sempre o último a saber. Ignorava a maioria dos enredos: ignorava a manipulação de contas, que atribuíam a Machado da Cruz; ignorava as transferências de capitais, que seriam responsabilidade do conselho executivo, até porque o Sr. Doutor já não ia lá há bastante tempo; ignorava, até muito recentemente, aquilo que se passava no BES Angola, porque isso era responsabilidade do Dr. Álvaro Sobrinho e também do Banco Nacional de

Angola, e a restante responsabilidade caberia ao Governador do Banco de Portugal, caberia, assim, à supervisão portuguesa.

Portanto, este pano de fundo de, passe a expressão, rejeitar qualquer tipo de responsabilidade, embora seja o primeiro responsável, parece-me ser a nota firme de tudo aquilo que nos acaba de dizer.

Termino com uma última pergunta. Referiu, reiteradamente, na sua intervenção inicial e nas suas respostas, que nunca obteve qualquer benefício daquilo que se passou no BES/GES e que a sua gestão teria sido sempre rigorosa e, portanto, não dada a favorecimentos pessoais. No entanto, não me parece que isso seja inteiramente verdade: falo no benefício que lhe foi atribuído pelo construtor José Guilherme, que primeiro teria sido de 8,5 milhões de euros e que, depois, mais tarde, vem a saber-se que foi de 14 milhões de euros. Pergunto-lhe se não obteve algum proveito, nomeadamente neste último exemplo que referiu.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Sr. Dr. Carlos Abreu Amorim é um ilustre jurista, e compreenderá isso...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O senhor já disse isso tantas vezes.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Mas é por consideração e pela forma brilhante como faz as suas apresentações. Não estou aqui para o elogiar, é exatamente para confirmar essa extraordinária capacidade de síntese. Mas julgo que está muito apressada e que não é real.

Eu vou começar pelo fim. Em relação ao Sr. José Guilherme, o assunto já foi largamente divulgado. É um assunto do foro pessoal, que está enquadrado, nesta altura, em segredo de justiça pelo Ministério Público,

portanto, sobre o qual... Não sei o que é que o Sr. Presidente me pode... Portanto, é um assunto que não posso comentar mais em detalhe nesta altura.

Em relação aos outros assuntos, o senhor elegeu-me o principal responsável do Grupo Espírito Santo. Quero voltar a afirmar a este fórum, às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados, que o Grupo Espírito Santo era composto por cinco grupos paritários — cinco grupos paritários — e que ninguém tinha supremacia de voto nas tais reuniões do conselho superior que foram por aí muito divulgadas, embora fosse um órgão não estatutário, um órgão familiar e privado.

O que posso dizer-lhe é que eu não era o responsável do Grupo Espírito Santo como um todo, eu era apenas — apenas e muito importantemente — responsável pela área financeira, como presidente do conselho de administração do Espírito Santo Financial Group e presidente executivo do BES. Eu vivia dentro do BES — eu era, porventura, um dos primeiros a chegar e sempre dos últimos a sair — e passei 70% dos fins-de-semana a trabalhar em casa. Considero-me um verdadeiro trabalhador e, portanto, não posso aceitar que, tendo dedicado a minha vida ao banco, e exclusivamente ao banco, seja responsável por tudo o que se passou fora da área financeira.

A ESI tinha um presidente do conselho de administração, a Rioforte tinha outro presidente do conselho de administração. Nas reuniões do Grupo eu procurava manifestar a minha posição. Já fiz referência a isso e peço aos Srs. Deputados compreensão para essa matéria: a única coisa que afirmei desde que saí do banco, depois de ter passado um muito mau bocado — e muitos outros a seguir —, é que iria defender a dignidade e a honra da minha família. Portanto, não contem comigo para atacar ninguém da minha família. Procurarei fazer isso até ao fim.

Segundo, responsável pela área do crédito, sim senhor, mas havia um departamento de riscos e havia uma enorme delegação de poderes na concessão de crédito, nomeadamente na área do retalho. O Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim fala de uma operação de 1 milhão de euros. Muitas operações de 1 milhão de euros aconteceram também no retalho.

A delegação de poderes era em direção regionais — tínhamos 35 direções regionais, que visitávamos todos os 15 dias, e 25 centros de empresas, que visitávamos todos os 15 dias. Eu não podia decidir — seria um disparate um presidente da comissão executiva decidir sobre operações de 1 milhão de euros.

A delegação de poderes era feita em pessoas muito experientes, havia grandes banqueiros, infelizmente já substituídos, no Banco Espírito Santo, que tinham os seus poderes pela sua experiência e capacidade de conceder crédito, quer no Norte do País, o Dr. Jorge Martins, quer na região Centro e Sul, o Dr. António Souto, nomeadamente da área das empresas. Havia, portanto, uma delegação de poderes, era, aliás, a única forma de se poder gerir um banco com quase 7000 colaboradores, na altura, e com 20% de quota de mercado.

Depois, se eu ignorava certas coisas? Certamente que ignorava, porque Banco eu procurava saber tudo. De facto, em relação a Angola, houve um erro de julgamento na indicação da pessoa que foi para presidente da comissão executiva do BESA. Enfim, é um banco angolano e as pessoas em Angola devem tratar desses assuntos também.

Eu assisti às duas assembleias gerais. Aliás, a uma só assembleia geral, que teve duas fases, em que os acionistas angolanos levaram o Dr. Álvaro Sobrinho a dizer que iria resolver os problemas que tinham nascido no BESA. Até agora, que eu saiba, sendo que não tive mais informações a partir do dia 13, nada foi resolvido.

Eu sempre fui um profissional consciente, procurei dar o meu melhor, saber tudo o que se passava e executar as decisões. Devo ter errado algumas vezes certamente, e também já o referi na minha apresentação inicial, mas posso garantir-lhe que não houve desvios de capitais para fora do banco, nem para administradores nem para diretores do banco, através das operações. Aqueles cenários que foram apresentados, até na televisão, são totalmente falsos e só espero que os tribunais venham a confirmar essa situação, se não for confirmada antes pelas auditorias forenses.

O Sr. **Presidente**: — Fica, então, registada a invocação do segredo de justiça relativamente à matéria que indicou, como, aliás, é normal quanto a todas as invocações de segredo que acontecem nesta Comissão.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Dr. Ricardo Salgado, queria começar por um dos temas já aqui abordados pelo Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, que tem a ver com a ocultação de dívida da ESI.

Já disse que não é responsável, não tinha conhecimento e não deu autorizações a ninguém para a ocultação do passivo; e disse, inclusivamente, que foi uma surpresa. Mas também ficámos aqui a saber — aliás, já o sabíamos antes e foi confirmado — que pediu a Machado da Cruz para continuar e que ele saiu apenas em abril. Portanto, a questão que se coloca é esta: como é que alguém que comete um crime de tal gravidade se mantém? Ou como é que o Dr. Ricardo Salgado pede a Machado da Cruz, depois do que ele fez, para continuar até abril?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, o que se passou concretamente em relação a Machado da Cruz foi o seguinte: Machado da Cruz, durante 20 anos, prestou serviços relevantes ao Grupo.

A KPMG tinha feito uma auditoria e constatado que não havia desvios de capitais ou de recursos da ESI para onde quer que fosse. Portanto, era pura e simplesmente uma operação contabilística que representava, quanto a mim, uma negligência grave. Logo que nos apercebemos dessa situação, o conselho superior foi ao Banco de Portugal manifestar a situação, mas também, ao mesmo tempo, apresentar soluções.

O Dr. Machado da Cruz era o único que, naquela altura, tinha a capacidade para, no fundo, apresentar os elementos requeridos pelas autoridades de supervisão norte-americanas, uma vez que tinha feito isso ao longo dos anos. Desta forma, foi solicitado ao Dr. Machado da Cruz que prolongasse a sua estadia connosco com essa finalidade.

Mais tarde, como tomámos imediatamente medidas, inclusivamente com a criação de uma *task force* e de uma comissão de *experts*, para abordar os problemas da ESI, foi decidido substituir o advogado de Miami que trabalhava nesse *dossier* com o Dr. Machado da Cruz pela Sullivan & Cromwell. E foi a Sullivan & Cromwell que, com as novas equipas de *experts*, acabou por tratar do assunto. Mas, no entretanto, foi requerido ao Dr. Machado da Cruz que pudesse prolongar a sua estadia apenas para ir avançado com os *dossiers* nesse sentido.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Machado da Cruz diz que Ricardo Salgado sabia; o Dr. Ricardo Salgado diz que não sabia.

A sociedade de advogados luxemburguesa aqui já referida diz que a ocultação de dívida — e não me parece que seja apenas no Luxemburgo — é um ato criminoso, é uma ofensa criminal; e também diz que, num prazo

de 24 horas ou de 48 horas, quem tem conhecimento desses atos tem de os comunicar às autoridades.

Portanto, há uma obrigação de participação da prática de crimes. Participou esses crimes? É que também a sociedade luxemburguesa diz que só numa situação não há a obrigatoriedade de participar o conhecimento desses crimes: quando os diretores ou outros que participaram, que conhecem ou que estavam obrigados a revelar esses factos não o façam para não se incriminarem a si próprios. Assim, a pergunta que quero fazer-lhe é esta: participou às autoridades quando tomou conhecimento de que tinham sido realizadas práticas potencialmente criminosas?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, o que lhe posso dizer é que participámos efetivamente às autoridades. Não o fizemos, provavelmente, com a celeridade que era exigida, mas no dia 21 de março fomos às autoridades de supervisão luxemburguesas.

A nossa primeiríssima prioridade, no entanto, era participar ao Banco de Portugal, e foi isso que fizemos, embora no decurso do exercício do ETRICC o Banco de Portugal já tivesse verificado também que havia um aumento inusitado da dívida do Grupo. Mas nós fomos lá no dia 3 de dezembro, havendo uma carta que documenta bem essa apresentação da situação.

Depois disso tivemos, naturalmente, que constituir a provisão, pelo que houve representantes do Grupo que foram ao Luxemburgo tratar desse assunto. Simultaneamente, fomos à CMVM manifestar o problema, manifestar a provisão que tinha sido constituída.

Portanto, demorou-se mais algum tempo, mas efetivamente fomos recebidos... Já agora, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, para que fique a saber, posso dizer-lhe que a supervisão do Luxemburgo é integrada, quer

dizer, a área da supervisão bancária está junta com a área de mercado de capitais, e, portanto, quem nos recebeu foram efetivamente todos os supervisores a quem manifestámos isso. E manifestámos também que, infelizmente, o Dr. Machado da Cruz nos informava sistematicamente que não era preciso haver consolidações. Eles ficaram perfeitamente estarecidos, porque parece que havia uma obrigatoriedade... O Dr. Machado da Cruz defendia que, uma vez que não eram sociedades cotadas, eram sociedades só com um número muito significativo de acionistas a requerem as consolidações a que as mesmas eram feitas. Mas foi isso que reportámos às autoridades luxemburguesas, que ficaram muito surpreendidas com o facto.

Quero dizer-lhe também que já antes do fim do ano reorganizámos a estrutura do Grupo — aliás, existe um documento sobre isso que posso facultar à Comissão — e as *holdings* do Luxemburgo, que eram totalmente dispersas, passaram a ficar debaixo de uma estrutura que permitiria com facilidade a respetiva consolidação. Se os Srs. Deputados quiserem, poderemos facultar esses elementos.

O Grupo tinha centenas e centenas de sociedades espalhadas por quatro continentes. Enfim, é um *dossier* muito complicado, mas poderemos facultar os elementos para mostrar a simplificação que foi feita para facilitar exatamente a consolidação integral de todo o Grupo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Tomou conhecimento em dezembro, só participou em março, em janeiro ainda dizia à sua família que era preciso protegê-lo. É natural que seja muito difícil acreditar que não soubesse, mas, quanto a isso, obviamente, continuaremos este trabalho aqui e noutros fóruns para apurar esse facto. Até porque, em matéria de consolidação de contas, Machado da Cruz também disse à sociedade de

advogados que essa questão se colocava todos os anos, mas que a decisão foi a de não a fazer para não se ter de nomear um revisor de contas.

Queria avançar para outro dos temas mais relevantes em todo este processo — dou-lhe já a palavra — e que é o BESA, porque a verdade é que o BESA acabou por se transformar numa transferência de quase 3000 milhões de euros dos contribuintes portugueses para outrem, sejam eles cidadãos angolanos, cidadãos portugueses, nós ainda não sabemos para quem. E esta é, de facto, uma questão importante.

O Dr. Ricardo Salgado já aqui disse, várias vezes, que a informação não lhe chegava, que os sistemas informáticos não tinham interconexão, mas há uma que é da sua responsabilidade, a do crédito que foi concedido pelo BES ao BESA, e nós não estamos a falar de poucos milhões nem estamos a falar, sequer, de muitos milhões, estamos a falar de 3300 milhões de euros, mais de metade do capital do BES. E, portanto, há aqui uma responsabilidade que é do BES, que é sua, que não é só do Álvaro Sobrinho, mas é de quem também decidiu conceder o crédito.

Portanto, era importante que nos explicasse como é que foi possível o BES atingir um nível de exposição ao BESA desta magnitude.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Se o Sr. Deputado me permitir ainda voltar atrás, ao assunto da opinião dessa firma de advogados sobre a questão do Dr. Machado da Cruz, gostava de lhe reafirmar que o Dr. Machado da Cruz, depois de ter dado essa entrevista, foi convocado para responder à Comissão de Auditoria da SFG em 7 de abril e vejo que as notícias que saíram na imprensa de hoje não fazem nenhuma referência a essa submissão do Dr. Machado da Cruz a esta comissão de auditoria. Portanto, gostaria que não fosse esquecido aquilo que ele disse, em que

assume inteiramente a responsabilidade, depois dessa conversa que teve com os advogados luxemburgueses.

Em relação ao BESA, julgo que, pelo menos em parte, já respondi.

O Banco Espírito Santo de Angola foi uma alavanca importante para apoiar as exportações portuguesas para Angola. O Banco Espírito Santo, em Portugal fazia, como sabe, muito financiamento a exportadores nacionais, mas também a empresários portugueses que estavam localizados nos países emergentes, neste caso concreto em Angola.

Mas uma parte desse financiamento tinha a ver com o financiamento do balanço de Angola e, dentro desse financiamento do balanço, acredito que estivesse também contragarantido ou que estivesse a financiar a dívida pública angolana e, eventualmente também, desenvolvimentos imobiliários.

Como sabem, a economia de Angola é uma economia que começa a ser muito diversificada, fruto do desenvolvimento que o Sr. Presidente da República de Angola tem imprimido, mas era fundamentalmente baseada na exploração de petróleo, na exploração de recursos minerais, como sabem, dos diamantes e outros, mas também no imobiliário.

Esse crédito a Angola, que nós acompanhávamos, era acompanhado periodicamente pela área internacional do Banco, que foi seguida, durante muitos anos, pelo Dr. Pedro Homem e depois pelo Dr. Amílcar Morais Pires, que poderá dar mais detalhes sobre essa matéria. Nós não tínhamos dúvida nenhuma sobre esse crédito, porque havendo necessidade de liquidez desse crédito, desde que a garantia de Angola funcionasse, o Banco era reembolsado.

O problema do crédito aparece e emerge agora com uma gravidade muito grande porque a garantia de Angola caiu, mas eu deixo esse facto e os juízos de valor aos Srs. Deputados, para apreciarem a razão pela qual a garantia de Angola caiu, e não acredito que tenha sido por outra razão que

não a da divisão do Banco Espírito Santo no banco bom e no banco mau, e a garantia foi classificada por via das ações do BESA no banco mau, portanto, um produto tóxico.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Dr. Ricardo Salgado, o Partido Socialista acha que a garantia acabou por causa da resolução, mas essa não é a questão que interessa aqui, no que diz respeito à sua inquirição, porque, na realidade, a garantia é de 31 de dezembro de 2013. Portanto, o problema com o crédito do BESA não se coloca apenas nessa altura, é muito anterior. Aliás, aproveitava para lhe perguntar quando é que Álvaro Sobrinho foi, efetivamente, substituído e porquê.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Foi no final de 2012, como já aqui referi. Foram os acionistas angolanos, em conjunto com os acionistas portugueses, que decidiram que o Dr. Álvaro Sobrinho deveria sair.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Doutor disse que esse crédito foi, provavelmente, para a compra de dívida pública angolana e de imobiliário. Mas, a esta altura do campeonato, já se sabe um pouco mais sobre para onde foi o dinheiro, não sabe?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Dr. Pedro Nuno Santos, o Banco, em Angola, foi objeto de auditorias da KPMG Angola e do BNA. Mesmo os resultados das auditorias em Angola não são possíveis de serem conhecidos no exterior, porque há, de facto, um sistema em Angola, em termos de sigilo bancário, duríssimo.

Não tenho a certeza, mas parece-me que já houve a oportunidade de estar aqui o Dr. Sikander Sattar para se pronunciar sobre essa matéria.

Portanto, não sou eu que lhe posso estar a dar mais elementos do que ele poderia, eventualmente, dar. Mas, de facto, é considerado crime apresentar os elementos dos bancos angolanos no exterior.

Posso também dizer-lhe que o próprio Banco de Portugal, tanto quanto sei — e não lhe posso dizer que isso esteja garantido — enviou inspeções a Angola que se debateram com a mesma dificuldade em ter acesso aos elementos considerados confidenciais em matéria de concessões de crédito ou de contas de clientes, por aí fora...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Eu acho que sabe, e vou ajudá-lo.

Rui Guerra já está desde 2013 à frente do BESA e houve uma reunião, em finais de 2013, na qual julgo que o BES esteve representado, não sei se pelo Dr. Ricardo Salgado. Dou-lhe só o nome de cinco empresas que receberam 1624 milhões de euros: Socidesa (Sociedade de Desenvolvimento de Angola), Govest Empreendimentos, Saimo, Vaningo e Cross Fund, empresas que, segundo o Rui Guerra, desconhecidas ou sem aparente capacidade financeira para poderem beneficiar destes montantes.

Foi possível apurar que parte deste dinheiro não foi utilizado para qualquer atividade produtiva. Estas cinco sociedades, a que se referiu Rui Guerra, beneficiaram de um financiamento de quase 840 milhões de euros, para comprar as Torres Sky. Segundo apurou a investigação interna do BESA, apenas 360 milhões foram usados para esse fim. Portanto, há um desvio de 420 milhões no que diz respeito ao crédito concedido para as Torres Sky. Já sabemos um pouco mais e é altura de começarmos a falar também um pouco mais sobre este assunto.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, nós não podemos discutir esses aspetos por causa do sigilo bancário

angolano, mas faço referência a um artigo que saiu no *Expresso*, o qual traz uma grande parte da ata, na qual, se bem me recordo, o Dr. Rui Guerra diz que a responsabilidade desses créditos cabe ao Dr. Álvaro Sobrinho e à sua equipa. É a única coisa que lhe posso dizer.

Também sei que o Dr. Álvaro Sobrinho, a partir de uma certa altura, nomeou a cunhada como responsável da concessão do crédito ao BESA.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dr. Ricardo Salgado, Álvaro Sobrinho é substituído em 2012. Está lá desde 2002. Em 2008, o banco angolano já reportava a existência de dívida no montante de 2263 milhões. Isto é, quando Álvaro Sobrinho é substituído, o BES já tinha a exposição ao BESA que todos nós conhecemos.

Mas eu queria avançar para que nos ajudasse a perceber se era, de facto, possível ou não fazer o *ring-fencing* do BES face a um Grupo que era também seu? Qual era a situação financeira e patrimonial do GES no final do ano de 2013? Aliás, é conhecido o que o Dr. Ricardo Salgado disse quando soube dos 6000 milhões de euros de passivo da ESI: «ia morrendo» — expressão sua numa das reuniões do conselho superior. Qual era mesmo a situação patrimonial e financeira do Grupo não financeiro do GES?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, o que acontece é que, de facto, a KPMG apurou essa situação patrimonial negativa, num balanço estático de mais de 2 biliões de euros, mas — e volto a falar sobre o mesmo tema — o ETRICC (a cujos elementos não sei se os senhores tiveram, porventura, a oportunidade de ter acesso) considerava que, mesmo assim, o Grupo era sustentável e viável desde que o programa proposto fosse executado. Não foi possível executar o programa pelas razões que já invoquei, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Fazer o *ring-fencing*?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Exatamente. O *ring-fencing* foi um constrangimento terrível, que...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Peço desculpa, porque penso que não ficou gravado, mas o *ring-fencing* prejudicou a recuperação?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Impediu!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Impediu a recuperação?...

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Devia ter havido a possibilidade de discutir um programa de médio prazo, e na carta de 10 de dezembro propusemos o programa ao Banco de Portugal, onde dizíamos que pretendíamos reembolsar o papel comercial de retalho ao nível de 1,5 biliões, até ao final do ano de 2014, valor a que praticamente chegámos em junho/julho, a 1,3 a 1,4 biliões que era o que precisávamos, até 2018, para reduzir 3,5 biliões de passivo. Para isso, o programa considerava, ainda, um aumento de capital da Rioforte de 1 bilião, fazendo um IPO (oferta inicial de distribuição) da Rioforte, a colocação da Espírito Santo Saúde, que foi, aliás, alargada nesse mesmo programa, em que estava prevista a colocação de 50% a 66,7%, salvo erro, para o mercado e que foi um sucesso, como sabem, tal como a venda dos hotéis, a venda da Tranquilidade. Havia *n* posições que precisavam de ser vendidas com tempo.

E, nessa carta de 3 de dezembro, a única coisa que pedimos ao Banco de Portugal foi tempo. Ora, tempo foi aquilo que não nos foi dado. E, mais

do que isso: houve uma pressão brutal para vendermos os ativos com conhecimento nos *media*, conhecimento do mercado, e quem vende com pressão, Sr. Deputado, vende mal. E foi o que aconteceu com os ativos que foram vendidos.

Estou a recordar-me que, no caso da Tranquilidade, as ações estavam em plena queda. À volta de vinte, vinte e pouco de junho, já as ações do BES estavam em plena queda e estava o *data room*, quer dizer, os elementos da Tranquilidade abertos para a apreciação de vários interessados no Banco de Investimento, para apreciarem a compra. A única coisa que eles fizeram foi esperar que o descalabro do Grupo acelerasse e, portanto, nós não tivemos tempo... Mesmo assim, a única empresa que conseguiu fugir à pressão dos supervisores foi a Espírito Santo Saúde e que foi um sucesso no mercado, como sabe. É isso que lhe posso dizer.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se não fosse o financiamento, direto e indireto, conseguido através do BES, as suas empresas, que dependiam desse financiamento, não teriam conseguido sobreviver.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Banco podia manter um relacionamento com as empresas — não estava excluído —, desde que tivesse dentro dos limites dos grandes riscos. E nós vivemos assim durante 20 anos. Estamos cá desde 1992 e nunca houve problema nenhum. O problema surgiu devido à crise, que paralisou várias etapas importantes. Recordo que estávamos em plena reorganização do Grupo, a Rioforte foi constituída em 2009, para passar a integrar toda a área não financeira e o objetivo era, depois, aumentar o capital da Rioforte e ser exatamente a Rioforte que deveria contrair a dívida, simultaneamente com aumento de capital. O projeto era 1,5 bilião de euros até ao final de 2014 e 3,5 biliões

de euros até ao final de 2018. Portanto, pura e simplesmente, não tivemos tempo e há muitas empresas do Grupo que ainda estão aí para serem vendidas, agora, infelizmente, pelos administradores das falências no Luxemburgo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dos 6000 milhões de passivo da ESI, presumo que quase 4000, entre financiamento direto e indireto, eram do BES.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O BES tinha uma exposição considerável, dentro do limite dos grandes riscos, dos quais tinha cerca de 1,9, no início — estamos a falar de dezembro —, em papel comercial e, depois, tinha financiamentos diretos que estão assinalados em torno de mais de 2 biliões de euros.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Em que momento é que começou a ser difícil ao ramo não financeiro financiar-se fora do universo BES?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, volto a referir, a exposição que fiz tem toda ela um encadeamento lógico. Não se esqueça de que o que aconteceu foi que a crise dos Estados Unidos passou para Portugal, o massacre dos *ratings* cortou o acesso, primeiro, da dívida pública, da dívida privada, da dívida bancária ao exterior e, depois, com as medidas que foram impostas pela troica, que impôs enormes sacrifícios aos portugueses, foi sendo restabelecido, progressivamente, o acesso ao mercado internacional. Mas volto a relembrar que o Banco Espírito Santo foi o primeiro que rompeu esse acesso ao mercado internacional, mesmo antes do Estado. Foi o primeiro que conseguiu emitir no exterior.

Portanto, o endividamento passou a ser, novamente, possível, mas não com a velocidade que era imposta, e o Banco de Portugal estava a solicitar-nos que obtivéssemos um financiamento de 700 milhões de euros para a área não financeira, até ao fim do mês de dezembro, o que era completamente impossível, ainda por cima com o Natal de permeio. Portanto, necessitávamos de mais tempo, mas tínhamos instituições financeiras que estavam dispostas a financiar o Grupo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Peço desculpa, mas este ponto é relevante para nós e, por isso, vou insistir ainda mais um pouco nele.

A eliminação da exposição do BES ao GES ordenada pelo Banco de Portugal era, na prática, uma sentença de morte às suas empresas do ramo não financeiro?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, eu diria que nós fomos cumprindo dentro das nossas possibilidades.

A sentença de morte veio quando não foi possível fazer o aumento de capital da Rioforte, e isso não foi possível quando o Grupo entrou em colapso, porque, como revelei há pouco, estava decidido por um grande investidor institucional investir, pelo menos, 700 milhões de euros no aumento de capital da Rioforte, e tínhamos outros investidores que estavam dispostos a meter capital na Rioforte.

Portanto, o colapso aconteceu a partir daí. A sentença de morte é uma sentença que evolui ao longo do tempo, como foi aqui apresentado no documento que tive a oportunidade de ler, com a vossa bondade, em que o Banco de Portugal...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Doutor, peço desculpa por o interromper, mas eu falei de eliminação porque foi aquilo que foi decretado no dia 3 de dezembro. A expressão usada pelo Banco de Portugal era «eliminação da exposição», coisa que não veio, obviamente, a acontecer. Ainda numa carta do Banco de Portugal de 9 de junho é dito que a exposição continuou a aumentar ao longo do Banco. O que estou a dizer é que, se a eliminação pedida pelo Banco de Portugal tivesse sido, de facto, cumprida, provavelmente as suas empresas teriam entrado mais cedo em falência.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sim, claro, com certeza.

Mas, Sr. Deputado, nós não incumprimos com o Banco de Portugal!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sim, sim...

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Nós estávamos a defender a credibilidade e a confiança do Banco...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E do Grupo.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — ... e do Grupo. Procurávamos defender, fundamentalmente, os clientes. Foi sempre esta a nossa preocupação.

Mas, de facto, com sete meses para resolver um problema desta magnitude, era completamente impossível.

O prazo não nos foi fixado, o que foi fixado foram os constrangimentos que nos impediram de executar o plano que estava previsto.

Eu gostaria ainda de dizer, Sr. Deputado, e peço desculpa pela insistência, que, por três vezes, o Banco de Portugal foi avisado, por escrito, do risco sistémico e a última carta, peço-vos que a leiam, é de 31 de março, e, nessa carta, estão lá previstas todas as circunstâncias que poderiam acontecer, pela impossibilidade de concretizar o plano. Inclusivamente, está lá dito que é possível que a garantia do BESA caia se o Grupo Espírito Santo sair do Banco.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ao longo da troca de cartas, percebe-se que o Dr. Ricardo Salgado e o BES vão resistindo, no tempo e no modo, às medidas que vão sendo implementadas, pedidas pelo Banco de Portugal. E percebe-se isso também, à medida que vamos ouvindo sobre a importância de salvar as empresas, que ficariam em risco se fosse cumprido na medida e no tempo que estava a ser exigido pelo Banco de Portugal.

Não era, portanto, razoável pedir ao dono de um grupo empresarial que fizesse um *ring-fencing* ao seu banco, *ring-fencing* esse que pusesse em causa, de facto, o grupo empresarial, nomeadamente o ramo não financeiro. Esta, sim, seria uma medida que, provavelmente, não era exequível: pedir-lhe, a si, que liderasse uma estratégia que iria matar as suas empresas.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Julgo que estamos a chegar a um ponto em que os Srs. Deputados estão a entender, efetivamente, o que aconteceu.

Há pouco, fiz uma referência — e peço desculpa por estar a alongar-me um pouco demais na resposta à sua questão — a uma personalidade neste País, que foi extraordinária, o Prof. Ernâni Lopes, pela sua probidade e pela sua ciência. Foi ele quem resolveu o problema financeiro na altura

do Bloco Central — eu não estava em Portugal, mas foi ele quem resolveu o problema financeiro do nosso País. Eu tinha o privilégio de ser amigo dele, ele tinha sido meu assistente na faculdade.

O Prof. Ernâni Lopes considerava o Grupo Espírito Santo um grupo estruturante e um centro de racionalidade. Isso significa o quê? Significa que erámos o único grupo português, que, além do sector bancário, com as múltiplas valências de que dispunha, podia contribuir para o desenvolvimento económico do nosso País e dos países para onde fôssemos, o que o Grupo tinha. Como sabem, o Grupo tinha grande experiência na área agrícola, da agricultura tropical ou mesmo na agricultura mediterrânea. O Grupo tinha, de facto, investimentos importantes na América Latina em várias áreas e parcerias muito importantes e significativas, como aquelas que aqui tive a possibilidade de referir. O Grupo tinha um fator multiplicador extraordinário em termos de emprego.

Eu disse há pouco que o Grupo investiu 8 biliões de euros em Portugal desde que veio — os números não estão ainda totalmente fechados, mas foram capitais que vieram do exterior, nossos e dos nossos parceiros que investiram connosco, como, por exemplo, o Crédit Agricole.

Vou dar-lhe um exemplo deste conceito estruturante do Prof. Ernâni Lopes. Quando o Banco foi privatizado, nós tínhamos uma área de segurança no Banco bastante significativa. Externalizámos a área da segurança do Banco. Propusemos à Caixa Geral de Depósitos uma parceria e formou-se a ESEGUR. Salvo erro, quem era presidente da Caixa Geral de Depósitos, na altura, era exatamente o Prof. António de Sousa, Presidente da APB (Associação Portuguesa de Bancos) quando se dá a entrada da troica. A ESEGUR, hoje, emprega milhares de trabalhadores e é uma

empresa que é a maior empresa de segurança no País, em termos de transportes de valores e menos importante na segurança estática.

Vou dar-lhe outro exemplo: de um pequeno hospital que existia na Companhia de Seguros Tranquilidade, no último piso do edifício da Avenida da Liberdade — era o metro quadrado mais caro de Lisboa que estava a servir para hospital —, nasceu a Espírito Santo Saúde, que tem hoje 18 hospitais, e vi, com grande satisfação minha, que a Eng.^a Isabel Vaz, uma gestora absolutamente notável, conseguiu autorização da Câmara para alargar o Hospital da Luz, que é uma das melhores unidades da Europa em termos hospitalares.

Vou dar-lhe um outro exemplo: a Multipessoal. Tínhamos recursos a mais no departamento de recursos humanos. Convidámos alguns dos mais importantes responsáveis dessa área para se externalizarem e criarem uma empresa de *manpower*. A Multipessoal tem hoje mais de 7000 colaboradores.

Portanto, chamo a isto um grupo estruturante. Fora isto, ajudámos, não se pode dizer que ajudámos, porque também estávamos a defender, naturalmente, o negócio do BES, mas promovemos e apoiámos a internacionalização das PME (pequenas e médias empresas).

Sr. Deputado, vim a saber, infelizmente, que hoje há muito poucos bancos portugueses que tenham aprovação de cartas de crédito internacionais, essenciais para as nossas exportações. E duvido que o Novo Banco as tenha. Ora, sem cartas de crédito à exportação, a exportação não pode fazer outra coisa senão desacelerar. Vejo com muita pena a desaceleração das exportações portuguesas.

Além disso, o Banco Espírito Santo esteve paralisado no crédito cinco meses e meio, ou seis meses. Saíram 10 biliões de euros de depósitos, foi a única coisa que vi retratada nos jornais, esquecendo-se de assinalar

que, se saem 10 biliões de euros dos depósitos, o crédito fica, naturalmente, paralisado. Portanto, o Banco Espírito Santo paralisou, em termos de crédito de concessão às empresas, durante seis meses. Essas empresas, muitas delas, foram, certamente, para a falência ou estão em situação terrível. Muitas dessas empresas recorreram aos bancos concorrentes, mas os bancos concorrentes, naturalmente, não concederam o crédito que elas desejariam.

Peço desculpa por estar a dar estas conclusões, mas estou a perceber que, assim, me estão a entender melhor na explanação que dei há pouco.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Doutor, como dizia, nós estamos a chegar ao ponto e, agora, pela minha intervenção final, penso que o Dr. Ricardo Salgado também irá chegar ao nosso ponto.

Não há dúvidas nenhuma de que o seu ramo não financeiro, as empresas do seu ramo não financeiro, era muito importante. Mas sabe, há muitas outras empresas em Portugal que são muito importantes e que quando estão em pré-falência não conseguem financiamento, nem do Estado, nem do BES! Portanto, abrem falência, fecham. Não têm um banco! O senhor tinha um banco!

E agora conseguimos chegar ao nosso ponto: desde o início, parece-nos, de facto, impossível que uma estratégia de *ring-fencing*, que colocasse em risco a sobrevivência das suas empresas, pudesse ser liderada por si porque, obviamente, estaria sempre preocupado em salvar a sua criação, em salvar as suas empresas. Por isso é que, para nós, era claro que, por mais correta que fosse a estratégia do Banco de Portugal, ela caía, não funcionava, não funcionaria se fosse liderada, implementada pela mesma pessoa que queria proteger o ramo não financeiro. E é isso que verificamos hoje, porque, à medida que foi implementando as medidas, encontrou, pelo

menos, alegadamente, a partir do início de 2014, uma nova forma, segundo o Banco de Portugal, um novo esquema de financiamento fraudulento, que passava pela emissão de obrigações de cupão zero — com uma determinada taxa implícita, uma taxa implícita de 7% —, recompradas posteriormente a uma taxa implícita de 4%. Alegadamente, as perdas do BES eram mais-valias que ficavam numa entidade externa, alegadamente para financiar o GES e, portanto, alegadamente, a partir do início de 2014, conseguiu-se contornar o *ring-fencing* para se continuar a financiar o GES, o que foi sempre, muito provavelmente, o objetivo da mesma pessoa que ficou à frente do BES.

Dr. Ricardo Salgado, como é que conseguiu convencer o Governador do Banco de Portugal a mantê-lo à frente do BES, até 13 de julho de 2014?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, quero dizer-lhe que ouvi, surpreendido, as intervenções do Sr. Governador do Banco de Portugal, que disse que tinha tido um «braço-de-ferro» comigo. Devo dizer — e julgo que já o explanei naquilo que tive oportunidade de ler — que o Sr. Governador nunca me disse que me retirava a idoneidade, porque bastaria fazer um sinal para imediatamente eu pedir a demissão do Banco. Aliás, já referi aos Srs. Deputados que, por diversas vezes, tinha dito, inclusivamente ao nível do conselho superior, que estava aberto a conversar sobre a sucessão.

Agora, a questão que está a referir é uma questão importante, e é esta: será que, nesta altura, quando falamos em bancos sistémicos, ainda é possível existirem grupos económicos associados a bancos, e bancos desta dimensão?! A própria regulamentação europeia ainda não se debruçou sobre isso, mas acredito que inexoravelmente o que vai acabar por

acontecer é que não vai poder haver mais no futuro essa situação mista de grupos da área financeira e não financeira.

Gostava também de dizer que nós estávamos num programa de *deleverage* há muito tempo, não o tínhamos ainda conseguido pôr em prática devido à crise, mas eu, por diversas vezes, tinha manifestado dentro do Grupo que teríamos de vender, rapidamente, na medida do possível, e o melhor possível, participações na área não financeira. Como lhe digo, esse problema teria sido resolvido se nos tivessem dado mais tempo. Foi isso que nós pedimos e foi isso que não nos foi facultado.

Quando fomos ao Estado pedir um financiamento intercalar — e gostava agora de lhe frisar esse aspeto, porque é claro que o montante é importante, 2,5 biliões de euros — era um financiamento para ser reembolsado, ao fim de cinco anos, Sr. Deputado, não era, de forma alguma, para ser uma participação no capital. Nós não estávamos a pedir ao Estado que participasse no capital do Grupo não financeiro, estávamos a pedir um empréstimo intercalar a cinco anos.

Gostaria ainda de lhe referir o seguinte (e peço desculpa se estou a abusar do tempo dos Srs. Deputados): durante este período de cinco meses e meio, seis meses, tive oportunidade de ler tudo o que há de mais importante sobre a crise financeira dos Estados Unidos da América e a crise europeia. E aconselho vivamente àqueles que se interessam por matéria económica que leiam o livro de Timothy Geithner, que foi Presidente do FED (Reserva Federal) de Nova Iorque e, depois, Secretário do Tesouro do Presidente Obama, onde ele diz que neutralizou cinco «bombas» nos Estados Unidos — o Bank of America, o Citibank, a Fannie Mae, a Freddy Mac e a AIG —, e que ainda ajudaram a recuperar empresas industriais, tão importantes como a General Motors e a Chrysler, que estavam a caminho do precipício.

Aconselho outro livro, do Sr. Henry Paulson, que foi Secretário de Estado do Presidente Bush, intitulado *On The Brink*, que explica exatamente o que se passou nos Estados Unidos. E todos dizem que o problema foi o Lehman Brothers. E, de autores europeus, aconselho a leitura de um livro notável de Martin Wolf, também sobre a crise europeia, em que ele diz que a Europa estava completamente despreparada para a crise.

Agora, há uma grande diferença. Eu comecei por referir o Lehman e o BES. É que o Lehman foi um erro que todos julgaram e criticaram pela não intervenção do Estado norte-americano. Mas o Lehman faliu, enquanto que o BES não faliu. Isto que lhes vou dizer é revelado pelas contas da KPMG num balanço no qual não assinaram na data de 29 de julho, que dizia que o BES tinha um capital de 3,7 biliões de euros, apesar das provisões que foram constituídas. O BES foi forçado a desaparecer.

Agora, ainda a propósito da ajuda do Estado americano — e sabe, Sr. Deputado, os americanos evitam sempre ajudar as empresas que estão em dificuldades, como a General Motors e a Chrysler —, eu fiz o seguinte: falei a um banqueiro francês, importante, o Sr. Philippe Guiral, que foi presidente (e julgo que ainda é presidente) do Banque Espírito Santo et de la Vénétie, altamente graduado no Crédit Agricole durante muitos anos (e julgo que foi responsável pelo Banque Suez, um grande banco francês que foi adquirido pelo Crédit Agricole), que viesse a Portugal falar com a Sr.^a Ministra das Finanças, e pedi à Sr.^a Ministra das Finanças para o receber. E pedi-lhe que transmitisse à Sr.^a Ministra das Finanças o que bem há pouco tempo — talvez nem há um ano — o Governo francês fez para ajudar a Peugeot. Como sabem, a Peugeot esteve à beira da falência, e foi o Governo francês que interveio para ajudar a Peugeot. Pois bem, pedi ao Philippe Guiral que viesse falar com a Sr.^a Ministra das Finanças sobre a

matéria e a resposta da Sr.^a Ministra das Finanças foi exatamente a mesma resposta que deu a nós.

Portanto, o Grupo estruturante e centro de racionalidade foi muito afetado por esta crise, muito afetado pela situação do nosso País. Mas era totalmente inviável o conceito de que poderiam resolver o problema do BES, mudando a gestão, não resolvendo o problema do GES. E para resolver o problema do GES, o que era preciso, volto a dizê-lo, era tempo e um financiamento intercalar para ser reembolsado.

Portanto, houve deturpação daquilo que foi comunicado. Tive oportunidade de falar com o Governo sobre aquilo... Não era preciso ser ajuda pública, era um crédito em condições normais, por um prazo médio. Isso dar-nos-ia tempo para vendermos o resto das empresas da área não financeira, reembolsar os créditos e retirar uma grande parte da dívida que estava nas mãos dos clientes.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Dr. Ricardo Salgado que já teve oportunidade de nos falar aqui bastante da sua versão dos acontecimentos. Não vou tecer comentários sobre aquilo que é a sua versão, porque estou aqui para fazer perguntas e não para tecer comentários ou dar opiniões sobre aquilo que é naturalmente a sua visão de como as coisas se passaram.

O que eu gostava de perceber deste problema — e digo isto só para perceber o que quero saber e o que me parece importante saber aqui —, começando as questões por um prejuízo descoberto na ESI que teria sido ocultado (e já lá vamos), é: o que é que o Banco de Portugal faz

confrontado com este problema? Como é que lida com a exposição do BES ao GES? E, sobretudo, com a exposição dos clientes do Banco ao GES, como é que esta exposição é reduzida, continuando ao mesmo tempo a acontecer alguns negócios cuja geometria começamos a conhecer mas ainda não conhecemos completamente, designadamente o caso da Eurofin? E, depois, qual é o papel do BESA em tudo isto?

Portanto, começava — e não sei se é o princípio deste problema, mas aparentemente será — pela questão dos prejuízos da ESI. O que nos diz é que, em 2013, foi confrontado com a existência de um prejuízo, que tinha sido ocultado, tanto quanto se percebe, desde 2008, mas que montava, em 2013, a 1300 milhões de euros.

O Dr. Machado da Cruz diz que o senhor sabia, o senhor diz que não sabia... Enfim, não vale a pena estarmos aqui a insistir nisso. Limito-me a tentar perceber o seguinte: aquilo que nos diz o contabilista — e noto que esta sociedade, tanto quanto se percebe, é uma *holding* de topo de onde sai um braço financeiro e um braço não financeiro e todas as empresas em cascata do Grupo Espírito Santo, pelo que não era uma sociedade qualquer, era a sociedade fundamental por baixo da Espírito Santo Control... Esta sociedade não tinha um auditor, ao contrário da esmagadora maioria das outras, não tinha um revisor oficial de contas e tinha um contabilista e um prejuízo oculto. Pergunto: ao longo destes cinco anos — e já se percebeu que nos vai dizer que não sabia de nada... Pergunto, muito concretamente: aquilo que o leva a perceber estes prejuízos e estes montantes é o exercício do Banco de Portugal, do ETRICC 2?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, é o exercício do Banco de Portugal, no qual participaram elementos do GES e do BES que forneceram todos os dados para o exercício. Portanto, nesse exercício, vem

a verificar-se não só o aumento inusitado do crédito, como o Banco de Portugal refere, mas depois naturalmente a análise da KPMG confirma que há um passivo oculto. Em todo o caso, todos os dados já foram dados. O ETRICC começa em meados de outubro e acaba em 14 de março. Portanto, em fins de novembro, não tínhamos dados precisos sobre qual era o montante do problema da ESI, mas já sabíamos que havia passivo, que tinha estado ocultado e que foi revelado.

Para voltar a falar do Dr. Machado da Cruz, o que posso voltar a dizer é que o Dr. Machado da Cruz, umas vezes, diz umas coisas e, outras vezes, diz outras. É que ele deu essa entrevista aos advogados, mas, depois, quando foi submetido, e acho que foi chamado duas vezes, à comissão de auditoria da Espírito Santo Financial Group disse a mesma coisa e que a responsabilidade era dele.

Agora, o que não há dúvida nenhuma — e parece-me que esse é o aspeto fundamental da questão — é que, mesmo nessa situação, o grupo da área não financeira podia ser viabilizado e sustentabilizado. E nós apresentámos, logo no início, ao Banco de Portugal os caminhos para lá chegarmos, que foram depois... Recebemos uma carta, no próprio dia 3, que mostra a situação do *ring-fencing* que lhes apresentei, naquilo que disse inicialmente, completamente inviável até ao fim do mês de dezembro, se se pretender atender a todos os quesitos exigidos pelo Banco de Portugal. Dissemos isso ao Banco de Portugal e apresentámos um programa. E esse programa estava em marcha, mas precisava de tempo para ser resolvido. E as dificuldades foram crescendo e foram-se juntando à mudança da *governance* e à saída do Banco da família Espírito Santo.

Portanto, dá a ideia de que o Banco de Portugal considerava que, se substituísse a gestão do Banco Espírito Santo, resolvia o assunto. Mas o problema não era resolvido assim. O problema era resolvido,

evidentemente, procurando atacar as dificuldades da área não financeira do Grupo, através de um financiamento intercalar.

Eu já me tinha disponibilizado ao Banco de Portugal para ser substituído na gestão e, portanto, tinha sugerido ao Sr. Governador o nome do Dr. Moraes Pires para ser presidente da comissão executiva.

O Sr. Governador, aparentemente, aceitou, em princípio. Depois, quis submeter o Dr. Amílcar Moraes Pires e a Dr.^a Isabel Almeida a investigações sobre idoneidade e o Dr. Amílcar Pires e o Dr. Goes tinham sido aqueles que tinham feito o aumento de capital com imenso sucesso.

Portanto, os investidores que investiram no Banco, a partir do momento em que sai uma declaração de que vai haver uma avaliação de idoneidade dessas pessoas, começam a ficar preocupadíssimos e mais preocupados ficaram quando sai a informação de que há uma auditoria forense.

Portanto, foi isso que começou e julgo que o gráfico pode visibilizar mais essa realidade... Foi isso que aconteceu e foi a origem do descalabro do BES.

Entra o Dr. Vítor Bento, convidado por mim e aceite pelo Governador do Banco de Portugal, com o Dr. Honório e o Dr. João Moreira Rato. Eles entram para a Administração do Banco, mas não acontece nada até ao dia 29 ou 28 de julho, porque, no dia 12, eu tinha mandado uma carta ao Sr. Governador a dizer que havia investidores privados que estavam na disposição de investir no aumento de capital do Banco e, desde essa altura, até ao final de julho, quando o Sr. Governador, ou o Banco de Portugal, enviou uma carta ao ainda Banco Espírito Santo dizendo que tinha 48 horas para aumentar o capital, é verdadeiramente outra situação impossível. Diria que é tão impossível como aquela que foi aplicada ao Grupo, como o *ring-fencing*. Aí já não houve alternativa senão aplicar o modelo da resolução, e

o modelo da resolução cria o descalabro final, que, é, de facto, a queda da garantia de Angola.

Portanto, julgo que respondi, pelo menos à primeira parte.

Julgo que a Sr.^a Deputada tinha referido o assunto Eurofin, sobre a colocação das obrigações da Eurofin.

Muito bem. A Eurofin foi uma sociedade um pouco na linha daquilo que tinha acontecido em Portugal com a criação de sociedades novas que tivessem perspectivas de evolução futura, desde o momento que houvesse à frente dessas empresas energias, capacidades, capacidade de iniciativa. Pois bem, foi assim que nasceu a Eurofin, a partir de um senhor, o Sr. Cadosch, que trabalhou na Banque Privée em Lausanne.

O Sr. Cadosch resolveu e propôs fazer da Eurofin uma sociedade financeira, diversificada, para prestar serviços a clientes internacionais.

Uma das coisas que tenho visto sistematicamente na imprensa é quererem confundir a Eurofin com o BES ou com o GES. A Eurofin, de facto, era um *stockbroker*, era um corretor, era um *private equity*, era um gestor de ativos, era uma sociedade de aconselhamento, tinha valências na área do termalismo, por exemplo, e na área da hotelaria. Mas a Eurofin foi-se diversificando e, hoje em dia, o Grupo Espírito Santo, infelizmente, colapsou e a Eurofin continua a viver! Ela teve, com certeza, que reduzir muito o número de colaboradores, mas continua com a sua independência e a viver!

Ainda há poucos dias vi uma entrevista do Sr. Cadosch, onde dizia que a empresa continua a prestar serviço. Vou referi-lhe alguns clientes internacionais que são clientes da Eurofin e para os quais nós não contribuimos nada: Odebrecht, Cisco, Hotéis Hilton. Deu assessoria aos principais clubes, entre eles o Manchester City, para a reorganização dos clubes de futebol da Premier League. Desenvolveu *n* atividades

completamente fora do nosso Grupo. Agora, se ela fez operações com a área financeira do Grupo, fez, sim, senhor. Era um *broker* importante, mas a empresa não beneficiou de capitais que tenham fugido do BES para a Eurofin. A Eurofin reinvestiu esses capitais através, enfim, das suas aplicações — não conheço os detalhes dessas operações, mas, como vêm cá pessoas da área financeira, poderão dar melhores explicações do que eu — e ajudou a libertar os títulos do Grupo que ficaram nas mãos dos clientes residentes a grande maioria no exterior.

O Banco de Portugal conhecia a Eurofin desde dezembro, porque a ESI tinha aplicações financeiras na Eurofin que foram sendo desmobilizadas e que serviram para reembolsar passivos. A ES International tinha investimento feitos também na Eurofin.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já voltaremos à Eurofin.

Queria primeiro perceber esta primeira parte, que, confesso, é a parte que não consigo de todo compreender. Num Grupo, que o Sr. Doutor qualifica como um centro de racionalidade, como é possível que, na sua *holding* de topo, tenha havido um prejuízo oculto, durante cinco anos, sem que, aparentemente ninguém, para além do seu contabilista, se tenha apercebido seja do que for.

Portanto, a pergunta concreta é: por que é que esta sociedade não era audita? Por que é que ela não tinha revisor oficial de contas? E, já agora, já que, durante estes cinco anos, ninguém na Administração da ESI, do BES, do GES, seja do for se questionou, pergunto se os supervisores, ou até a troica, no seu programa de assistência, nunca fizeram perguntas sobre a ESI. É que às tantas começamos a ter a impressão de que se não é esta revisão da carteira de crédito feita pelo supervisor do BES, ainda hoje poderíamos não saber de nada, inclusive a família Espírito Santo, que eram

os acionistas, que eram, portanto, os principais interessados, suponho, em conhecer.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, gostava de recordar que, ainda em 2012, a ESI tinha feito um aumento de capital de 240 milhões de euros.

Gostaria de dizer que a ESI — e comecei por referir que estivemos 40 anos de Luxemburgo e nunca tivemos problema nenhum e, de repente, parece que o céu nos desabou em cima da cabeça — não era uma *holding* financeira, e, portanto, não era supervisionada. A ESI era a *holding* mãe do Grupo. O Presidente da ESI era o Sr. Comandante Ricciardi e fazíamos, todos os anos, reuniões em Lausanne, para não ter de obrigar acionistas a irem ao Luxemburgo — o acesso ao Luxemburgo não é permanente, a frequência de voos não é tão grande assim —, onde juntávamos todos os acionistas do Grupo que não eram das sociedades cotadas mas também aqueles que quisessem das sociedades cotadas, como do BES e da Espírito Santo Financial Group, poderiam lá ir, da Financial, com certeza.

O Comandante Ricciardi começava por fazer uma apresentação sobre a economia internacional e a ESI; eu falava sobre a área financeira; e o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo falava sobre a Rioforte, que foi constituída em 2009.

O que é se passa? Com a crise, com o arranque da crise em 2008 — em 2007, nos Estados Unidos, com a falência do Lehman, mas que passa rapidamente para a Europa — e com o massacre dos *ratings* em Portugal, que impediram e cortaram o acesso ao mercado internacional de capitais e da dívida, a ESI passou a ser instrumental, vamos lá, para o aumento do endividamento do Grupo, porque ainda não tínhamos tido tempo de dotar a Rioforte da capacidade financeira suficiente — e, como referi, estava no

programa aumentar o capital da Rioforte em 1 bilião de euros — para ser ela, depois, a poder acolher o financiamento que iria libertar os passivos do Grupo relacionados com o Banco Espírito Santo.

Ora bem, foi nesse período que o endividamento da ESI se agravou e agravou-se também por outro facto, que é evidente e que todos perceberão: a partir de 2011, o sector financeiro passou a ter prejuízos em Portugal de uma forma transversal, todos os bancos tiveram prejuízos; não houve fluxo de dividendos no sector bancário para a Financial e da Financial para a ESI, nessa altura. E, portanto, o endividamento da ESI acelerou-se.

Portanto, esse endividamento também foi feito, depois, de uma forma indireta, através da colocação do papel comercial, e foi isso que originou essa situação.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação ao Banco de Portugal, já nos disse aqui várias coisas, designadamente que o Banco de Portugal nunca terá posto em causa a sua idoneidade, o que eu gostaria de perceber com datas, porque este assunto tem sido já muito discutido nesta Comissão.

Primeira pergunta: qual é o primeiro momento em que o Governador do Banco de Portugal lhe diz, taxativamente, se é que esse momento aconteceu, «o senhor tem de sair da Administração do BES»?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Sr. Governador nunca me disse taxativamente que eu deveria sair da Administração do BES. O que eu Sr. Governador me disse era que a família deveria sair da Administração do BES, a família toda.

Portanto, o que aconteceu foi que, já depois do aumento de capital, salvo erro, a 19 de junho, o Sr. Governador chamou o conselho superior do

Grupo para manifestar essa decisão. Mas estavam ainda programados... O Dr. Daniel Proença de Carvalho acompanhou esse assunto de perto e tive o privilégio de ir algumas vezes com ele ao Sr. Governador, o Dr. Daniel Proença de Carvalho ficou incumbido com o Dr. Rui Silveira, como referi há pouco, de elaborar os estatutos da nova estrutura que seria o tal conselho estratégico para onde os membros do Grupo Espírito Santo seriam deslocados.

Eu sempre acolhi as decisões do Sr. Governador. Nunca, por nunca, tive alguma reação negativa, e, como já tive oportunidade de dizer aqui, se o Sr. Governador alguma vez me tivesse tido que eu tinha de sair eu sairia na hora. Mas é que era na hora!

Foram propostos estatutos e nomeações para o conselho estratégico. O Sr. Governador não achou mal, pelo menos não me disse que não a eu ser o presidente do conselho estratégico, só que, depois, tudo isso caiu com a queda e o colapso do Grupo, e o conselho estratégico nem coisa nenhuma foi concretizada.

O Banco de Portugal levantava questões de alguns aspetos pontuais sobre a minha idoneidade já há um ano e eu dei informações relativas àquilo que aconteceu e que está em segredo de justiça, portanto, uma situação na qual tomei a iniciativa de ir não só ao Banco de Portugal declarar essa situação como ao Ministério Público, e fui classificado como testemunha, nessa ocasião.

Depois facultei dois pareceres de advogados ao Banco de Portugal, nessa altura, salvo erro, janeiro ou fevereiro de 2013, do Dr. Rui Patrício e do Dr. Luís Branco. E não ouvi falar mais sobre esse assunto a não ser em outubro ou novembro deste ano. Nessa altura, pedi outros pareceres ao Ilustre Sr. Professor de Coimbra Pedro Maia e ao Professor Calvão da Silva

sobre essas matérias que forneci ao Banco de Portugal. E não houve mais nada.

Acho que puseram algumas dúvidas aos meus registos como administrador do BESI, porque, entretanto, chegava a vencimento, da ESAF e de outra instituição.

Mas, de qualquer forma, julgo que já tinha comunicado, até publicamente — e não sei se algum dos Srs. Jornalistas se recordará disso —, que considerava que, ao fazer 70 anos, era a minha data limite para continuar como presidente executivo, que era no mês de junho, e, portanto, não pretendia, de forma alguma, agarrar-me ao lugar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Posso concluir que estas recusas de registo e estas dúvidas sobre idoneidade decorrem durante o ano de 2013? Ocorrem no princípio de 2013, em meados de 2013 e, no caso dos registos, no fim de 2013?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sem clareza e, como eu disse aqui, numa situação totalmente indefinida, tendo eu já manifestado ao Sr. Governador a disponibilidade para apoiar a evolução da *governance* no sentido de uma maior profissionalização e independência, como escrevi na carta de 31 de março. Se quiserem fazer o favor de ler essa carta, ela deve estar, julgo eu, entre os vossos documentos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, a situação vai-se arrastando até por muito tempo e chegamos a junho de 2014, em que, segundo o que referiu, o Governador lhe disse que a família tinha de sair toda. E é aí, então, que surge a solução: o nome do Dr. Morais Pires para a liderança.

Pergunto-lhe se propôs este nome ao Banco de Portugal e, caso o tenha feito, se o Banco de Portugal lhe disse que não ou lhe disse que sim.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Exatamente. Acho que a pergunta é perfeitamente legítima.

O Sr. Governador, numa determinada data, que já não me lembro exatamente quando, perguntou-me quem é que eu considerava que me deveria suceder. Isto foi antes do aumento de capital, a data foi algures antes do aumento de capital, e já lhe explico porquê, e é fácil de entender. À pergunta do Sr. Governador eu disse que havia dois nomes possíveis: um, o Dr. Morais Pires e, o outro, o Dr. Joaquim Goes. O Sr. Governador disse-me que o Dr. Goes gozava de alguma preferência da área da supervisão. Tinha essa qualidade e a área da supervisão tinha grande apreço pelo Dr. Joaquim Goes. Devo dizer que, com essa consideração, fiquei muito surpreendido com o facto de ele ter sido suspenso, depois, tão logo à entrada dos novos administradores. Foi suspenso, mas, a seguir, foi readmitido como consultor.

Depois, o que é que acontece? Acontece que eu digo ao Sr. Governador que tenho grande apreço pelo Dr. Joaquim Goes, mas que, em função dos problemas que o Banco e o País tinham, e têm, em matéria de financiamento internacional, considerava importantíssimo que o Dr. Amílcar Morais Pires pudesse ser a pessoa indicada para me substituir, pelo reconhecimento que ele tinha no mercado internacional de capitais. E, como íamos para o aumento de capital, considerava essencial que fossem o Dr. Amílcar Morais Pires e a Dr.^a Isabel Almeida, como CFO.

No dia 20 de junho, quando estávamos num conselho de administração alargado, com a presença dos nossos parceiros franceses, as nossas ações — só para localizar, no dia 16 tinha sido liquidado o aumento

de capital — foram suspensas pela CMVM porque não tínhamos dito no anúncio de que iríamos fazer o aumento de capital quem eram os novos membros da comissão executiva. Começámos a receber informações, que poderão ser, eventualmente, reconfirmadas, de que os advogados dos investidores estrangeiros, os institucionais principalmente, que tinham acabado de investir no aumento de capital, estavam a telefonar para o Banco, surpreendidos com a situação e com o facto de as ações do Banco estarem suspensas.

O Dr. Moreira Rato, salvo erro — em relação a isto fui informado pela área financeira —, estava preocupadíssimo com a gestão da dívida pública, a contactar a área financeira do Banco, dizendo que os *spreads* do Banco estavam a alargar, bem como os *spreads* da dívida pública portuguesa, e os nossos banqueiros colocaram as linhas do Banco *on hold*, isto é, suspensas. Tentei entrar em contacto com o Sr. Governador e insisti, através de contacto telefónico, mas não consegui.

No dia 20, às 12 horas e 27 minutos, com as ações suspensas, mandei o seguinte *e-mail* ao Sr. Governador:

«Ex.^{mo} Sr. Governador,

Mais uma vez, venho pedir-lhe com urgência a autorização para darmos a indicação do Amílcar Morais Pires como próximo CEO.

- A) Há bancos a suspender as linhas interbancárias. (...)
- B) Os advogados que apoiaram a transação do aumento de capital estão a pedir esclarecimento e clarificação sobre o mesmo assunto.
- C) Investidores institucionais importantes, como o BlackRock, Capital e outros estão insistentemente a perguntar qual é a posição.
- D) O João Moreira Rato manifesta grande preocupação sobre o potencial impacto no mercado.

E) Desta forma, acredito ser essencial indicar ao mercado a proposta da ESFG para a assembleia geral de 31 de julho, para a nomeação do Amílcar Moraes Pires como CEO.

(...))»

Envio este *e-mail* às 12 horas e 27 minutos e recebo às 13 horas e 35 minutos a seguinte resposta:

«Sr. Presidente da Comissão Executiva do BES,

Prezado Dr. Ricardo Salgado,

Tomei boa nota do *e-mail* que teve a gentileza de me remeter. Como já tive oportunidade de lhe referir, o Banco de Portugal não está em condições de validar um nome proposto, por um acionista de referência, para a presidência da comissão executiva, sem avaliar o preenchimento dos requisitos de idoneidade.

O Banco de Portugal espera, como tal, que o candidato proposto para a presidência da comissão executiva o seja nos termos estatutariamente previstos — no caso do BES, essa escolha, tal como a dos restantes membros da comissão executiva, compete ao conselho de administração.

Essa comunicação não pode, porém, levar implícita que a proposta de um determinado candidato terá supostamente merecido o acordo prévio do Banco de Portugal. Reitero que o Banco de Portugal avaliará a idoneidade dos membros dos órgãos sociais depois de estatutariamente escolhidos e designados, sendo que, tal como tive oportunidade de sublinhar ontem, cada candidato deverá avaliar individualmente se preenche indubitavelmente os requisitos estabelecidos (...))».

O Sr. Governador, quando lhe referi que considerava ser o Amílcar o elemento a indicar, disse-me que precisava de dois dias para pensar, e telefonou-me, dois dias depois, a dizer: «Será quem o Sr. Presidente entender». Eu entendi que estava esclarecido sobre a matéria.

Veja bem o que isto causa no mercado internacional: o Amílcar Moraes Pires estava no Banco há 28 anos, estava no conselho de administração e na comissão executiva há dezenas de anos e era reconhecido internacionalmente, a Dr.^a Isabel Almeida era uma gestora que tinha vindo da PricewaterhouseCoopers, estava connosco há 18 anos e era absolutamente de grande nível internacional, e ser comunicado para o mercado, que tinha acabado de subscrever com 180% o aumento de capital do BES, esta informação. Esta informação foi o início do desastre que aconteceu ao BES.

É claro que, depois, o Sr. Governador deu-me muito pouco tempo para encontrar outras pessoas. Encontrei o Dr. Vítor Bento, que prezo muito e considero muito, que trouxe o Dr. João Moreira Rato e o Dr. Honório, ambos vieram com eles para a comissão executiva. Também consideramos bastante o Dr. Honório, mas, julgo, foi o Dr. Vítor Bento quem o convidou, apesar de o Dr. Honório, depois de ter saído do Grupo Queirós Pereira, ter vindo dar-nos consultoria, veio aconselhar-nos na área não financeira do Grupo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Deixando estas questões mais processuais da sucessão, embora tenham a sua importância, passo às sobre a exposição dos clientes, porque, hoje, fiquei com uma imagem diferente daquela que tinha, e não posso deixar de lhe dar a minha interpretação, relativamente ao que me disse até agora, o que não deixa de ser perturbador.

A minha interpretação do que nos disse é a seguinte: o Banco de Portugal apercebeu-se de um problema; tendo-se apercebido do problema, traçou uma estratégia de *ring-fencing*, ou blindagem, ou o que se lhe queira chamar, que visava separar completamente BES do GES e, de preferência,

eliminar a exposição do BES ao GES. O senhor, que era o principal responsável, achou que a estratégia não tinha sentido e, portanto, continuou a fazer o que entendia que deveria fazer, sendo que, durante seis meses, estiveram a trocar cartas e a situação a arrastar-se, com o Banco de Portugal a ordenar-lhe que fizesse uma coisa e o senhor a não fazer e a fazer outra, a que entendia ser a melhor. Já percebi! E isto não deixa de ser um retrato, quer da gestão do BES, quer da supervisão, algo perturbador para quem está a ver de fora. Como compreende, isto preocupa-nos particularmente.

A exposição dos clientes era relativamente alta. Há aqui o papel da Espírito Santo Liquidez, sobre o qual não vou perguntar, mas, a partir de determinada altura, dizem-lhe «Diminua, por favor, a exposição dos clientes do BES à dívida do GES». De facto, no que toca, pelo menos, aos do retalho isso aconteceu, e em relação aos institucionais? Só que, ao mesmo tempo, acontece outra coisa, que agora nos veio explicar, e é por isso pergunto em relação à Eurofin, para tentar perceber.

O BES emite determinadas obrigações com uma taxa de juro implícita — no exemplo que nos deram era de 7% —, coloca-as num intermediário financeiro, que era a Eurofin, que, por sua vez, as volta a vender e a colocar junto de clientes do BES a uma taxa de juro implícita menor, realizando, assim, uma mais-valia. Ainda ninguém tinha conseguido explicar para onde tinha ido esse dinheiro, o senhor veio agora dizer-nos que esse dinheiro foi para os tais clientes que tinham a dívida do GES.

Isto coloca duas questões muito concretas: estes clientes não eram os mesmos; há clientes que tinham na mão dívida do GES e ficaram sem ela — e ainda bem, porque ficaram sem um problema! — e, em troca, há

outros clientes que ficaram na mão com obrigações do BES, que, embora em vias de resolução, são um problema.

Pergunto, muito concretamente: quem são uns clientes e quem são outros? Muito concretamente, nunca se questionou se estes clientes, que compraram estas obrigações, não perceberam isso? Isto porque, se lhes tivesse passado pela cabeça, é óbvio que não teriam adquirido esses títulos. Não lhe parece que estes clientes foram efetivamente enganados?!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — A pergunta é extensa, mas vou tentar explicar o melhor possível, para que fique claro.

A área financeira emitiu títulos em diferentes fases e houve variações significativas da taxa de juro, em determinados momentos, também em Portugal. O departamento financeiro poderá explicar melhor o porquê da taxa de 7% com taxas de 3,5% ou de 4%, porque foram emitidos em momentos diferentes.

Quanto ao outro aspeto que tem a ver com o lucro que foi realizado, o testemunho não é meu, o testemunho é da KPMG, consta da ata de 30 de julho. Está lá dito, pela Dr.^a Inês Viegas, que esses benefícios — benefícios entre aspas — foram utilizados para a recompra de títulos do Grupo para clientes que estavam em SPV (*special purpose vehicles*) de um banco internacional. Daí esta ideia de que houve uma fuga maciça de biliões para o exterior. Não foi! Foi para resgatar esses títulos da mão desses clientes e quem fez o resgate ficou com títulos do Grupo, que, infelizmente, colapsaram. Portanto, não tiveram benefício algum! Não tiveram benefício porque os títulos colapsaram! Tudo colapsou!

O que nós fizemos, desde o início, foi obedecer ao Banco de Portugal, também, porque estávamos a atender, antes de mais, ao risco reputacional. E, quando foi estabelecido o *ring-fencing*, no dia 3 de

dezembro, às 7 horas da tarde, pelo Banco de Portugal, o Banco de Portugal considerou esse aspeto essencial.

Portanto, tenho a certeza de que a área financeira, ao fazer isso, estava em linha com o espírito e a letra do Banco de Portugal, quando dirigiu a carta de 3 de dezembro.

Em relação aos prejuízos gerados no BES, o que se passa, e também já aqui tive oportunidade de referir, é que houve uma ordem, uma instrução de provisionar 2 biliões de euros, as obrigações do BES, porque havia, aparentemente, uma perspetiva — é assim que está escrito, na ata do dia 30 de julho — de liquidez dada aos clientes. Insurgiram-se contra isso os nossos parceiros franceses de há 30 anos, porque já não estávamos no conselho, dizendo que era manifestamente um exagero o reembolso, ou a provisão, a 100% desses títulos, porque muitos clientes poderiam e gostariam, até, de ficar com esses títulos em carteira. Só que quando começou a queda (começa, aí, a 20, no mapa, no quadrinho que recebeu), começaram a desvalorizar-se também as ações, que arrastaram a saída de depósitos — numa primeira fase saíram 6,5 biliões de euros nos recursos — até, salvo erro, ao dia 1 de agosto, mas a dívida também sofreu. Houve alguns clientes que foram pedir os resgates ao Banco e o Banco, ao resgatar, realizou um prejuízo. Mas o que os nossos parceiros franceses dizem é que muitos clientes poderiam ter querido ficar com essas obrigações, e não sei se algumas delas não permanecem. Ou seja, em vez de estar a recomprar as obrigações, elas poderiam ter ficado no mercado.

Também sei — e isto não ficou registado em ata — que um dos membros franceses terá referido: «Para que estamos a provisionar obrigações de longo prazo?! Podemos transformar essas obrigações em depósitos! E vamos provisionar depósitos?!» Veja bem! Peço-vos que

leiam com atenção as manifestações dos acionistas franceses no conselho do BES.

Portanto, essa provisão, quanto a mim, tal qual lá está referida, foi manifestamente excessiva, foi ela que ajudou a destruir o capital do BES. Tínhamos conseguido 1,040 biliões, repostos os níveis de capitalização adequados para fazer face aos requisitos do Banco de Portugal, e, imediatamente a seguir, com os 2 biliões da provisão, os níveis de capital ficaram abaixo, e, portanto, o Banco ficou fora das regras da supervisão bancária.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já não vou ter tempo de pôr questões sobre o BESA, mas ficam para a segunda volta.

Quem foram os clientes que viram resgatados os seus títulos de dívida do GES? Ou seja, sei que nos clientes a retalho havia um número substancialmente superior de clientes a retalho com dívida do GES no fim de 2013 do que havia em junho de 2014, e explicou-nos que esta operação teve a ver com isso. Pergunto: isto também foi verdade para clientes institucionais? Se, sim, que clientes foram estes que viram resgatada a dívida? Ou seja, que deixaram de ter os títulos e passaram a ter dinheiro, o que significa que deixaram de ter um problema, ou aquilo que viria a ser um problema no futuro.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada Cecília Meireles, com toda a consideração e respeito, devo dizer-lhe que não sei quem são os clientes. Mas há uma coisa que eu sei, eram, em grande maioria, não residentes e eram clientes particulares. Poderiam, eventualmente, estar

organizados em sociedades fora, mas eram particulares, e, portanto, caíam dentro do princípio de que, sendo particulares, não eram do retalho, puro e duro, do mercado português mas eram residentes no exterior. Posso dar-lhe alguns exemplos: na comunidade portuguesa na Venezuela havia grandes clientes do Banco, através da Madeira, mas também, depois, através do Luxemburgo, e estes eram alguns desses, mas haveria outros, como, por exemplo, a comunidade portuguesa da África do Sul. Portanto, seriam *n* clientes não residentes, que não posso identificar um a um, mas posso dar-lhe a ideia de que eram eventualmente esses que tinham esses títulos nas suas carteiras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Ricardo Salgado e por dizer que tem respondido a algumas questões mas deixa muitas outras por explicar. Mas, certamente, também não será durante uma comissão de inquérito que teremos o tempo para compreender como é que um grupo atinge a dimensão que este atingiu. Não temos tempo de conhecer a história de cada uma das empresas a que se referiu, que tiveram origem em pequenas empresas e que atingiram dimensões absolutamente obscenas na economia portuguesa, e elas teriam, decerto, a sua história para contar, que muito nos interessaria para compreendermos a origem da dimensão do Grupo, a sua relação com o vasto currículo de promiscuidade com o poder político, que foi sendo registado ao longo do tempo e, aliás, até hoje, aqui, já trazido em algumas das respostas. Ainda assim, não sendo possível fazer este aprofundamento nesta primeira ronda, passo diretamente a algumas das questões que não

surgem só das suas respostas mas do conjunto de audições que têm vindo a ser realizadas por esta Comissão.

Compreendemos bem o que é o aprovisionamento das imparidades, mas, no entanto, há uma resposta que ainda não foi dada. O aprovisionamento das imparidades gera, de facto, uma perda no lucro do Banco, e, portanto, aparentemente, do acionista, mas também uma libertação de quem contraiu o crédito, ou, melhor, o crédito fica aprovisionado. Portanto, na prática, alguém levou aqueles créditos. E hoje, reduziu a resposta dizendo que foram provisões não foram desvios.

Pergunto: as provisões eram correspondentes a que imparidades, de que créditos, de que clientes?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, de facto, o Grupo orgulha-se de ter contribuído para a criação de 25 000 a 30 000 postos de trabalho, em Portugal, desde que voltou, em 1991/92. Voltou antes com o BIC, em 1986, mas, no fundo, voltou através do BES. E, portanto, choca-me que haja pessoas que refiram o Grupo como um grupo Ponzi, qualquer coisa do estilo, e tal...! Desculpe, isto é um desabafo meu, se calhar, estou a exagerar naquilo que...! Nunca vi operações dessa natureza criarem 30 000 postos de trabalho e haver investimentos de 8 biliões de euros na economia portuguesa.

Portanto, a dimensão do Grupo tem a ver com isto, mas tem a ver, também, com muito mais! Por exemplo, não foi referido que o Banco Espírito Santo está por detrás de um concurso BES inovação, está por detrás de um Espírito Santo Ventures que investia em empresas inovadoras, e julgo que ainda hoje esse grupo de empresas da Espírito Santo Ventures e de seguros e fundos ainda é o maior investidor em inovação em Portugal. Quando eu saí, tinha investimentos acima de 200 milhões de euros. E,

portanto, também foram muitos postos de trabalho criados dessa forma, para além dos apoios a empresas inovadoras, dos quais muito me orgulho.

Portanto, a dimensão do Grupo ajudou, contribuiu, para o aumento do número de empresas em Portugal que, felizmente, apesar do Grupo ter soçobrado, seguem a sua vida e estão a evoluir no sentido positivo da economia.

Em relação à promiscuidade política, vi algumas referências e comentários de políticos, altamente colocados, no sentido de que o Grupo teria tido uma ligação especial ao governo anterior e ao Partido Socialista. Gostava de dizer que, desde que voltámos para Portugal, tivemos 16 anos de PSD, 13 anos de Partido Socialista e 3 anos do Bloco Central, salvo erro.

Em Portugal, todos os bancos de alguma dimensão, de uma forma geral, ou contribuíram com colaboradores seus, de mais alto nível ou de níveis intermédios, para o governo, o que, julgo, é louvável, não chamaria a isso promiscuidade. A promiscuidade pode ter a ver com as consequências eventuais disso, mas não chamaria a isso promiscuidade, apenas significa que o Estado também considerou válidos muitos dos elementos que trabalharam no Grupo Espírito Santo.

O movimento inverso, a vinda do Estado para o Grupo, pode ter acontecido relativamente a alguns, mas também aconteceu, certamente, com outros.

Aquilo que posso garantir é que o comportamento e a tradição do Grupo, que existe há 145 anos e começou nos tempos da monarquia, deu-se com todos os partidos políticos, transversalmente, e as administrações dos bancos, maiores ou menores, têm de ter contactos com o Governo, não podem deixar de ter contactos com o Governo, e, desses contactos, não têm de sair relações promíscuas.

Peço desculpa, de estar a referir isso a esse seu comentário.

Gostava, também, de dizer que o provisionamento das imparidades era periodicamente analisado pelo departamento de riscos do Banco, e o departamento de risco era muito forte em termos da análise de riscos, porque tínhamos, rapidamente, credenciado o Banco dentro dos novos sistemas de análise de risco e de *ratings*, os chamados IRB Foundation e o IRB Advanced. Portanto, o departamento de riscos tinha independência para propor à comissão executiva do Banco e aos administradores executivos do Banco que estavam à frente dessas áreas o nível de provisionamento que fosse adequado para cobrir esses riscos. E o Banco Espírito Santo foi sempre cobrindo os riscos de uma forma que considerámos correta; e julgo que também foi considerada correta pelas autoridades de supervisão e pela troica, porque a troica fazia reuniões periódicas com a administração do Banco e analisava a evolução da situação dos níveis de provisionamento em função dos diferentes cenários previsionais sobre a economia e, portanto, sobre as situações que mereceriam provisionamento. Alguns desses provisionamentos tinham origem, como já referi anteriormente, em desvalorização do valor dos ativos, como, por exemplo, os imóveis.

Como sabe, Portugal não teve uma «bolha imobiliária», aliás a «bolha imobiliária» foi anterior, é uma coisa de que, raramente, se fala. A «bolha imobiliária» deve ter começado antes da viragem do século, mas houve uma quebra brutal, como também já foi referido atrás, no investimento, na construção e houve uma queda nos valores imobiliários. Sem dúvida! Nós não tivemos a «bolha à espanhola» ou a «bolha à irlandesa», mas tivemos imparidades na área imobiliária e em projetos de longo prazo, daí aquela proposta que foi feita — embora essa não fosse a única razão — pela APB (Associação Portuguesa de Bancos) de dar tempo

ao tempo, criando o tal veículo que permitisse aos bancos ir, progressivamente, provisionando e libertando os seus balanços do peso do sector da construção, do imobiliário, dos projetos de infraestruturas, etc. Bom, mas isso não foi possível.

Agora, pode ter a certeza, eu acredito, de que a nossa área de riscos esteve sempre à altura de avaliar os riscos e de aplicar e propor as imparidades que considerava adequadas.

Em relação aos créditos que tiveram imparidades, devo dizer que nós tínhamos uma quota de mercado de 25,5%. Portanto, tínhamos milhares de empresas como clientes — pequenas, médias e até grandes — e 2 milhões de clientes particulares e eu não posso dar-lhe, de memória, o número de clientes que tivessem tido créditos provisionados e que fossem, eventualmente... Se é o que estou a pensar, está a levantar a dúvida sobre se essas provisões poderiam ter, eventualmente, ajudado algum empresário a reduzir as suas dívidas, essa é outra face do assunto, porque a provisão é constituída no banco, e, portanto, desvaloriza o ativo, mas isso não quer dizer que se vá traduzir numa facilidade, necessariamente, do devedor para resolver o assunto. O banco avalia as garantias e, depois, sendo caso disso, ou executa ou reestrutura o crédito, por forma a dar tempo, e o tempo nestes períodos de grande crise é fundamental, é incontornável, para a solução das diferentes situações.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, pode ter beneficiado qualquer empresário ou qualquer cliente do Banco e entre os grandes clientes do banco estavam também as empresas do Grupo Espírito Santo que também podem ter tido essa facilitação.

Quando a imparidade de crédito atinge os 100%, geralmente o crédito é abatido do ativo e passa a integrar, única e exclusivamente, uma perda e a sua perspectiva de recuperação é inexistente.

Portanto, o Sr. Doutor não respondeu. Quer dizer, nós temos as listas dos 15 principais clientes do Banco, mas os nomes vêm apagados, No entanto, podemos ver que alguns deles têm 100% de imparidade, e, portanto, aquele crédito terá sido abatido do ativo, desapareceu. Alguém levou aquele crédito sem pagar os juros ou, melhor, sem pagar praticamente nada daquilo que deveria, e esse valor é abatido do ativo do Banco. Enfim, é um esquema bem montado de descapitalização e era importante termos noção de quem exatamente beneficiou, pelo menos, com os grandes créditos no departamento dos grandes riscos.

Quanto à avaliação que diz fazer do departamento de risco, nós não a compreendemos, porque como é que um banco pode dizer que a avaliação de risco satisfazia todos os critérios — e aí também o supervisor evidentemente está envolvido — se ainda hoje não sabe para onde foi o dinheiro, por exemplo, de um grande crédito concedido ao BES Angola?! Ainda hoje não sabe quem é que contraiu aquele crédito! Então, como é que pode dizer-nos que há um bom mecanismo, um bom departamento de risco quando ainda hoje se assume que não se sabe para quem foi aquele dinheiro?!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem toda a razão em levantar a questão, mas eu não posso responder-lhe mesmo que soubesse, porque, infelizmente, as regras em Angola são muito simples: não se pode comentar fora de Angola e fora da autoridade de supervisão angolana a situação dos riscos angolanos. Mas, volto a referir, e não sei quem publicou isso no *Expresso*, houve referências às assembleias gerais

dos dias 3 e de 20 de outubro, quando acabou; estão lá várias considerações sobre esse aspeto. Mas, de facto, foi muito mau o que aconteceu.

Não posso dizer quem são os devedores, porque eu, para já, não os conheço...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, como é que caracteriza como bom o departamento de avaliação de risco?! É esta a questão! Também nos interessava saber quem levou o dinheiro sem o pagar, mas também era interessante percebermos como é que...

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, estou a falar do departamento de riscos em Portugal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas era importante compreender como é que diz que o departamento de risco é eficaz e eficiente e, ao mesmo tempo, nos diz que se perderam 5000 milhões de euros!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, peço desculpa, tenha um pouco de paciência...!

O departamento de riscos em Portugal tem a ver com o Banco Espírito Santo e também com a análise de risco que fazia a pedido de algumas das instituições financeiras fora de Portugal, nomeadamente na Europa, mas não em África.

O departamento de riscos em Portugal não podia saber... Repare, não se esqueça daquilo que eu lhe disse: fomos obrigados a cortar a informática em 2009. Portanto, não era o departamento de riscos português que deveria analisar os riscos angolanos, era o departamento de risco angolano, e o departamento de risco angolano foi pervertido. O

departamento de risco angolano foi pervertido! Aquilo não funcionou e o Dr. Álvaro Sobrinho nessas assembleias gerais — e isso também já veio no tal artigo tornado público no *Expresso* — refere que, de facto, não cumpriu com as regras da supervisão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nos quadros que temos disponíveis dos relatórios do Banco de Portugal, produzidos através da supervisão, também se mostra que entre os principais clientes do BES em Portugal, não poucas vezes, surgem imparidades de 100% nos créditos, o que também demonstra que há uma avaliação de risco um pouco estranha. Ou seja, nos principais clientes, nos principais créditos, alguns deles de largos milhões de euros, surgem imparidades de 100% como se nada fosse. Enfim, é uma avaliação de risco, no mínimo, duvidosa!

O Sr. Dr. Ricardo Salgado veio aqui com uma tese de que tudo isto terá rebentado algures em 2008, que terá tido conhecimento do prejuízo da ESI apenas depois disso, insinuando até que só teve conhecimento desse prejuízo e da forma como ele se materializava já na realização do ETRICC.

Então, não tem conhecimento de um relatório produzido no ano de 2001, onde se diz que, ao mesmo tempo que o Grupo BES/Banco vai aumentando a sua exposição à ESI, a *subholding* ESR já acumula 1000 milhões de euros de prejuízos em 2001?

Portanto, dentro da ESI há um relatório produzido que indica que já há 1000 milhões de euros de prejuízo. Não tem conhecimento disto?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, o que posso dizer é que, ao nível da administração da ESI, havia consciência de que o Grupo estava bastante endividado. Disto não há dúvida alguma! Agora, não havia

consciência dessa situação que veio a esclarecer-se no final do mês de novembro, atendendo aos elementos que nós próprios facultámos.

Agora, não posso estar a especificar-lhe concretamente as situações de *holdings* pontuais. Aliás, nós reorganizámos o Grupo e eu ia propor aos Srs. Deputados, se estiverem de acordo, que fosse distribuído este gráfico 3, se o Sr. Presidente autorizar...

O Sr. **Presidente**: — Já têm, já foi distribuído pela Comissão por *e-mail*, ou por *sms*, por um destes instrumentos.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Aliás, as datas não estão exatamente corretas, porque a estrutura indicada em 13 de janeiro de 2014 já era a mesma no final de 2013.

Portanto, como podem ver, nós tínhamos, efetivamente, várias *holdings*. O Sr. Deputado estava a falar da ESR, a Espírito Santo Resources, que era uma *holding* que tinha ativos, fundamentalmente, do outro lado do Atlântico, tudo o que é América Latina, Estados Unidos. Também aqui estava a Escom em África; a ESFG, era a área financeira; a Rioforte foi a *holding* que foi constituída em 2009 e que tinha por objetivo reintegrar tudo o que era da área não financeira; e, depois, há outras *holdings*, como a ES Industrial, a Escopar e outras.

Portanto, os Srs. Deputados têm aí, no quadro da estrutura do GES, a nova estrutura e peço desculpa por ter de pedir para corrigirem as datas: em 31 de dezembro de 2013 já existia esta nova estrutura que está aqui indicada como sendo de 13 de janeiro de 2014.

Assim, esta estrutura simplifica extraordinariamente o Grupo, permite com facilidade analisar a consolidação e tem a vantagem de uma coisa muito simples, que o Sr. Deputado compreenderá bem: a Espírito

Santo Financial Group, que estava diretamente debaixo da ESI, passa para debaixo da linha da Rioforte. A Espírito Santo Irmãos é apenas um veículo que tinha as ações da Espírito Santo Financial Group.

Portanto, o nosso objetivo era, de facto, que tivesse tudo consolidado. Debaixo da Financial Group estava, naturalmente, toda a área financeira, o sector bancário, segurador, etc., e, assim, era a Rioforte que beneficiaria do aumento de capital, que iria centralizar progressivamente toda a área não financeira, e o conceito original era, a seguir a Rioforte, fazer uma fusão com a ES International, que esta desapareceria, até porque, como sabe, o Banco de Portugal impôs regras para não se poder usar o nome Espírito Santo nas *holdings* não financeiras. Logo, a ESI teria tendência a ser fusionada a prazo com a Rioforte, tão logo os aumentos de capital fossem completados.

Esta estrutura chegou a prevalecer e entrou em execução ainda em 2014.

Relativamente às imparidades e à concessão de créditos de alguns clientes, houve um aspeto, que ainda não referi e que é importante para os Srs. Deputados entenderem, que é o seguinte: a partir de uma certa altura, salvo erro, no mês de março, foi estabelecido o comité de coordenação e controlo das partes relacionadas. O que fazia esse comité? Esse comité era constituído por administradores independentes e pelo presidente da comissão de auditoria do BES, o Dr. Horácio Afonso, e esse comité aprovava as operações relacionadas com o Grupo. Portanto, nenhuma operação de crédito realizada pelo Grupo poderia ser aprovada sem passar por este comité de coordenação da concessão de crédito das partes relacionadas, e, depois, normalmente, para as operações poderem ser executadas, eram submetidas à aprovação do Banco de Portugal.

Portanto, o Banco de Portugal tinha aqui uma estrutura para, de facto, analisar, com maior profundidade, as operações de crédito para o Grupo, de uma forma independente, digamos assim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nós sabemos que tinha, mas também as boas considerações que fez sobre os mecanismos do BES de avaliação de risco não abonam muito a favor da capacidade de supervisão.

Neste mesmo relatório diz-se que, em 2000, o regulador português deu instruções ao Banco para diminuir a exposição da ESFG à ESI. Diz, depois, que os diretores do Banco foram de opinião contrária e não cumpriram as orientações do Banco de Portugal, apesar de não terem fundamentado o incumprimento.

Qual foi o papel do Banco de Portugal desde aqui até 2014?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Em que data é que o Sr. Deputado refere essas transações?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — 2000! É de um relatório de 2001, referindo-se a contactos do Banco de Portugal tidos com o Banco em 2000.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — 2001?!

O Banco de Portugal acompanhou sempre todas as operações dentro do Grupo e essa data de 2001... Não me estou a recordar, nesta altura, dessa situação, mas recordo-me de ter dito que o Banco de Portugal analisava os grandes riscos, que os grandes riscos tinham de estar dentro de limites bem definidos e que nós, trimestralmente, éramos submetidos à análise dos grandes riscos.

Portanto, se porventura, houvesse um excesso, como o Sr. Deputado está a querer referir que, eventualmente, terá havido, de grande risco em relação a uma operação dessa natureza, o Grupo tinha de aumentar o capital, e acabou sempre por aumentar o capital e ajustar os capitais às necessidades que estavam definidas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, mas o que se demonstra é que a fragilidade do sector não financeiro, da área não financeira, não é de agora e não está exclusivamente relacionada com a crise internacional, é muito anterior, e que o Banco de Portugal, inclusivamente, tinha conhecimento dessa exposição e já havia dito ao BES para que reduzisse essa exposição, coisa que não foi feita, porque não só não se reduziu como foi aumentando, de acordo com os dados que temos, particularmente desde 2011 a 2013, altura em que o aumento da exposição é muito grande.

Sobre a relação com o Banco de Portugal, não teve noção, como nos disse, de que estivesse a ter lugar um processo de persuasão moral. Portanto, essas palavras do Vice-Governador, porventura, tê-lo-ão surpreendido.

Mas não tinha noção de que esse processo estivesse a existir por parte do Governador ou por parte do Vice-Governador? Não teve noção, em nenhum caso?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Em nenhum caso, Sr. Deputado.

Como digo, tive várias vezes oportunidade de falar com o Sr. Governador, que, às tantas, solicitou-me que fosse eu a liderar a transição para uma transferência da governação do Banco, em que houvesse mais administradores independentes do que aqueles que existiam, e, portanto,

que a família sairia do executivo do Banco. Foi isto que aconteceu e, infelizmente, depois, deu naquilo que já foi aqui relatado.

Mas ouvi, com surpresa, o Sr. Governador dizer que terá tido um braço-de-ferro comigo...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tal era a força do Governador!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Eu devo dizer que os meus braços não são propriamente ferros...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tal era a força do Governador que nem sentiu!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Nunca tive a sensação de estar num braço-de-ferro com o Sr. Governador.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era muito forte o seu parceiro no braço-de-ferro.

Pergunto-lhe se não terá entendido da carta do Vice-Governador, de janeiro (agora, não tenho a data precisa... o formato digital, às vezes, não facilita...), que havia qualquer alusão à avaliação da idoneidade?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não!

O Sr. Vice-Governador mandava-nos cartas e o Banco de Portugal... Sabe quantas cartas recebemos durante o período de 1 de janeiro até ao fim, até 13 de julho? 30 cartas! Uma média de três dias por carta, com respostas a terem de ser dadas num prazo de 5 a 10 dias.

Portanto, o que eu procurei fazer, o que as equipas do BES fizeram, foi responder a todas as cartas do Banco de Portugal a explicitar as razões que o Banco tinha. As conversações com o Banco de Portugal seguiam normalmente, na área, por exemplo, do crédito ao Grupo, como já referi aqui, através do Dr. Joaquim Goes, que estava no comité das partes relacionadas e, enfim, foi aquilo que aconteceu. Mas devo dizer que ao primeiro sinal de considerarem que eu não teria idoneidade eu teria sido o primeiro a sair do Banco Espírito Santo. Nunca tive esse sinal. Tive esta persuasão, que agora vejo referida neste fórum, mas não considero que tenha sido clara, para quem quer que fosse, essa situação.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas em resposta à carta do Vice-Governador, em que o Vice-Governador diz que o Banco de Portugal tomará as medidas necessárias para garantir a gestão sã e prudente do Banco, diz que ainda bem que clarificaram naquela reunião com o Governador de que não se tratava de uma ameaça, porque, caso não tivesse havido aquela reunião, poderia ter ficado na dúvida, outra conclusão teria tirado... Portanto, acaba por reconhecer que sentiu uma ameaça, ainda que numa carta.

Era normal fazer este tipo de reuniões com a hierarquia, imediatamente, superior, no sentido de ultrapassar ameaças que sentia do Vice-Governador?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Ó Sr. Deputado Miguel Tiago, eu não tenho, por sistema, mentir. Nunca menti nestas coisas, que são extremamente graves, naturalmente. Nunca disse nada que pudesse ser mal interpretado e nunca fiz nada nesse sentido, mas é fundamental que a governação do Banco de Portugal seja clara!

Quer dizer, se nos escrevem a referir certas situações, temos de responder e dar as respetivas respostas como deve ser, e assim fiz, Sr. Deputado, na carta de 31 de março, onde digo, relativamente a uma solução construtiva: «Quero dizer claramente a V. Ex.^a que estou inteiramente disponível, no quadro de um saudável e cooperante relacionamento com o Banco de Portugal, para encontrar uma solução construtiva de *governance*, com forte incidência numa maior profissionalização e independência executiva do Banco». Mais claro do que isto é impossível! E, depois, acrescento que não serei eu que, por qualquer motivo pessoal, dificultará essa desejável evolução. Isto, em 31 de março!

Portanto, se o Banco de Portugal tivesse querido que eu saísse, era muito fácil, mas mesmo muito fácil!

Além disso, no dia 7 de abril, mandei uma nova carta ao Sr. Governador, em que digo: «Na sequência da reunião havida com V. Ex.^a no dia 31 de março, permito-me voltar à presença de V. Ex.^a a fim de retomar o tempo e o modo das desejadas alterações na *governance* do Grupo Banco Espírito Santo.

Na reflexão interna a que procedi, concluímos que para assegurar o sucesso do aumento de capital do BES, já em preparação, e demais operações de reforço do Grupo, é essencial que o mercado não percecionasse qualquer instabilidade na *governance* do Banco até ao seu *closing*, o que se prevê ocorra em meados do próximo mês de junho¹⁰.

As nossas equipas estão a trabalhar ativamente nessas operações sob a minha liderança e não posso transmitir-lhes um sinal de fraqueza neste momento. Isso não significa que haja da minha parte qualquer recuo nas intenções que manifestei a V. Ex.^a e que constam da carta que entreguei a V. Ex.^a na referida reunião.

Por isso, venho assumir perante V. Ex.^a, no que sou acompanhado pelo Sr. Xavier Musca em representação do Crédit Agricole, conforme este já comunicou pessoalmente a V. Ex.^a, o compromisso de, logo a seguir ao *closing* do aumento de capital social do BES, promovermos a convocação e a realização de uma assembleia geral do Banco Espírito Santo, com vista a alterações estatutárias que se afiguram necessárias à alteração da *governance*, adotando um modelo que venha a ser previamente consensualizado com o Banco de Portugal».

Depois digo mais umas coisas e digo, ainda, o seguinte: «Acredite, Sr. Governador, que este meu compromisso vai ao encontro daquilo que resulta de uma profunda reflexão que pessoalmente fiz sobre a minha posição no Grupo.

Na verdade, sinto que dei o melhor da minha vida de trabalho a esta instituição, e tenho orgulho no trabalho realizado ao longo deste período tão difícil, por que passou o Grupo Espírito Santo, desde a nacionalização, em 1975.

Ninguém mais do que eu deseja que o Grupo continue a dar uma contribuição valiosa à economia de Portugal.

Independentemente da posição que vier a ocupar no futuro dos destinos do Grupo estarei, sempre, empenhado no seu progresso e do sistema financeiro nacional.

Face ao compromisso que agora assumimos, entendemos prosseguir a nossa atuação, nos termos aqui enunciados».

Depois, ainda mais, no dia 17 de abril, enviei ao Dr. Pedro Machado o seguinte: «Como combinado, junto a calendarização desejável do programa em curso e para a concretização contamos com o vosso apoio e disponibilidade. (...)

Calendarização desejada

1 – 16.04.2014 — Renúncia aos cargos para que foi designado.

2 – 24.04.2014 — Confirmação do arquivamento dos processos relativos aos registos dos cargos renunciados.

3 – 05.05.2014 — Assembleia geral anual...», esta depois ficou para agosto, pois a seguir ao aumento este calendário foi alterado para depois do aumento.

«...4 – 09.05.2014 — Entrega do projecto de alterações dos estatutos e compromisso de solicitar convocação da Assembleia Geral extraordinária.

5 — 20.06.2014 — *Settlement* do aumento de capital social...», de facto, foi em 16, foi mais cedo.

«...6 – Semana de 23.06.2014 — Reunião no Banco de Portugal, com membros da família...» — foi no dia 19, também foi mais cedo.

«...7 – 27.06.2014 — Convocatória da Assembleia Geral extraordinária para alteração do contrato de sociedade e designação dos novos membros».

Portanto, Sr. Deputado, fará o favor de entender que eu, nunca por nunca, pus qualquer obstáculo à mudança da *governance* do Banco Espírito Santo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E também não sentiu qualquer pressão sobre a sua idoneidade, apesar de ter encomendado pareceres sobre ela e de os ter feito chegar ao Banco de Portugal! São estranhas manifestações!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Eu fui...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Gostava ainda de colocar algumas questões, nomeadamente, sobre a ata para a qual nos chamou a atenção várias vezes.

Nessa ata é referida, várias vezes, por diversos intervenientes, a necessidade de envolver o Governo e que qualquer aumento de capital e apresentação das contas do 1.º semestre deverá ser seguida, imediatamente, de declarações das autoridades, quer do Banco de Portugal quer do Governo, e, curiosamente, neste dia, sai uma declaração do Banco de Portugal a dizer que está disponível a linha do PAEF para apoiar a recapitalização e que deve haver recapitalização de mercado.

Na ata do dia 30 de julho de 2014, José Onório e António Souto dizem que é urgente envolver o Governo. Era hábito, nas reuniões do conselho de administração do BES, falar-se da necessidade de chamar o Governo a prestar declarações sobre a estabilidade de um grupo financeiro?! Mais, nessa ata diz-se: «Deve ser, de imediato, seguida por uma declaração das autoridades quer do Banco de Portugal quer do Governo, confirmando a sua disponibilidade para respaldar financeiramente o BES». É estranho que, neste mesmo dia, passadas poucas horas de esta ata ter sido produzida, sai uma nota do Banco de Portugal a dizer precisamente isto!

Pergunto: qual é o tipo de contactos a que os participantes nestas reuniões estavam habituados a conhecer com o Governo, de maneira a que pudessem falar, nas suas reuniões, desta forma sobre a interação do Banco com o Governo?! Como é que eram feitas essas interações ao longo do tempo? Isto porque a naturalidade é preocupante, compreenda o porquê da nossa questão. A naturalidade com que isto é referido, por várias vezes, nesta ata levanta dúvidas sobre a relação deste Grupo económico, concretamente, do seu conselho de administração, com o Governo e com o

Banco de Portugal, sabendo nós, ainda por cima, que estas declarações foram, de facto, produzidas.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Ó Sr. Deputado, a 30 de julho eu já não estava no Banco Espírito Santo. Mas chamei a atenção, porque é uma ata incontornável para se perceber tudo aquilo que aconteceu no Banco.

Agora, veja o seguinte: eu saí no dia 13. No dia 12 de julho, enviei uma carta ao Banco de Portugal, dizendo que havia potenciais acionistas privados institucionais dispostos a recapitalizar o Banco.

Veja, agora, a diferença, procure analisar a diferença dessa data, que não é tão distante assim, do dia 12 de julho, desse conselho de administração, para a ata do dia 30.

Portanto, o que aconteceu foi que o Banco de Portugal não esteve na disposição para receber os potenciais investidores interessados, remeteu o assunto para a nova administração executiva — o Dr. Vítor Bento, o Dr. Honório e o Dr. Moreira Rato poderão explicar isso melhor do que eu —, que não resolveu o assunto, deixou para o final do mês e, no final do mês, o Banco de Portugal dá 48 horas para haver um aumento de capital!

Isso é mais do mesmo daquilo a que o Grupo Espírito Santo ficou a passar ao longo deste ano!

Portanto, peço desculpa se estou a exagerar, porventura, os meus juristas aqui presentes vão dar-me um raspanete, mas eu acho que essa carta do Banco de Portugal é uma forma de se desresponsabilizar.

Quer dizer, 48 horas para se fazer um aumento de capital?! Não existe, Sr. Deputado! Só se fosse um milagre! E, portanto como não foi possível fazer o aumento do capital, passou-se à resolução.

No fundo, o que parece é que isto estava tudo, mais ou menos, orientado para o mesmo, peço desculpa da afirmação.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não senti que tenha sido minimamente atendida a minha pergunta.

O que o PCP perguntou foi se era recorrente este tipo de alusões à articulação da estratégia do conselho de administração com o Governo, se era natural, e como é que ela se processava, porque esta ata dá a entender que era natural. E, muito provavelmente, se formos ler as anteriores, verificamos que surge novamente.

Foi a primeira vez que se referiu a necessidade de ter uma declaração do Governo? É que parece uma encomenda, compreenda!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, entre o dia 1 de julho e o dia 1 de agosto, saíram do Banco 6 biliões de euros de depósitos. Vi, depois, no *Expresso*, que, em novembro, teriam saído 10 biliões.

Sabe o que é que isso significa? Essa situação significa uma análise muito preocupante por parte dos administradores no dia 30 a requerem a presença do Governo neste capítulo. Veja que os recursos começaram a sair do Banco, de uma forma acentuada, a partir do dia 1 de julho e quando um banco começa a perder depósitos a esta velocidade é muito mau sinal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, sou forçado a concluir que era natural que, em situação de sangria, o Banco recorresse ao Governo para o avalizar publicamente, no sentido de conter essa sangria. Não sei se foi isto que disse, porque perguntei como era feita a relação e o senhor disse-me que o Banco perdeu muitos depósitos... É difícil retirar alguma...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, creio que está entendida a pergunta.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, não era nada normal uma situação destas. Era uma situação absolutamente anormal e por isso mostrei o contraste entre o dia 12, no qual havia investidores privados dispostos a entrar, e a situação que foi criada por não se ter resolvido o problema e a administração ter recebido um ultimato para fazer um aumento de capital em 48 horas.

Julgo que o Dr. Vítor Bento já aqui esteve e que já teve oportunidade de se pronunciar sobre essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar esta primeira ronda, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Ricardo Salgado, a ESI era a *holding* que estava abaixo da Espírito Santo Control, que era a *holding* da família. A ESI incluía a família e investidores privados. Pergunto: quem é que detinha o resto do capital da ESI?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, o que posso dizer é que, de cabeça, não sei, mas eram muitos investidores. A Control tinha, de facto, uma posição controladora no capital, julgo que de 60% ou 70%, mas 30% do capital estava em nome de acionistas privados, nacionais ou internacionais, que tinham essas ações. Mas, de cabeça, não sei referir-lhe. Não havia, que eu saiba, nenhum acionista muito significativo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma ata, em 2011, que refere — aliás, é o Dr. Ricardo Salgado que, normalmente, descreve a situação do GES e a situação financeira do Grupo, em geral, nas reuniões

do conselho superior — «(...) a necessidade do reforço do capital das *holdings* — ES Control, ES International e ES Financial Group — num cenário que inicialmente se caracterizava de *bail-out*, mas que atinge, na realidade, contornos muito mais graves». Estas são palavras suas, a ata é formal, em 2011.

Quer explicar o que entendia por *bail-out* das *holdings* do Grupo e que contornos mais graves são estes já em 2011?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, a sua questão é pertinente, mas eu recordava que 2011 foi o ano em que Portugal ficou completamente isolado, até à entrada da troica, dos acessos ao mercado de capitais internacional, quer o Estado, quer os privados, quer os bancos portugueses. E, portanto, o que eu estava a avisar, ao nível do conselho superior, era que não haveria possibilidade de recorrer a outros capitais internacionais. Em Portugal, os bancos estavam todos numa situação de *stress* absoluto até à entrada da troica e até se normalizarem as relações com o Banco Central Europeu, o que só aconteceu mais tarde, e, portanto, deveríamos continuar a acelerar o *deleverage*, o que quer dizer venda de ativos da área não financeira. Este era o sinal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não existindo o *bail-out*, a alternativa nunca seria o *bail-in*, necessariamente, por parte de outras empresas do Grupo ou da parte financeira?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não! *Bail-in* ou *bail-out*, como sabe, são termos que se aplicam ao sector bancário. A área não financeira não tinha essa situação, e não estou a dizer que seria o *bail-in*, da parte das instituições financeiras à área não financeira, não era isso. O que eu estava

a querer dizer era que era preciso, de facto, aligeirar rapidamente a venda de ativos. Tinha sido criada, em 2009, a Rioforte e era preciso começar, de facto, a pensar, seriamente, na venda de ativos para realizar liquidez. Aliás, o primeiro ato de *deleverage* foi feito com a venda da Escom, em 2010, mais precisamente a 28 de dezembro de 2010, e, infelizmente, dessa transação apenas conseguimos realizar o sinal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Entre dezembro de 2012 e setembro de 2013 o passivo da ESI passou de 2200 milhões para 6300 milhões. Porquê?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Aí está aquele fenómeno que já referi. Estávamos numa fase em que era preciso ativar e reforçar os capitais na Rioforte, mas ainda não o tínhamos conseguido, e que, portanto, a dívida emitida na ESI era instrumental para que o Grupo continuasse a funcionar. No final de 2013, é exatamente quando nasce aquela situação horrível de termos detetado que havia 1,2 biliões que não tinham sido registados no passivo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Independentemente daquilo a que chamou uma distração, queria saber se ainda considera que 1,3 biliões são uma distração nas contas da ESI e por que é que o passivo da ESI aumenta de 2,2 biliões para 6,3 biliões em seis meses. Esta é a pergunta de fundo, independentemente de haver, ou não, buraco nas contas.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, não tenho, neste momento, elementos para lhe poder responder a essa sua questão, mas tem resposta com certeza.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A resposta não será a de que a ESI estava a financiar a ES Control?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Efetivamente, a ES Control teve algum financiamento da ESI, mas não foi, nem de perto, nem de longe, a esses níveis. Deve ter sido à volta de 200 ou 300 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, as suas declarações, que temos através da comunicação social, em que diz que não vale a pena salvar a ES Control, que está completamente financiada pela ESI e que só tem um ativo que são as próprias ações da ESI, não são verdadeiras, nem fazem sentido!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — São, mas... Bom, o que é que aconteceu?! No nosso plano de reorganização e reestruturação, que tem aí, no final do mês de novembro, sabíamos que era essencial reforçar os capitais das nossas *holdings* da área não financeira. Ainda pensámos poder começar por cima, ou seja pela ES Control e, depois, pela ESI, mas, quando viemos a aperceber-nos da situação real revelada pelas contas da KPMG no final de janeiro e referentes a 30 de setembro, entendemos que era completamente impossível estar a chamar capital para essas *holdings* e que deveríamos alterar o processo completamente. Daí passarmos a reforçar capitais na Rioforte, porque, como já foi aqui referido, a Rioforte, através do ETRICC, não tinha qualquer imparidade.

Se aumentássemos o capital do Banco, aumentando o capital da ESFG, que também estava em linha... Aliás, o objetivo era retirar a ESFG da bolsa, e, já agora, posso adiantar-lhes que o que aconteceu foi que, a

partir de uma certa altura e relativamente cedo, a ESFG foi instrumental para financiar o desenvolvimento do sector financeiro: tinha as ações cotadas, como já foi aqui referido, no Luxemburgo, em Londres, em Nova Iorque e em Lisboa e, portanto, os títulos das ações da ESFG passaram a concorrer com as ações do BES no mercado de capitais. Isso significou que o volume de transações das ações da ESFG era muitíssimo baixo e, portanto, os clientes e os investidores tinham tendência para investir no BES e não na ESFG, embora não tivéssemos tido problemas quando foi da recapitalização ou dos aumentos de capital da ESFG.

Portanto, nós queríamos reforçar capitais no Banco, este era o primeiro objetivo para o isolar do problema que tinha surgido na ESFG, recomprando a totalidade das ações, e, depois, na Rioforte, e estava tudo encaminhado para que isto acontecesse, e, em consolidação, uma vez que depois passaria tudo a ser consolidado, haveria um momento em que os capitais da ESI passariam a positivos. Aliás, a análise do ETRICC mostra isso bem, mostra que já em 2018 a ESI teria capitais positivos com a evolução do programa que estava posto em marcha e que nunca acabou por ser completado e em 2023 por maioria de razão, mesmo no pior cenário, que era o cenário de maior *stress*. E foi esta a razão por que depois deixámos, e, mesmo assim, ainda fizemos um aumento de capital da ES Control de cerca de 25 milhões, em que os acionistas da ES Control participaram, mas, naturalmente, este procedimento teve de ser abandonado atendendo aos números que saíram da KPMG no final do mês de janeiro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, confirma que a ES Control estava financiada em cerca de 400 milhões pela ESI.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Tradicionalmente, na ES Control 50% dos seus capitais eram financiados pelos acionistas e 50% de capitais por empréstimo. Esses capitais de empréstimo eram, inicialmente, de operações fiduciárias realizadas pelo Banque Privée, na Suíça. Depois, no Luxemburgo, começou a haver dúvidas sobre a natureza das operações fiduciárias e, infelizmente, o que foi feito foi pedir à ESI que desse uma ajuda para cobrir essa diferença, uma vez que as operações fiduciárias tinham de ser reembolsadas. Mas eram operações transitórias e deveriam ser substituídas tão rapidamente quanto possível.

Aliás, ainda chamámos capital para a Espírito Santo Control, em termos de ações preferenciais, através de alguns investidores internacionais, que, como nós próprios, também perderam os seus capitais, e nós perdemos tudo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que dúvidas é que foram levantadas pelo financiamento, através de operações fiduciárias na Suíça?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Desculpe...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O senhor falou em dúvidas nas operações fiduciárias de financiamento à ES Control na Suíça...

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — As operações fiduciárias eram operações em que clientes investiam através do Banque Privée na Suíça, sabendo os riscos que estavam a assumir, porque nunca se escondeu os riscos que estavam a assumir nessas matérias, era uma forma de financiamento. As operações fiduciárias são operações absolutamente correntes nos bancos suíços.

Enfim, depois, no Luxemburgo, começou a haver algumas dúvidas sobre a natureza das operações fiduciárias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que dúvidas?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Dúvidas sobre a natureza, porque poderia ser...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dúvidas sobre que natureza?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Poderia ser interpretado que as operações fiduciárias representariam, eventualmente, captação de depósitos por sociedades não financeiras. E nunca foi esclarecido! Até hoje, não temos a certeza sobre isto.

Na Suíça, não eram depósitos, eram operações fiduciárias, em que os investidores estavam na disposição de fazer aplicações fiduciárias numa determinada empresa uma aplicação com essas características.

No Luxemburgo, poderia, eventualmente, ser comparado à captação de depósitos. Achámos estranho por que é que uma operação fiduciária, que nasceu na Suíça, seria considerada um depósito no Luxemburgo, mas fomos, progressivamente, desativando as operações fiduciárias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso é independente da crise financeira.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Desculpe...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso é independente da crise financeira.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não foi independente, a crise começou em 2007/2008 e isso já vinha de algum tempo atrás, as operações fiduciárias eram anteriores.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que deixaram de poder ser feitas?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Elas poderiam, eventualmente, ainda ser feitas, nós é que considerámos mais prudente substituí-las por outra forma de financiamento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por créditos da ESI?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Por avanços da ESI transitórios, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sendo administrador da ESI, aliás, grande parte dos membros do conselho superior o eram, gostaria que explicasse, pois ainda não consegui perceber, como é que, em seis meses, o passivo da ESI aumentou cerca de 4000 milhões.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, em seis meses, acho muito estranho que tenha aumentado 4000 milhões. Não posso certificar-me desses números neste momento, pois não tenho comigo os dados da evolução do passivo, mas acho que o passivo da ESI aumentou 4000

milhões de 2008 a 2013. Há aí qualquer coisa que não me parece que esteja bem, Sr.^a Deputada. Peço desculpa, não quero estar a corrigi-la, mas posso verificar isso mais tarde.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Voltaremos a esse aspeto na segunda ronda, não há nenhum problema relativamente a isso.

Disse-nos, há pouco, que a tentativa era capitalizar a Rioforte, que, aliás, no princípio do ano não tinha imparidades. Mas há um conjunto de operações da Rioforte no 1.º trimestre, nomeadamente a compra de posições na ES Irmãos e na ES Financial Group, que faz com que os passivos superem os ativos da Rioforte em quase 2000 milhões. Trata-se de operações realizadas no 1.º trimestre de 2014 que se refletiram nas contas de 2013. Confirma estas operações?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — A Espírito Santo Irmãos passou a ser uma subsidiária da Rioforte e passou a ser a *holding*... Não sei se a Sr.^a Deputada já viu o gráfico da nova estrutura do Grupo, em coluna, que tem a ESFG, a Espírito Santo Irmãos, que era acionista da ESFG, e a Rioforte. A Rioforte transferiu as ações que vinham de cima, da ESI e da ES Financial Group, para a Espírito Santo Irmãos. Portanto, não são propriamente ações de crédito, são operações de transferência de ativos, que fizeram nascer um suprimento ou crédito da Rioforte para a Espírito Santo Irmãos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Digo isto porque há um relatório da auditora da Rioforte, de 21 de março, que refere que a Rioforte estava a comprar posições na Espírito Santo Financial Group através de

dívida de curto prazo e que isso criou um excesso de passivo relativamente ao ativo. Esta informação é correta, imagino.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sim, não se pode dizer que fosse dívida de curto prazo, porque, como eu disse, houve avanços e suprimentos. Foi o acionista da Espírito Santo Irmãos, a Rioforte, que fez a transferência das ações da ES Financial Group para a Espírito Santos Irmãos.

Agora, não sei que operações são essas de curto prazo, não estou a ver neste momento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas há uma mudança na posição financeira da Rioforte no 1.º trimestre. É conhecido que, afinal, não só não havia zero de imparidades como havia um passivo superior ao ativo em cerca de 2000 milhões de euros por via destas operações realizadas no 1.º trimestre, seja como for que entenda classificá-las ou não as conheço em pormenor.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Exatamente, agora já estou a ver onde quer chegar.

Isso passa-se ao longo do semestre. O que é que aconteceu? Deveríamos ter conseguido fazer o aumento de capital da Rioforte antes. Como eu disse aqui, tínhamos conseguido que um importante fundo internacional fosse transferido para o Banco e, através desse fundo, iria haver um aumento de capital na Rioforte de cerca de 1 bilião de euros, dos quais esse fundo iria entrar com 700 milhões.

A Rioforte, em 14 de março, não tinha imparidade nenhuma, e não teve imparidade nenhuma, mas como se atrasou o aumento de capital da

Rioforte o que aconteceu foi que os investidores na ESI quiseram ir substituindo progressivamente ativos da ESI por créditos sobre a Rioforte. A ESI reembolsou e esses clientes voltaram a emprestar à Rioforte esses recursos. E, portanto, há uma transferência de financiamento que estava na ESI para a Rioforte, sendo que a ESI foi reduzindo o seu passivo e a Rioforte foi aumentando, mas nunca deveria ter ultrapassado os níveis dos capitais próprios, porque, entretanto, deveria ter-se feito o aumento de capital, que não foi feito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estas operações respeitavam, ou não, o *ring-fencing* que o Banco de Portugal tinha imposto?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Essas operações não tinham... Uma vez que se tratava de uma transferência de créditos de umas empresas para outras não havia alterações da envolvente creditícia, digamos assim, era uma mera substituição do devedor ESI por devedor Rioforte.

Portanto, não foi por aí que houve qualquer violação das regras do Banco de Portugal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi por aí que a PT caiu, mas isso é outra conversa!

Em 2009, a ES Resources deixa de ser uma sociedade anónima e passa a ser uma sociedade limitada, ou o contrário, não sei, sei é que há uma mudança no Estatuto da ES Resources em 2009. E há uma ata em que o Dr. Ricardo Salgado apresenta os fundamentos que presidem a esta ideia. Pergunto: quais são os fundamentos? Essa ata diz ainda que havia umas coisas que era necessário ver antes de a operação estar concluída e de os ativos serem parqueados de uma para a outra.

Pergunto: por que é que houve esta mudança estatutária na ES Resources? Isto teve a ver necessariamente com a criação da Rioforte, mas gostava que me explicasse esta operação entre a SA e a empresa sociedade limitada, ambas no Luxemburgo.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, não leve a mal, mas não me recordo.

Acredito que não tenha sido nenhuma subtilidade para provocar qualquer situação menos correta, mas houve, de facto, a estratégia de centralizar na Rioforte tudo o que era área não financeira. Agora, o que é que aconteceu? E por que é que quisemos mudar da Espírito Santo Resources para a Rioforte toda a área não financeira? Vou pedir aos Srs. Deputados que tenham agora em consideração um pouco de história, não é para vos entreter mas para que percebam bem a evolução do Grupo.

Quando, em 1975, o Grupo começou a ser reconstruído, essa reconstrução começou na América Latina, principalmente na América do Sul, no Brasil e nos outros países onde estávamos, no Paraguai e na Venezuela. Mas o que aconteceu foi que a Espírito Santo Resources tinha também ativos nos Estados Unidos. Portanto, tudo o que era área não financeira estava na ES Resources. Quando começou a haver críticas muito sérias às *offshore*, como o Grupo estava fundamentalmente centrado no Luxemburgo e cada vez mais a envolvente do euro era importante, quisemos transferir os ativos da ES Resources para a Rioforte, estabelecida no Luxemburgo, para termos tudo debaixo da mesma moeda, o euro, uma vez que Portugal estava no euro. E o Luxemburgo não é propriamente considerado um *offshore*, embora eu saiba que alguns o consideram Luxemburgo um *offshore* e houve esta cena há relativamente pouco tempo

que colocou o Presidente da Comissão Europeia, o Sr. Juncker, numa situação difícil.

O objetivo era sair dos *offshore* mais complicados, e as Bahamas era um deles com certeza, e passar para o Luxemburgo, onde já estávamos instalados com outras *holdings*, e termos, o mais possível, uma centralização das *holdings* no Luxemburgo. Foi por isso que começámos a transferir ativos para a Rioforte, mas não chegámos a conseguir fazer a transferência de tudo. Por exemplo, em relação a tudo o que está na América Latina, há uma boa parte dos investimentos que estão na Rioforte, sim, mas os investimentos imobiliários na Flórida ainda estão na Resources, que eu saiba. Portanto, há alguns investimentos que ainda estão na Resources e que ficaram para trás, mas a Resources ia sendo progressivamente desativada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dá-se o aumento do endividamento da ESI e da Rioforte. Pergunto: o endividamento da Rioforte foi, ou não, uma forma de diminuir o passivo da ESI por imposição do Banco de Portugal? Quando se dá esse aumento do endividamento, contratam José Honório, por uma módica quantia de 150 000 €/mês, para fazer consultadoria ao Grupo e para ajudar a encontrar uma estratégia. A estratégia tinha como figura principal Durão Barroso, como argumento principal a saída da troica e como instrumento principal os favores que o mundo devia ao Grupo Espírito Santo.

Pergunto: esses contactos chegaram a ser feitos? Durão Barroso chegou a ser contactado? Houve, ou não, uma reunião em Bruxelas? Esse plano foi para a frente, ou não?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que eu saiba, não foi paga remuneração ao Dr. José Honório. O Sr. Dr. José Honório — e poderá confirmar isto com ele, e se ele disser o contrário será para mim uma enorme surpresa, mas, como já disse, eu não era responsável pela área não financeira — fez questão de não receber nada. Ele tinha uma boa relação com o Grupo Espírito Santo e consideração, que era absolutamente recíproca, que foi ajudar-nos.

Foi exatamente nessa altura que, com a ajuda do Dr. José Honório, se elaborou um documento, um *memo* — e julgo que está incluído nos nossos documentos —, e fomos falar com o Governo.

Com o Dr. José Honório e com o Dr. José Manuel Espírito Santo, fui falar com o Sr. Primeiro-Ministro. Com o Dr. José Honório e com o Dr. José Manuel Espírito Santo falámos com a Sr.^a Ministra das Finanças e também, salvo erro, com o Dr. Carlos Moedas... e julgo que também falámos com o Governador do Banco de Portugal e, eventualmente, demos uma palavra ao Sr. Dr. José Manuel Durão Barroso, ao Presidente da Comissão Europeia, não fomos a Bruxelas porque o Dr. Durão Barroso vinha a Portugal recorrentemente.

Não havia aqui nenhuma finalidade de obter vantagens estranhas ou, como já aqui foi referido, promíscuas com o Governo. O que se fez foi comunicar ao Governo, pela última vez — foi a última vez que tivemos oportunidade de o fazer —, a eventualidade de um risco sistémico e a necessidade de obter o tal apoio intercalar para poder refinarçar a área não financeira.

Portanto, foi esse o objetivo da relação e não o de nos desresponsabilizarmos — não foi nada disso! Fomos lá porque era nossa responsabilidade comunicar exatamente o que é que poderia vir a acontecer, e que foi o que aconteceu. E, infelizmente, o Sr. Primeiro-

Ministro recusou e comunicou na imprensa a recusa de qualquer apoio ao Grupo, ao contrário daquilo que o Grupo tinha feito na defesa e na salvaguarda de muitos grupos portugueses e de muitas empresas portuguesas e também ao contrário daquilo que é feito noutros países europeus. Já dei aqui o exemplo do governo francês em relação à Peugeot, quando a empresa esteve mesmo à beira do precipício.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se já tinha comunicado ao Governo, por que é que comunicou também a Carlos Moedas?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Porque tivemos oportunidade de falar com ele. O Dr. Carlos Moedas é um financeiro muito inteligente e grande conhecedor e compreendeu, naturalmente, a situação, mas julgo que não fez absolutamente nada. Aliás, os elementos fundamentais disto tudo eram o Primeiro-Ministro e a Sr.^a Ministra das Finanças.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foram ter com Carlos Moedas e com Durão Barroso para lhe dizer «há um risco sistémico em Portugal». Era só para avisar?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Exatamente! Foi para, no fundo, comunicar que nós estávamos a poder entrar no risco sistémico, e estamos a falar já do mês de maio. Não tenho exatamente as datas...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual foi a resposta que obtiveram de Carlos Moedas e Durão Barroso?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Acho que ouviram e compreenderam, mas o que disseram foi que era preciso falar com o Governo, e foi o que fizemos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse, há pouco, que tinha enviado uma carta ao Governo e que não teria obtido resposta. Consegue confirmar esta informação?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não enviámos, entregámos em mão um *memo* sobre o assunto, no qual explicávamos, em grandes linhas, aquilo que era necessário.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual era a data e o conteúdo desse *memo*?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — A reunião com o Primeiro-Ministro foi, salvo erro, no dia 20 de maio, com o Dr. José Manuel Espírito Santo e o Dr. José Honório. A reunião com a Ministra das Finanças julgo ter sido no dia 14 de maio. Por acaso, eu estava convencido de que tinham sido no mesmo dia, em horas diferentes, mas foi por esta altura. A reunião com o Dr. Carlos Moedas foi no dia 2 de maio. Quanto à reunião com o Durão Barroso, não tomei nota, francamente não me recordo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Essa reunião com o Durão Barroso não foi em Bruxelas?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não, não foi em Bruxelas, foi em Lisboa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já aqui se falou dos créditos do BES, eram 5700 milhões de créditos a entidades desconhecidas. Confirma que estes créditos foram para figuras muito próximas do regime angolano e às quais o próprio Banco Nacional de Angola (BNA) ofereceu uma espécie de garantia ou, basicamente, tentou convencer, quem levantou dúvidas sobre o assunto, de que não havia problema, porque esses créditos teriam umas penhoras, ou alguma coisa para ser penhorado, com algum valor, e que eram pessoas com grande importância na sociedade angolana e que, portanto, não valia a pena levantar esse assunto ou, sequer, provisionar essas contas no BES?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, com toda a consideração e respeito, eu não posso dizer a quem se destinavam os financiamentos. Vou voltar — e desculpem a insistência — a um artigo do *Expresso*, onde esse assunto está mais ou menos explicado.

Quem detetou essa situação foi a nova equipa para a comissão executiva do BESA, chefiada pelo Dr. Rui Guerra, que teve as maiores dificuldades, ele e a equipa, em entrarem em funções na comissão executiva do BESA. Foram, inclusivamente, ameaçados fisicamente. O Dr. Rui Guerra desvenda um pouco o véu nesse artigo do *Expresso*. Só posso pedir-lhe que o leia. Não tenho convicção nenhuma de que tenham ido recursos para membros do governo angolano.

O que posso dizer é que estive presente nas duas assembleias gerais e vi com os meus olhos e ouvi com os meus ouvidos os dois representantes dos acionistas angolanos, mais concretamente o General Leopoldino Fragoso Nascimento e o General Hélder Vieira Dias, muitíssimo indispostos com o Dr. Álvaro Sobrinho, que disse que iria resolver o

assunto, e a assembleia geral foi adiada, passou do dia 3 de outubro para o dia 20 de outubro. No dia 20 de outubro não tinha havido solução alguma e o nível de pressão dos dois acionistas angolanos sobre a atuação do Dr. Álvaro Sobrinho foi muito forte. Não sei se foi por isso, ou se por outra razão qualquer, o Dr. Álvaro Sobrinho, entretanto, tinha constituído um pequeno banco em Angola, mas, segundo o que se sabe, através da imprensa portuguesa, também foi obrigado a sair da presidência desse pequeno banco angolano.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O BES era o acionista maioritário do BESA, pelo que tanto Sobrinho como os restantes acionistas angolanos eram minoritários. Por que é que o BES afastou Álvaro Sobrinho da presidência executiva do BESA?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, isso já foi aqui dito.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Será repetido, então!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Portanto, foi um procedimento que foi evoluindo ao longo do tempo. O Dr. Álvaro Sobrinho tinha pouco tempo para estar em Angola e os clientes queixavam-se abundantemente de que ele não tinha tempo para os receber.

O Dr. Álvaro Sobrinho foi também objeto de uma situação mais complicada em Portugal, da qual julgo que ainda é arguido. Teve uma reunião complicadíssima no BNA e os acionistas angolanos comunicaram que queriam ver uma evolução da governação do BESA e a saída do Dr.

Álvaro Sobrinho da comissão executiva e, depois, mais tarde, no ano seguinte, do conselho de administração.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É por essa razão que sente que Álvaro Sobrinho passou a atacar o Grupo BES na comunicação social? Por que é que se incompatibilizou com Álvaro Sobrinho?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, a partir do momento em que o Dr. Álvaro Sobrinho teve de sair do BESA, os jornais, os periódicos, como dizem em Espanha, do Dr. Álvaro Sobrinho passaram a atacar-me pessoalmente, primeiro, e, depois, o Dr. Amílcar Moraes Pires, sistematicamente. É o que posso dizer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em outubro de 2013, o Dr. Ricardo Salgado esteve em Luanda numa reunião com José Eduardo dos Santos. Em dezembro, o BES aumenta o capital do BESA e, em dezembro, há também uma garantia que sai do governo de Angola para créditos de empresários angolanos, sabe-se lá quem são, ao BESA.

Pergunto: a garantia dada por José Eduardo dos Santos a esses créditos é uma contrapartida do aumento de capital do BESA?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Imediatamente antes, tínhamos feito um aumento de capital do BESA de 500 milhões de euros, em que o BES e os acionistas angolanos tinham subscrito, não muito distante dessa altura. Julgo que uns três ou quatro meses antes.

Agora, não tenho dúvida de que a garantia do Presidente de Angola foi dada por considerar que o BESA era um banco muito importante para o desenvolvimento de Angola. E ele, certamente, já tinha tido tempo para

apreciar o potencial e tinha representantes de peso, reforçados, como lhe digo, por um novo presidente do conselho de administração, o Sr. General Kassoma, que é uma grande figura angolana e de toda a confiança do Sr. Presidente da República de Angola.

Portanto, o que aconteceu ao BESA foi uma lástima. O que posso dizer é que lastimo imenso que esta situação do BES tenha contribuído para isso, mas o que aconteceu ao BESA deve-se, fundamentalmente, ao ato da resolução do BES, que acabou por colocar o BESA e as ações do BESA no banco mau, o que acabou por caracterizar a garantia do governo de Angola como uma garantia tóxica.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe se alguma vez houve algum esforço diplomático, da parte do Governo português junto do Presidente de Angola, para aferir a qualidade da garantia, ou mesmo tentar que ela se prolongasse no tempo?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, não sei. Nessa altura, eu já não estava no Banco. Julgo que houve tentativas da parte do Banco de Portugal. Tanto quanto sei, os novos membros da comissão executiva, o Dr. Vítor Bento e o Dr. José Honório, ainda pensaram deslocar-se a Angola, mas julgo que não acabaram por concretizar essa visita.

Posso dizer-lhe que, ainda em relação à garantia de Angola, uma das primeiras pessoas a quem falei dessa obtenção foi ao Sr. Presidente da República, para lhe fazer uma referência. Não sei se se recordam, mas o que aconteceu imediatamente antes dessa altura, antes de outubro, salvo erro, foi uma chamada de atenção do governo angolano relativamente ao rompimento da parceria estratégica com Portugal. Desloquei-me à Presidência da República, mostrei a garantia ao Sr. Presidente e disse-lhe

que estava convicto de que a parceria estratégica não estava rompida e que esta garantia também era devida às boas relações que o Sr. Presidente da República de Portugal, Cavaco Silva, tinha mantido com o Presidente da República de Angola.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por parte de membros do Governo, não tem nenhum conhecimento de uma diligência para a manutenção dessa garantia ou...

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Gostava de poder ajudar. Devo dizer que acho que a resolução foi um erro, cuja avaliação ainda está por fazer. Espero, sinceramente, que não aconteçam consequências mais graves, difíceis de serem monitorizadas.

Mas, para já, aquilo que se está a ver é que os valores perdidos, neste momento, são o nível de capitalização do BES, que em junho era de 6 biliões de euros e que foi completamente dizimado. A acrescer a isto, se o Novo Banco for vendido por um valor inferior, o diferencial do valor que vier a ser obtido terá repercussão no segmento das empresas, quaisquer que elas sejam, pela paralisação do crédito do BES, que irá, certamente, provocar uma crise maior ao nível do emprego e das empresas que evoluírem no pior sentido.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já que aqui está e já que referiu várias vezes este tema, gostaria que explicasse cabalmente o que aconteceu com o negócio da Escom, porque o Banco de Portugal mandou para aqui uma nota que deixa uma série de interrogações, de avanços e recuos de compradores sobre montantes que foram pagos... Portanto, gostaria que, se pudesse, nos explicasse o que aconteceu.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Há pouco, falei da Escom apenas para dizer que foi a primeira empresa objeto do *deleverage* do Banco Espírito Santo, portanto, da venda de empresas da área não financeira, mas da qual só recebemos o sinal.

Não posso avançar muito mais, porque, infelizmente, a Escom está integrada num processo no qual sou arguido. Teria de perguntar ao Sr. Presidente se posso falar sobre isso, mas não gostaria que a minha situação, em relação a esse *dossier*, fosse agravada. Mas, infelizmente,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Ricardo Salgado, quero dizer-lhe que, estando em segredo de justiça, não falará, naturalmente, e nós registamos essa circunstância.

Faça favor de prosseguir, Sr. Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, imagino que também não me possa confirmar se recebeu, ou não, dinheiro da Escom no âmbito do consórcio alemão que forneceu os submarinos ao Governo português.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O assunto dos submarinos não está, de facto, abrangido pelo segredo de justiça, que eu saiba. Mas, hoje, foi, evidentemente, visto à luz do que aconteceu, um dos erros de julgamento do Grupo Espírito Santo ter entrado nessa operação, para a qual eu também contribuí com a decisão da participação nessa operação. Foi uma operação pontual e única e imediatamente a seguir decidimos não fazer mais

nenhuma operação dessa natureza, pelo efeito, em termos de reputação, terrível e pelo impacto que teve sobre o Grupo Espírito Santo.

O que mais posso dizer sobre isso, daquilo que já sabem, é que o Estado estava interessado em reequipar a Marinha portuguesa com duas unidades novas. O Banco Espírito Santo foi consultado para estudar uma operação de financiamento que permitisse ao Estado pagar a aquisição desse material em condições de preço e de prazo o mais longo possível, e o Banco Espírito Santo e o Crédit Suisse montaram uma operação de *leasing* de longo prazo para aquisição dos submarinos.

A Escom fez um acordo com o grupo alemão, não sei exatamente em que altura, para representar o grupo alemão, que depois deu origem a um benefício. Esse benefício da Escom teve custos e houve uma parte que foi distribuída em resultados, através de uma subsidiária da Escom, e que foram apurados pelo conselho superior do Grupo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe dizer-me para quem foram as restantes partes vindas da Escom?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, aquilo que posso dizer é que a Escom teve custos e esses custos foram analisados pelo Ministério Público — o *dossier* já foi muito analisado em detalhe. Como sabe, isto é da área não financeira, mas acompanhei, de alguma forma, enfim, infelizmente, também pela via do Banco por causa do financiamento que foi feito. Mas tivemos a garantia dos quadros, ou dos administradores da Escom, onde não há ninguém do Grupo Espírito Santo, a Escom era dirigida pelos Srs. Hélder Bataglia, Luís Miguel Horta e Costa e Pedro Neto. E, tanto quanto é possível ter garantia, não foram pagas comissões a quem quer que seja, ao nível político.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É conhecido, e muito polémico, um recebimento que teve vários milhões de euros, entretanto legalizado através de uma operação extraordinária de regularização tributária, de um construtor que afirmou publicamente que o dinheiro foi dado como recompensa ou agradecimento por contactos ou informações sobre potenciais negócios em Angola.

Pergunto: esse mesmo construtor, chamado José Guilherme, era seu cliente no BES? Não considera, se esse facto for verdadeiro, que havia um conflito de interesses? Que contactos foram esses em Angola? O construtor José Guilherme está, ou não, envolvido, por exemplo, no número de pessoas que receberam créditos no BESA e no número de negócios imobiliários ligados ao BESA que levaram, entre outras coisas, à queda do próprio banco angolano por ter vários imóveis que não estavam registados e ter esquemas circulares de financiamento de imóveis, em que o financiamento da construção era feito e, depois, o próprio banco recomprava o ativo.

Portanto, a minha pergunta é toda esta, nas suas várias vertentes e pormenores, sabendo que o Sr. Presidente não vai deixar-me fazer mais nenhuma.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, eu não vou poder desenvolver o tema, porque ele está integrado no processo Monte Branco. A única coisa que posso dizer, em relação a isso, é que sou amigo de longa data do Sr. José Guilherme — e quando digo «longa data» refiro-me ao início da minha caminhada no Banco Espírito Santo, inícios dos anos 70. O Sr. José Guilherme é um excelente empresário da área da construção. Ele, quando começa a crise, estava orientado no sentido de se mudar com armas

e bagagens para países do Leste. Pediu a minha opinião, eu disse-lhe aquilo que pensava sobre o assunto, arrepiou caminho e eu aconselhei-o a ir para Angola, onde teve um enorme sucesso, um enorme sucesso, e isso não tem a ver com o Grupo Espírito Santo, porque o Sr. José Guilherme nunca precisou do Grupo Espírito Santo para nada. O Sr. José Guilherme, em Angola, conseguiu realizar uma fortuna muito considerável e era mais credor do Banco Espírito Santo do que devedor.

É a única coisa que posso dizer nesta altura.

O Sr. **Presidente**: — Já aqui ficou devidamente registado que esta matéria estaria em segredo de justiça.

Sr.^a Deputada, mais uma pergunta, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Uma última questão sobre uma matéria que, tenho a certeza, não está em segredo de justiça.

Há aqui uma confusão que eu gostaria de esclarecer. Há pouco, disse-nos que teve uma reunião com o Primeiro-Ministro no dia 20 de maio. Numa das intervenções que teve anteriormente falou numa carta de 31 de março, que terá sido devolvida.

Estaremos a falar da mesma coisa, que, por confusão, é contada de formas diferentes, ou há, de facto, uma carta de 31 de março, que é devolvida?

Também repescando uma informação que nos deu há pouco, a minha pergunta é sobre os contactos com Cavaco Silva acerca da garantia de Angola. Gostaria de perceber qual foi a reação do Presidente da República e se houve interferência do Presidente da República em mais algum momento deste processo, sendo que ele próprio fez declarações de que não estaria informado o suficiente relativamente a esta matéria.

A última pergunta diz respeito ao Banco de Portugal.

O Dr. Ricardo Salgado disse aqui que o Banco de Portugal nunca teria ameaçado, ou posto em cima da mesa, a sua idoneidade. Na comunicação social — e isto vale o que vale, mas, muitas vezes, tem sido um recurso ao qual não podemos escapar, porque a informação oficial nem sempre chega em quantidade suficiente — há uma citação à qual se atribui o nome do Dr. Ricardo Salgado, que é a seguinte: «O Governador aceitou adiar para depois do aumento de capital a alteração da *governance*. Foi parado o processo de destituição dos membros do Grupo». Isto dá a entender que antes do aumento de capital haveria um processo de destituição dos membros do Grupo.

Pergunto: havia, ou não, um processo de destituição dos membros do Grupo? Esteve, ou não, em cima da mesa, e colocado por quem? Esta é uma situação séria e, como entende, cada uma das partes conta a sua versão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Ricardo Salgado, faça favor.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, em relação à carta, eu li-a ao Sr. Primeiro-Ministro e ele devolveu-ma logo a seguir à leitura. Este é o primeiro aspeto. A carta é de 31 de março.

O Sr. Presidente da República, que eu saiba, não teve mais intervenção nenhuma neste domínio, eu é que fiz questão de lhe apresentar a garantia de Angola e de lhe fazer uma referência, também em consideração ao Sr. Presidente da República de Angola — não que me tivesse sido recomendado pelo Presidente da República de Angola, mas eu tive verdadeiramente a convicção de que também era devido às boas

relações que existiam, e que existem, espero, entre os Srs. Presidentes dos dois países.

O que aconteceu, em relação à idoneidade e à mudança da família do Conselho... A carta de 31 de março, julgo, chamou à atenção, pela terceira vez, do risco sistémico, e as entidades que leram a carta, e o Sr. Governador, provavelmente tiveram a intenção de fazer a mudança da *governance* do Banco depois do aumento de capital realizado, sempre no espírito de que a família deveria sair da gestão do Banco Espírito Santo, sempre com isso, mas só depois do aumento de capital.

Esta foi a questão. De facto, convenceram-se de que depois do aumento de capital, se a família saísse, conseguiriam que o Banco seguisse em frente, independentemente do GES, independentemente da área não financeira do Grupo. Foi isto que eu julgo que, fundamentalmente, não foi compreendido e pelo qual não se tornou viável e o Grupo colapsou como um todo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminada esta 1.^a ronda vamos fazer uma pausa nos trabalhos, que retomaremos às 15 horas e 15 minutos.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos prosseguir com os trabalhos, dando início à 2.^a ronda de perguntas/respostas, onde cada grupo parlamentar disporá de 5 minutos, no fim dos quais haverá as respostas de imediato.

Dou, desde já, a palavra ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Ricardo Salgado, estivemos aqui a ouvi-lo na primeira ronda, ouvimos a

sua versão dos acontecimentos, os vários pormenores e especializações dessa mesma versão. Uma versão que obviamente, para além daquilo que está contido nos factos, tem também, temos de convir, uma pitada daquilo que constitui, digamos, a sua enorme inteligência e, sobretudo, habilidade para tentar compor uma narrativa, como agora se diz, relativamente alindada e que lhe seja favorável.

Nesse sentido, a minha intervenção vai ter como missão estratégica, digamos, recentrar algumas das questões.

Vou começar pela idoneidade. Disse o Dr. Ricardo Salgado que nunca o Banco de Portugal lhe referiu uma questão de idoneidade, nomeadamente no que a si diz respeito. Mais: disse que se o tivesse feito taxativamente, imediatamente abandonaria a posição em que se encontrava.

No entanto, tenho de aduzir que, mesmo sendo assim, uniu-se devidamente de pareceres que referiam a impossibilidade de o Banco de Portugal, ainda que o quisesse, lhe poder retirar a idoneidade, só o podendo fazer, até inclusivamente, com uma condenação judicial.

Portanto, se o Banco de Portugal manifestasse a intenção de lhe retirar a idoneidade, o Dr. Ricardo Salgado sairia pelo seu próprio pé, mas, à cautela, foi-se munindo de instrumentos que, de alguma forma, inviabilizariam essa eventual intenção.

Ainda relativamente à idoneidade, há uma questão que, embora seja uma figura diferente, está intimamente relacionada, atrevo-me a dizê-lo, com a idoneidade, que é a dos pedidos de registo. E há um, de 2 de julho de 2012, e outro, de 14 de maio de 2013, referentes, um, ao Dr. Ricardo Salgado e, outro, ao Dr. Morais Pires, que nunca tiveram resposta. Ora, esta falta de resposta — aliás, aqui salientada pelo Governador e pelo Vice-Governador do Banco de Portugal —, em relação aos pedidos de registo,

não é já em si um sinal da falta de confiança que o Banco de Portugal tinha em relação à sua pessoa e também à do Dr. Morais Pires?

Ainda em relação à idoneidade, como sabe, o Banco de Portugal continuou a tratar abundantemente a questão numa troca de correspondência, e nem toda está nesta Comissão de Inquérito. E o que nos foi dito pelo Banco de Portugal é que havia algumas cartas que não poderiam ser enviadas porque entrariam numa esfera pessoal, ou seja, havia informação de carácter pessoal.

Ora, faço-lhe esta pergunta muito direta: tendo em conta que esta matéria se revelou nesta audição também bastante importante, autoriza — porque é apenas da sua autorização que estamos a falar e não de qualquer outro tipo de sigilo ou de segredo — que o Banco de Portugal revele a troca de correspondência que manteve consigo, ao longo de vários meses, sobre a questão da idoneidade?

Referiu também, nessa versão que aqui nos trouxe, a questão do aumento de capital da Rioforte, que foi impedido. Portanto, havia a necessidade de aumentar o capital da Rioforte e não o deixaram. Quando é que isso aconteceu? Quem é que não o deixou aumentar o capital da Rioforte?

Pergunto: o aumento de capital da Rioforte consubstanciava-se num financiamento intercalar, a cinco anos, de 2500 milhões de euros, feito pela Caixa Geral de Depósitos ao GES? É que, se assim fosse, devo dizer, o Sr. Primeiro-Ministro e a Sr.^a Ministra das Finanças andaram muito bem em não o permitir.

Já agora, como o Sr. Dr. Ricardo Salgado veio a esta Comissão de Inquérito e até resolveu aconselhar os Deputados a ler um conjunto de livros, também lhe recomendaria, desde logo, começar não tanto pelo Código das Sociedades Comerciais, ou por outro qualquer código do nosso

ordenamento jurídico, mas até pelo Tratado da União Europeia, que, no seu artigo 107.º, quando refere os auxílios públicos, proíbe exatamente aquilo que o Dr. Ricardo Salgado terá ido pedir, isto é, este financiamento de 2500 milhões de euros para o BES.

Uma outra questão aqui abordada tem a ver com o seguinte: a insolvência de um banco dá-se quando este não respeita os rácios mínimos, o que era o caso. A questão de a garantia do BES Angola ter ficado no banco mau é um facto. Mas relativamente a essa garantia, que, em si mesma, já não era elegível — assim nos foi dito pelo Banco de Portugal —, ficou no banco bom um crédito provisionado, e teve de o ser, à cautela.

Não vale a pena camuflar a realidade: o BES faliu por má gestão, por uma gestão pouco rigorosa, pouco sã e pouco prudente. O BES não faliu porque foi forçado a falir. Finou-se por culpa própria! E, neste sentido, julgo que a sua versão dos acontecimentos cai pela base. E cai, um pouco também como se verificou com algumas das entidades de que era responsável, porque tinha realmente «pés de barro».

Vou terminar, dizendo o seguinte: ainda quanto à questão da recomendação dos livros, devo dizer que foi a primeira vez que alguém veio aqui a uma Comissão de Inquérito ou até a uma comissão de carácter legislativo recomendar aos Deputados que lessem e que expandissem os seus horizontes culturais. O Sr. Dr. Ricardo Salgado fez isso e recomendou, entre outros, o livro do Paulson, que considero de segunda categoria quer o livro quer a pessoa, e eu vou recomendar-lhe, Sr. Dr. Ricardo Salgado, um livro de alguém que morreu há 1586 anos, mas que me parece um livro muito indicado para alguém que chegou a esta Comissão de Inquérito, não aceitou responsabilidade de coisa nenhuma, assinou de cruz durante cinco anos as contas que Machado da Cruz lhe colocou à frente na ESI e atribuiu as culpas ao Banco de Portugal, a Álvaro Sobrinho...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vou terminar, Sr. Presidente.

O livro que recomendo a quem tem este tipo de postura é um livro de Santo Agostinho, denominado *Confissões*. Penso que terá bom proveito dessa leitura.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Ricardo Salgado, tem a palavra, para responder.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim fez uma exposição bastante extensa, mas começa por tecer um elogio, referindo as minhas qualidades de inteligência e de fazer narrativas alindadas. Enfim... O que devo dizer é o seguinte: nunca fui uma pessoa presunçosa ou que pretendesse assumir posições de destaque por qualquer razão. Infelizmente, fui classificado com algumas classificações ridículas e irrisórias que todos conhecem, mas sou uma pessoa que me considero sóbria e não tenho por costume alindar narrativas.

Em relação à idoneidade, volto a dizer exatamente o mesmo: se tivesse sido levantada a questão, com clareza e transparência, da minha idoneidade, eu tinha imediatamente pedido a demissão de presidente da comissão executiva do Banco Espírito Santo. E os pareceres não têm a ver diretamente com esse aspeto, têm, sim, a ver com uma situação que foi objeto de análise pelo Ministério Público, em 2012, e na altura fiz questão de vir falar ao Banco de Portugal. Salvo erro, fui recebido pelo Sr. Vice-Governador e por um senhor da área jurídica do Banco de Portugal.

Aquilo que me levou a aceitar uma determinada liberalidade foi o facto de, previamente, ter consultado juristas sobre essa matéria — e juristas em que fazia, e faço, toda a confiança. E quando o Banco de Portugal, quase ao fim de um ano, passados vários meses, volta ao assunto, voltei a pedir pareceres a outros juristas, mas, no fundo, não era com nenhum objetivo de estar a querer defender a minha idoneidade e a minha posição em relação ao Banco mas era porque, de facto, considerava que aquilo que eu tinha feito tinha tido pareceres jurídicos positivos. Portanto, só quis confirmar se era assim mesmo. E o Banco de Portugal podia perfeitamente ter-me dito: «Olhe, tenha paciência, mas esses pareceres, por melhores e mais sábios que sejam, não os aceitamos. De maneira que o senhor faça favor de sair». E eu tinha saído imediatamente.

Portanto, não veja, nisso, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, qualquer tentativa disfarçada de estar a manter uma idoneidade que, no fundo, não fosse aceite pelo Banco de Portugal.

Em relação aos pedidos de registo, não me lembro de não ter respondido a todas as correspondências do Banco de Portugal, mas, naturalmente,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Eles é que não responderam.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não é «não responderam», é não foram dados!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Ah! Não foram dados! Bom, nós estamos abertos a dar tudo o que entender. Esteja totalmente tranquilo neste capítulo, porque os elementos que tivermos sobre estas matérias serão completamente abertos e dados a VV. Ex.^{as}.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É mesmo para um esclarecimento.

O que não foi dado foi o pedido de registo. O Banco de Portugal nunca o deu. A outra questão tem a ver com a correspondência.

Pergunto se permite que o Banco de Portugal nos faculte a sua correspondência.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Banco de Portugal, por mim, está totalmente livre para dar esses pedidos aos Srs. Deputados e a quem estiver interessado nessa matéria.

Em relação à Rioforte, e pensei ter explicado bem isto, não houve nenhum pedido formal para o aumento de capital da Rioforte, porque, como era da área não financeira, não era necessário pedir. O que nós não conseguimos fazer foi o aumento de capital da Rioforte porque, entretanto, o Banco colapsou, não foi a tempo, atendendo ao programa de *ring-fencing* que estava em marcha, porque o tal fundo de investimento, que foi ganho numa competição da ESAF contra grandes bancos internacionais, seria transferido, em princípio, até ao fim de agosto. E depois, os venezuelanos, quando souberam da minha saída, da saída da família do Banco solicitaram um adiamento dessa transferência do fundo, até ao final de setembro, mas o objetivo estava pendente. E desse fundo, que representava uma transferência de capital de 3,5 biliões, 20% estavam destinados ao aumento

de capital da Rioforte. Portanto, foi pelo decurso do tempo que se tornou impossível fazer o aumento de capital da Rioforte. E se me exprimi de uma forma errada, peço desculpa por tê-lo levado a esse engano, mas não foi por ninguém nos ter impedido, foi apenas porque o decurso do tempo impediu a realização da operação.

Em relação ao problema jurídico da insolvência, ou não, do Banco Espírito Santo, gostaria de repetir aquilo que já referi. No dia 16 de junho, o capital do Banco Espírito Santo ultrapassava 6 biliões de euros (salvo erro, quase chegava a 6,5 biliões de euros). Entretanto, há a evolução da governação do Banco e, no dia 30 de julho, o Dr. Joaquim Goes informa que o Banco Espírito Santo deve constituir uma provisão por instrução do Banco de Portugal e essa provisão foi altamente contestada pelos outros membros do conselho de administração, nomeadamente os nossos parceiros franceses do Crédit Agricole, que eram o Sr. Xavier Musca e o Sr. Oppenheim. Só referi o Sr. Oppenheim, mas o Sr. Xavier Musca faz duas referências significativas nessa ata.

Portanto, essas provisões, que tinham sido ordenadas e que levaram os auditores a aceitar as provisões, tinham a ver com as operações financeiras de que falei há pouco, ou seja, de que era um exagero estar a provisionar obrigações de longo prazo a 100%, atendendo ao facto de muitos clientes poderem, eventualmente, querer ficar com essas obrigações.

Além disso, houve prejuízos que foram feitos na recompra das obrigações, mas esses prejuízos já foram arrastados pela queda das ações, o que acabou por impactar também no valor das obrigações. Mas muitos clientes poderiam perfeitamente ter ficado com as obrigações e não estar a provisionar as obrigações a 100%.

Portanto, o problema do capital do Banco Espírito Santo poderia ter ficado a reduzido a um valor entre 1 e 1,5 biliões, o que ainda seria

relativamente razoável para ser recapitalizado em tempo. Aliás, como vos disse, no dia 12 de julho, havia investidores dispostos a entrar no reforço do capital do Banco.

Portanto, o problema do conceito de insolvência tem de ser visto e analisado no sentido dinâmico. É claro que, como acabou o processo pela via do colapso, a insolvência foi inexorável, mas foi por falta de tempo para o Grupo conseguir, na área não financeira, resolver os problemas que tinha.

O Banco faliu por má gestão, por gestão pouco prudente. Bom, eu sou gestor bancário há 40 anos e aquilo que vos posso dizer é que passei por 5, 6, 7 grandes crises internacionais. Estive, quando saí de Portugal, oito anos no Brasil, 10 anos na Suíça e voltei para Portugal em 1992. E passei por crises enormíssimas — recorro a crise do início dos anos 80, na América Latina, originada pelo problema dos petrodólares, que levou à falência muitos bancos americanos que arrastaram as economias da América do Sul, como México, Brasil, Argentina, etc.

Fomos procurados por um grande banco internacional na altura para se associar connosco no Brasil, banco esse do qual eu era presidente. Era o JP Morgan, que se associou ao Grupo Espírito Santo. Estivemos 30 anos associados ao Crédit Agricole e, para estar 30 anos associados ao Crédit Agricole, significa que o Crédit Agricole, de facto, considerava o Banco Espírito Santo bem gerido e um bom exemplo a nível europeu. Aliás, nós fomos considerados — peço desculpa pela presunção — um dos melhores bancos em termos europeus e na Península Ibérica. Os nossos indicadores apontavam para isso; tive oportunidade de lhes referir, nomeadamente, as opiniões dos grandes bancos internacionais sobre o Banco Espírito Santo.

Portanto, o que posso dizer, Sr. Deputado, é que estou de consciência tranquila em relação a esse capítulo. São 40 anos de atividade bancária e não tenho nada de que me arrependa, tenho em cima de mim uma carga

pesadíssima pelo facto de o Banco Espírito Santo e de o Grupo terem soçobrado. Há responsabilidades do nosso lado, certamente, mas haverá responsabilidades de muitas outras entidades.

Depois, peço a maior desculpa a todos os Srs. Deputados se interpretaram mal as minhas palavras. Quando referi as obras do Timothy Geithner, do Paulson e do Martin Wolf foi porque, em quase seis meses, tive oportunidade de ler e de perceber muito bem a forma como os governos, quer dos Estados Unidos quer na Europa, atuaram para resolver as crises. E não recomendei esses livros por ter a ideia, ou a presunção, de que não são conhecedores dessa realidade. Não, e por isso eu disse «para aqueles que se interessam»! Não foi para dar nenhuma lição, longe de mim tal ideia, foi apenas porque julgo que é interessante que os reguladores... Estes livros foram editados em 2014, são recentes e são muito valiosos. Compreendo a sua opinião em relação ao Paulson. Posso dizer-lhe que o Timothy Geithner é um homem absolutamente notável. Para mim, foi o melhor dos três livros que citei. Mas o livro do Martin Wolf é muito importante para se perceber bem a crise na Europa na área financeira, nomeadamente na Europa do Sul.

Em relação a Santo Agostinho, eu sou católico praticante, tenho o maior respeito pelo Santo Agostinho e pela escolástica, e, portanto, pode crer que, sempre que posso, leio as meditações do Santo Agostinho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Dr. Ricardo Salgado, pode ficar provado, e é cada vez mais claro para todos nós, que o Governador do Banco de Portugal poderia não só tê-lo substituído mais

cedo como não quis fazê-lo. Porém, não fica aqui provado — estamos muito longe disso — que o Dr. Ricardo Salgado sairia sem um braço-de-ferro. Os pareceres que foram enviados ao Banco de Portugal mostram que não seria apenas com um sinal, que não seria sem um braço-de-ferro, que sairia.

Portanto, repito, vai ficando provado que o Governador não o quis substituir, mas ainda não ficou provado que sairia sem um braço-de-ferro. Este é, de facto, um ponto importante para nós, porque é também para nós, Partido Socialista, cada vez mais claro que uma estratégia de *ring-fencing*, liderada pelo dono das empresas do ramo não financeiro, nunca teria sucesso, porque o dono das empresas do ramo não financeiro tudo faria para salvar as suas empresas, e, portanto, iria furando o *ring-fencing*, como aliás, muito, provavelmente, as operações do Eurofin provam.

O Dr. Ricardo Salgado disse aqui, várias vezes, que havia um problema: a contaminação do BES pelo GES. Isto é, era preciso salvar o GES para podermos salvar o BES. E, portanto, a estratégia de não permitir a falência do GES dificultava que se salvasse o BES. Por isso, pediu a vários políticos entre 500 a 700 milhões de euros para injetar na ESI.

Se o País já aceita com dificuldade a intervenção num banco, mas percebe que é preciso por causa do um impacto sistémico, ninguém compreende que o País intervenha para salvar o ramo não financeiro. E, portanto, essa era uma proposta, obviamente, inaceitável!

O Dr. Ricardo Salgado falou aqui da Daimler, da Peugeot... Convenhamos, com todo o respeito por aquilo que construiu, que a Daimler e a Peugeot não são a mesma coisa que os Hotéis Tivoli, a Herdade da Comporta ou a ES Viagens.

Obviamente, que a Espírito Santo Saúde não precisava dessa injeção. Portanto, as empresas de que estamos a falar não têm a importância para a

economia portuguesa que a Peugeot ou a Daimler tem para as respetivas economias, e, portanto, era uma proposta que seria sempre recusada.

O que tudo isto nos mostra é que, primeiro, a sua substituição teria, de facto, de ter ocorrido muito mais cedo para garantir que a estratégia de *ring-fencing* tivesse sucesso e, segundo, que, como já tínhamos atingido um nível tal de exposição ao GES, não tinha solução, a intervenção pública tinha de ter sido muito mais precoce.

Por isso é que o foco nos atos de gestão — que já nos foi pedido pelo Primeiro-Ministro —, se alguma coisa nos diz, para além da sua responsabilidade na gestão e no desfecho de todo este processo, diz-nos que as instituições deste País também poderiam ter atuado muito mais cedo. Aliás, repetindo, se o foco nos atos de gestão nos mostra alguma coisa, é que todos nós já deveríamos ter intervindo mais cedo para evitar o descalabro, que, infelizmente, todos estamos a sofrer em Portugal.

Quero aproveitar para avaliarmos as operações que envolviam a Eurofin, ou as operações de emissão e recompra de obrigações com perdas para o BES.

O Dr. Ricardo Salgado disse aqui que as mais-valias foram orientadas para o pagamento de títulos de dívida do GES. Bom, isto é outra forma de dizer que havia uma operação que descapitalizava o BES para financiar o GES — diz: os clientes com títulos de dívida do GES! Esta operação, na forma como até já a apresentou aqui hoje, fura, contorna as orientações que o Banco de Portugal tinha dado.

Portanto, não há aqui nada de heroico na utilização desta operação de recompra de obrigações para pagar títulos de dívida do GES detidos por clientes. O que há nesta operação — e confirmou-o aqui claramente, sem margem para dúvidas — é que contornou, mais uma vez, a estratégia de *ring-fencing* que o Banco de Portugal tinha estabelecido. E não se trata de

dar razão nem ao Banco de Portugal nem a si, aquilo que nos mostra é que, de facto, Ricardo Salgado era a última pessoa que poderia ter liderado a estratégia de *ring-fencing* do BES.

Para terminar passo às comissões pagas na compra dos submarinos. Disse-nos aqui que lhe foi garantido que não foram pagas comissões a pessoal político — foi esta a expressão que usou. Mas nas transcrições das reuniões do conselho superior diz-se: «Vocês...» — imagino que seja a restante família — «... têm todo o direito de perguntar: mas como é que aqueles três tipos receberam 15 milhões?! A informação que temos é a de que há uma parte que não é para eles. Não sei se é ou não é. Como hoje em dia só vejo aldrabões à nossa volta... Os tipos garantem que há uma parte que teve de ser entregue a alguém em determinado dia».

Diz-nos que lhe foi garantido que não foram pagas comissões a pessoal político.

Dr. Ricardo Salgado, e a pessoal não político?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Ricardo Salgado, para responder.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, aquilo que posso voltar a dizer é que não era preciso nenhum braço-de-ferro para me informar que não tinha idoneidade, eu estava na disposição de sair. Aliás, como já aqui referi, o plano de evolução da governação estava em marcha e não seria muito tarde. Recordo a minha carta de 31 de março, de 7 de abril e o programa de evolução de 17 de abril, como aqui referi, e também o conceito da nova estrutura societária, o tal conselho estratégico para onde se deslocariam os membros do Grupo Espírito Santo

que faziam parte do conselho de administração. Tudo isto estava em marcha.

Portanto, mais cedo? Eventualmente, sim, mas tem de perguntar isso ao Banco de Portugal. O Banco de Portugal nunca me disse que eu não tinha idoneidade e que, portanto, deveria sair.

Acredito que fazer o aumento de capital foi muito importante. Infelizmente, e olhando agora para a situação atual, não deveríamos ter feito o aumento de capital, mas foi o Banco de Portugal que o impôs pela carta de 25 de março, como sabe, E, portanto, tivemos de cumprir as instruções do Banco de Portugal, como, sempre, procurámos cumprir, e o que estava a ser imposto era um aumento de capital no mínimo de 750 milhões e ele foi de 1,040 biliões.

Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, perante um banco com o prospeto do aumento de capital que este teve para a sua execução e que, como terá sido comentado aqui, foi alterado 30 vezes, salvo erro, pela CMVM, com fatores de risco claríssimos, em que, de facto, os investidores internacionais, os advogados dos banqueiros e os banqueiros que fizeram a *due diligence* tiveram acesso a toda essa documentação, que tomaram firme a colocação do aumento de capital, mas não seria necessária a tomada firme porque o aumento de capital foi colocado em 180%, pergunto: os Srs. Deputados consideram, ou não, que havia uma enorme confiança no Banco Espírito Santo para conseguir ter o sucesso que teve? E foi isso que se perdeu, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos. Não estou a dizer que se tenha perdido pelo facto de eu ter saído, embora as ações tivessem começado a cair exatamente na altura em que foi anunciada a minha saída, mas perdeu-se porque as pessoas que fizeram o aumento de capital, que andaram a bater-se com os investidores internacionais para a colocação do aumento de capital — o meu colega Dr. Amílcar Moraes Pires e o Dr. Joaquim Goes,

apoiados pelo DFME da área financeira do Banco Espírito Santo, chefiado por uma grande financeira, a Dr.^a Isabel Almeida —, estiveram à altura das circunstâncias.

Portanto, acredito que foi um bom exemplo de demonstração da credibilidade da gestão do Banco Espírito Santo, e só não entende quem não quer. Um aumento de capital desta natureza e deste montante, naquela altura e com aqueles riscos evidenciados, só com uma enorme confiança na gestão do Banco Espírito Santo, a qual, enfim, foi perdida.

Certamente, o Banco de Portugal poderia ter intervindo mais cedo, mas duvido que, se essa intervenção tivesse sido feita mais cedo — desculpe a presunção —, o aumento de capital tivesse tido o sucesso que teve.

Passo à Eurofin e à operação para descapitalizar o Banco. Sr. Deputado, a Eurofin, como já aqui disse, foi uma empresa que nasceu de um colaborador do Grupo Espírito Santo na Suíça, que se emancipou e que diversificou a sua atividade. Esta empresa ainda hoje sobrevive, certamente com dificuldades, mas sobrevive, e tem um conjunto de atividades diversificado e, portanto, capaz de a manter na sua vida, e espero que assim continue, apesar de ter tido que fazer um esforço muito grande de racionalização e de redução de postos de trabalho.

A Eurofin foi uma empresa que trabalhou de perto com a área financeira do Banco — e a área financeira do Banco vai vir a esta Comissão — e, portanto, o Dr. Amílcar Morais Pires e a Dr.^a Isabel Almeida poderão contar, com mais detalhe, essas operações. Agora, do que eu não tenho dúvida alguma é que os resultados que foram concretizados pela Eurofin, ou pelo intermediário que tratou destas operações — eu não conheço os detalhes —, foram integralmente para eliminar, neutralizar, os riscos que os clientes tinham com as obrigações do Grupo Espírito Santo, e,

como já disse, acredito que a maioria seja clientes não residentes, porque estavam num SPV, num banco internacional.

Agora, quero relembrar que, se essa operação não tivesse sido feita, quem teria tido o prejuízo teria sido os clientes e estes ter-se-iam virado contra o Banco, porque, naturalmente, teriam o direito, como os outros clientes que estavam ao abrigo da proteção dos 700 milhões de euros da provisão, de, pelo menos pensar, que poderiam ser reembolsados por essas obrigações. Portanto, o prejuízo acabaria, eventualmente, de se referir ao Banco.

Mas eu não me esqueço da carta do Banco de Portugal do dia 3 de dezembro, a seguir à nossa ida ao Banco de Portugal e à entrega da carta sobre o que nos propúnhamos fazer para resolver os problemas da ES International, onde o Banco de Portugal refere que é absolutamente essencial que o Banco Espírito Santo fique protegido do risco reputacional. E, portanto, esta operação enquadra-se, nesse aspeto, também no evitar o agravamento do risco reputacional.

Em relação às comissões dos submarinos e a uma referência às gravações, quero dizer que não sei exatamente quando se iniciaram essas gravações. Os senhores referiram já várias vezes que eu mandava no Grupo e que tinha o domínio completo do Grupo, mas posso garantir que nem sequer sabia que estava a ser gravado. Alguém desencadeou as gravações dentro do Grupo e passou-as cá para fora.

O que posso dizer é que são reuniões de uma estrutura informal, de uma estrutura que não é a de uma empresa. O conselho superior tinha alguma informalidade, nas reuniões discutiam-se problemas estratégicos, com certeza, mas tinha uma liberdade de linguagem, que, certamente, não seria permitida em organizações normais, ou em organizações que deveriam ser tratadas de outra forma.

Já disse que, no meu entender, cometemos um erro de julgamento ao ter entrado na operação dos submarinos, por todos os efeitos que teve, mais o efeito reputacional sobre o Grupo. Tive a garantia, tanto quanto se pode ter, da administração da Escom de que não foram pagas comissões a ninguém da área política. Este assunto foi objeto de investigação, pelo Ministério Público e pelo Banco de Portugal, no Banco Espírito Santo. O que posso dizer é que, de facto, eles tiveram encargos muito grandes em termos de pareceres e de organizações de estrutura e o valor que obtiveram acabou por ser inferior, porque houve um desconto qualquer em relação à entidade que deveria fazer o pagamento. De facto, o montante que foi entregue a uma parte dos acionistas, porque o Sr. Hélder Bataglia também é acionista da Escom, pareceu-nos relativamente baixo em relação ao total, mas isto, depois, foi corrigido. Neste momento, não tenho de cabeça esse assunto, mas o Ministério Público tem uma ata, assinada pelo conselho superior do Grupo, da reunião em que se decide exatamente o que deve ser pago ou não, e o montante recebido pelos membros do conselho superior foi superior ao que vem geralmente referido como 5 milhões de euros. Não sei exatamente quanto foi, mas foi superior! Aliás, nessa gravação, um dos membros do conselho superior diz que o valor que lhe foi atribuído foi diferente dos outros e, portanto, isso obrigou a uma reanálise da situação.

Não sei dizer mais nada a não ser que toda a envolvente, a situação das contrapartidas — terrível! —, levou-me, talvez, a um excesso de linguagem no sentido de dizer que estava rodeado de aldrabões. Mas a toda a operação, de facto, pelas críticas que vieram ao de cima nos jornais, nos órgãos dos *media*, todas as considerações e as investigações que foram feitas, criou um mal-estar muito grande. Foi uma pena, mas foi isto que aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Dr. Ricardo Salgado, a minha primeira pergunta tem a ver com uma afirmação, que fez, creio eu — e o dia já vai longo —, na sua intervenção inicial, quando diz que o BES nunca tinha recorrido à ajuda, designadamente à ajuda da linha que era disponibilizada no âmbito do plano de assistência financeira, mais conhecido por «plano da troica», porque o BES sempre teve acesso a fundos, ou seja, sempre teve a capacidade de se financiar a si próprio, quer através do Grupo, quer através do mercado, e, portanto, não precisava dessa linha.

Pergunto: já nessa altura, seria possível, por exemplo numa operação de aumento de capital, ser conhecida a verdadeira situação das contas, como, passado alguns anos, veio a ser? Isto porque o acesso a fundos, como, aliás, disse, e muito bem, depende da confiança. Mas importa perceber se esta confiança, que eu não tenho dúvida de que existia, e existia até há bem pouco tempo, implica, por exemplo, que as pessoas tenham fundadas razões para esperar que as contas correspondam à realidade — aliás, suponho que isto seja uma presunção de todos os investidores. Portanto, não lhe parece que esta diferença — e não é uma diferença que não é tão pequena quanto isso — nas contas da ESI poderia ter influenciado bastante esta capacidade de o BES se financiar? Aliás, é curioso, porque o Dr. Machado da Cruz, nas tais afirmações, diz que o cerne do problema era que o Sr. Doutor queria salvar o BES, em 2008, e que é desse desejo que nasce a necessidade de mascarar um passivo, segundo ele, em 2008, de 180 milhões, na ESI. Pergunto se acha que esta teoria pode fazer algum sentido,

porque já percebemos que o que afirma é diametralmente oposto ao que o Dr. Machado da Cruz diz nesse depoimento.

Sei que estas perguntas implicam sempre um certo exercício, porque, obviamente, não sabemos o que teria acontecido se as nossas opções fossem diferentes.

Atendendo a que tem dito que é precisamente o exercício do Banco de Portugal, o ETRICC 2, que permite descobrir este passivo oculto, pergunto se, em 2011, o BES tivesse pedido o auxílio desta linha da troica teria, mais cedo, sido obrigado a certos exercícios e se isso poderia ter determinado a clarificação, digamos, deste passivo oculto, que, imagino, em 2011, ainda não teria dimensão significativa mas já a tinha em 2013. Isto como pergunta de enquadramento.

Em relação ao BESA, descreveu a situação, e vou utilizar a sua expressão, como pavorosa. De facto, acho que esta situação não poderia estar melhor classificada e, portanto, nada tenho a acrescentar.

Pergunto se a existência de uma linha de crédito no valor de mais de 3000 milhões de euros — era muito elevada e, creio eu, desde 2009/2010, já estava, pelo menos, em 2000 milhões — era comum. Ou seja, era comum a existência de linhas de crédito desta dimensão no BES ou isto era mesmo uma coisa absolutamente excepcional? Que percentagem dos capitais próprios do BES é que esta linha de crédito representava?

Passo a uma situação que já aqui foi referida e que tem a ver com operações feitas através do Banco Espírito Santo Panamá. São referidas duas situações opostas, isto é, são situações muito diferentes. A primeira é a existência de um empréstimo do BES ao Espírito Santo Panamá e, depois, do Espírito Santo Panamá à ESI, o que é uma maneira, óbvia, de controlar o *ring-fencing*, porque, como o *ring-fencing* diz que o BES não pode

emprestar dinheiro à ESI, então, o BES empresta ao Espírito Santo Panamá e o Espírito Santo Panamá empresta à ESI.

A segunda maneira é diferente e tem a ver com um problema diferente, é semelhante à Eurofin, que é a passagem de obrigações, a utilização do Espírito Santo Panamá quase como intermediário financeiro.

O que pergunto — e vou utilizar um exemplo em que os valores são aleatórios e são da minha lavra — é se lhe parece uma operação normal que o BES emita uma obrigação que seja comprada pela Eurofin ou pelo Espírito Santo Panamá por 10 e que no mesmo dia, no dia a seguir ou passada uma semana seja vendida a clientes do BES por 15 ou por 20, gerando, assim, uma mais-valia.

A pergunta óbvia que se põe e que esses clientes do BES podem pôr é esta: «Então, se ela podia ser vendida a esse preço, por que é que o BES não a vendeu diretamente, não gerando essa mais-valia — que depois foi retirada não se sabe para onde, mas diz o Sr. Doutor que foi para reembolsar dívida do GES — no BES?». Era uma maneira muito mais óbvia e que não violava o tal *ring-fencing* que o Banco de Portugal tinha imposto.

Por último, e porque tudo isto se passa no primeiro semestre, já depois de o Banco de Portugal ter tido amplas discussões consigo acerca da sua idoneidade, de ter recusado registos, etc., e de já estar a falar-se de um plano — do tal plano de blindagem —, pergunto se informou o Banco de Portugal de algumas destas operações e se o Banco de Portugal se apercebeu de algumas delas, ou se fez alguma pergunta relacionada com alguma delas ao longo deste mais de meio ano.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Ricardo Salgado, faça favor.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Vou tentar responder à Sr.^a Deputada Cecília Meireles da forma mais completa possível, apesar de as questões serem perfeitamente legítimas mas a requererem, de facto, um pensamento na forma como vou procurar argumentar aquilo que acaba de dizer.

Em relação ao primeiro aspeto, o da linha de assistência financeira, recordo que os bancos que recorreram à linha de assistência financeira, inicialmente tinham tido uma exposição grande à dívida pública irlandesa, grega e italiana. E o BES, devido à prudência da gestão do Departamento Financeiro, de Mercado e Estudos, tinha tido sempre uma política bastante conservadora; não é que não tivesse uma exposição, mas a exposição era mínima nessas operações. Portanto, nesse capítulo, mais uma vez lhe digo que o BES não necessitava de recorrer à linha de assistência financeira.

Por outro lado, também tive oportunidade, na minha apresentação inicial, de referir que as instituições bancárias internacionais, que, no fundo fazem os *resorts*, as análises para os investidores mais completas de todas, e eu referi-o, desde a UBS, ao Citibank, passando pela Société Générale, o Bilbao Vizcaya e outros, todas elas, todas elas, louvam a ação do BES pelo facto de o BES nunca ter recorrido à ajuda do Estado e ter conseguido sempre recapitalizar-se.

E volto a referir: no penúltimo aumento de capital, realizado em 2012, a Espírito Santo Financial Group fez um aumento de capital prévio de 500 milhões de euros; com isso, concorreu ao aumento de capital do BES, em 2012.

Já neste, a Financial não tinha condições para subscrever o aumento de capital da mesma forma, na mesma proporção, o Crédit Agricole já tinha manifestado, desde o início do ano... Fui muito cedo falar com o Presidente do Crédit Agricole sobre o assunto, que me informou que o Crédit Agricole estava a retirar-se dos mercados da Europa do sul,

nomeadamente de Espanha, da Grécia, e que em Portugal iriam fazer um esforço, mas seria um esforço módico em relação à proporção do aumento de capital em que poderiam participar.

E esse é outro fator que revela bem a confiança do mercado em relação ao BES, porque os acionistas tradicionais que controlavam o BES eram a ESFG — e, volto a dizer, um dos principais objetivos que sempre quisemos atingir era o de manter o BES controlado por mãos portuguesas... O facto de esses investidores tradicionais não participarem no aumento de capital poderia ter constituído um desincentivo ou uma revelação de menor confiança por parte dos investidores internacionais. É extraordinário que, mesmo assim, a subscrição tenha atingido 180%.

Há pouco talvez não tenha respondido completamente ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, mas, em relação ao financiamento para a área não financeira, aquilo não se tratava, evidentemente, de nenhum aumento de capital, do que se tratava era de um financiamento a médio prazo para ser reembolsado. Uma vez executado o programa, o Estado seria reembolsado desse capital, no prazo de cinco anos. Não se estava a pedir ao Estado para capitalizar a área não financeira do Grupo! Gostaria que isso ficasse muito claro nos Srs. Deputados.

Em relação ao problema das contas e a referência ao Machado da Cruz, como lhes disse, o Machado da Cruz, ao longo dos anos — e trabalhou 20 anos connosco —, foi uma pessoa que prestou bons serviços ao Grupo também na Florida, Estados Unidos, mas, em relação a esse caso concreto, o Dr. Machado da Cruz diz, umas vezes, umas coisas e, outras vezes, diz outras.

O que posso dizer é que leiam, por favor, as entrevistas do Dr. Machado da Cruz à Comissão de Auditoria da ESFG. Essa solicitação não foi nossa, foi imposta pela KPMG do Luxemburgo. Como sabem, o nosso

auditor em Portugal é a KPMG Portugal, mas foi a KPMG do Luxemburgo que exigiu isso. Como também sei que foram chamados para vir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os auditores da ESFG, julgo que poderão esclarecer, porque essa matéria é com eles.

Quanto à linha de crédito do BESA, fez referência a que essa linha já tinha sido importante em 2002.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação ao BESA,...

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Entendi mal?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... quero dizer que já tinha valores muito altos, creio eu, desde 2009/2010...

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Em 2009.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já era cerca de 2000 milhões de euros, creio eu!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Exatamente!

Não sei exprimir exatamente, ou sem ser exatamente, a data, mas houve um momento em que o BESA participou numa emissão de dívida do Governo angolano, do Estado angolano, e foi uma participação elevada, quer dizer, um montante considerável. Mas o conselho de administração do BESA levantou a questão em relação ao conselho de administração do Banco e foi decidido que, sim, senhor, o Banco apoiaria, através do BES, a participação do BESA nessa operação. Julgo que, depois, essa dívida do

Estado angolano foi colocada no mercado, mas também não lhe sei dizer quando.

Portanto, aí, talvez tenha sido o momento em que o crédito do BES ao BESA tenha aumentado mais. Mas eu não tenho dúvida de que foi pelo desenvolvimento da atividade dos empresários portugueses em Angola e do financiamento das exportações de Portugal para Angola que esse crescimento também aconteceu, para além de estar a financiar o balanço do BESA, evidentemente, de alguma forma.

O problema do BESA era ter acesso a recursos em dólares e, portanto, necessitava de apoio em moeda forte — se podemos assim chamar — do Banco, em Portugal, para o BESA poder funcionar em Angola e apoiar a economia angolana.

Agora, do que não tínhamos dúvida, é de que esse crédito seria totalmente reembolsado, uma vez que havia o conforto da garantia dada e, por outro lado, que essa garantia iria sendo resolvida e que, portanto, o Banco teria a liquidez... E também não era preciso estar a pedir o reembolso imediato dos 3 biliões, isso iria sendo reembolsado ao longo do desenvolvimento da atividade e da relação das duas instituições no desenvolvimento da sua atividade.

Em relação ao BES, no Panamá, e ao empréstimo à ESI, de facto, houve um empréstimo à ESI e esse empréstimo era do conhecimento do Banco de Portugal, mas tinha garantia de ações da Rioforte que não tinha imparidade, na altura em que o empréstimo foi feito. E, portanto, o Banco do Panamá teve esse empréstimo à ESI com a garantia das ações da Rioforte, pelo que não levantou questão de fundo em relação à supervisão.

Em relação ao BES, no Panamá, como intermediário financeiro, tinha relações também com a área financeira e, como vêm cá os responsáveis por essa área... Eu não conheço bem os detalhes dessas

operações, pelo que não vou agora especular sobre isso. Solicito um pouco mais de paciência e poderão, então, ser esclarecidos sobre essas operações e outras que possam ter necessidade de esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Dr. Ricardo Salgado, em primeiro lugar, registamos a ironia do Presidente de um Grupo que, durante décadas, faz a apologia do Estado mínimo e da retirada do Estado da economia e que, depois, perante o colapso de um grupo não financeiro, também não hesita em fazer contactos com o Governo da República para que a República, que combateu ativamente durante tanto tempo, seja a salvação. Mais valia não ter saído da esfera pública o Banco que lhe foi entregue, mais valia ter sido mantido sob alçada do Estado. Assim se vê, no que redundou!...

Sobre as relações com o poder político, gostava de lhe perguntar, em concreto, e, se não estiver disponível, por favor, faça-nos chegar essa informação, quantos funcionários do BES/GES transitaram pelo poder político e vice-versa, concomitante ou alternadamente.

Gostaria ainda que nos dissesse se existiu o diálogo com o Manuel Pinho, de acordo com o que foi conhecido, na altura, na comunicação social, em que o aconselhou a aceitar o cargo de Ministro da Economia, e se Manuel Pinho teve alguma intervenção, nomeadamente junto de Mário Lino, para facilitar a aquisição da PGA pela TAP, no negócio de 140 milhões, que possibilitou ao Grupo Espírito Santo libertar-se da PGA.

Gostava, também, de lhe perguntar qual o contexto em que surgem e qual a origem das verbas que foram utilizadas para a Bolsa, nos Estados

Unidos da América, de Durão Barroso, com carro e motorista assegurados pelo Grupo.

Sobre a situação da ocultação do passivo da ESI, na verdade, temos os documentos que mostram que a exposição do Banco ao ramo não financeiro é muito anterior e a exposição já assumia preocupações, em 2000. Essas preocupações não eram só manifestadas pelo auditor externo, mas também pelo Banco de Portugal. Nós sabemos que o Banco de Portugal, em 2000 ou 2001, dirigiu uma orientação ao BES para diminuir essa exposição, mas, de facto, só temos prova de que a ocultação do passivo se tenha vindo a realizar a partir de 2008. Ou seja, entre 2000 e 2008, o passivo até estava identificado pelo auditor externo — pelo menos, em 2000 estava, com 1000 milhões na ESR e, depois, algures no tempo, ele começa a ser ocultado.

Também sabemos, ou, pelo menos, assim é dito por vários intervenientes, que Ricardo Salgado tem um papel crucial na ocultação do passivo. Os testemunhos de Machado da Cruz assim indicam e também de outros membros do conselho superior.

A questão é que isto revela não só que o Grupo não cumpriu orientações como que não houve capacidade de as orientações serem impostas. Ou seja, o Banco de Portugal foi um seu conselheiro. Foi o conselheiro do Grupo! Não conseguiu nem fazer com que as suas orientações fossem cumpridas, nem sequer que a exposição fosse contida, porque a verdade é que ela aumentou e foi agravada, ainda por cima pela ocultação do passivo a partir de 2008, pelo menos. Provavelmente, já se sabia de tudo antes disso...!

Sobre a Eurofin, gostava de lhe perguntar se, quando se refere a clientes particulares, sediados no estrangeiro, alguns deles da Venezuela, outros da Madeira, da África do Sul, ou da América do Sul, enfim, está a

referir-se a clientes particulares que, por exemplo, adquiriam obrigações em emissões como a que teve lugar em Londres em 2012, que, inclusivamente, foi alvo de queixas junto da CMVM.

E, já agora, pergunto-lhe se esses particulares a que se refere, tomadores dessas obrigações, que foram, por sua vez, alvo de recompra pelo BES, assumindo o BES uma descapitalização para não trair a expectativa desses tomadores de obrigações, eram do perímetro do Grupo. Eram particulares, mas esses particulares, alguns deles, eram do Grupo Espírito Santo?

É que este mecanismo de descapitalização do Banco para não trair expectativas de tomadores de obrigações é compreensível até determinado ponto, mas, quando o Banco está envolvido na venda da dívida do seu ramo não financeiro e vai lesar-se para não trair essa expectativa, importa saber se quem contraiu a expectativa tinha ou não consciência daquilo que estava a comprar. Esses particulares eram ou não membros do Grupo? Estavam ou não, de alguma forma, ligados ao Grupo? Quem é que tinha acesso às obrigações emitidas em Londres em 2012? Quem é que tinha acesso àquele prospeto? Enfim, sabemos que o prospeto estava disponível num *site* do Luxemburgo, mas era preciso eu conhecer a emissão para poder ir à procura do prospeto dessas emissões.

Sr. Presidente, termino muito rapidamente, referindo-me à capitalização da Rioforte. Em maio de 2014, em entrevista, o Sr. Doutor diz o seguinte: «A recapitalização da Rioforte será possível porque há bons ativos imobiliários em Angola.» Pergunto: onde estão agora esses ativos? Por que é que eles não surgem?

Sobre a Escom, tanto quanto sabe, o senhor disse que lhe foi garantido que não houve nenhuma verba atribuída a políticos, mas, pelos vistos, não sabe para quem foi essa verba. Quem é que sabe? Quem é que

nos pode dizer para quem foi? Diga-nos qual a fonte a que esta Comissão pode recorrer para confirmar o destino dessas verbas.

Uma outra questão: tem noção de quem provisionou a dívida de Angola? É que isso ainda não ficou muito claro — aliás, agora, saiu o balanço zero do Novo Banco, que diz que a provisão da dívida de Angola foi constituída por parte dos 4900 milhões que o Fundo de Resolução lá colocou, mas antes tinha-nos sido dito que, afinal, tinha sido retirada do capital remanescente do banco mau. Tem algum conhecimento sobre isto? É para nos ajudar, porque sabemos que esta questão não é da sua estrita responsabilidade.

Termino, Sr. Presidente, com esta nota: ao que parece o Banco de Portugal foi enganado pelo BES e o BES foi enganado pelo Banco de Portugal. É isso que nos vem aqui dizer. Nós já sabemos que o Banco de Portugal foi enganado pelo BES sistematicamente e agora ficamos a saber que o BES acha que também foi enganado pelo Banco de Portugal. No meio disto tudo, quem foi enganado foi o povo português, que teve de acorrer a um grupo privado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O senhor disse há pouco esta frase: «O BES não faliu, foi forçado a desaparecer.» O que lhe quero perguntar, neste ciclo de enganos entre o BES e o Banco de Portugal, é o seguinte: precisamente, quem é que forçou, na sua opinião, quando disse esta frase, o BES a desaparecer? Porquê? Qual foi a pressão que forçou, porque forçar implica pressão, o BES a desaparecer?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Dr. Miguel Tiago...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Deputado!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Deputado, o Estado mínimo e a iniciativa privada são sempre conceitos fundamentais da organização das sociedades que é bom ter presente.

Eu saí de Portugal em 1975 por não poder exercer a minha atividade em Portugal e exerci-a no exterior durante 18 anos.

Voltei para Portugal e o Grupo investiu em Portugal 8 biliões de euros e criou entre 25 000 a 30 000 postos de trabalho. Julgo que a seguir às privatizações, o Estado realizou encaixes substanciais e, comparativamente às indemnizações que foram pagas, não tenho dúvida nenhuma de que o Estado conseguiu resolver uma parte importante da sua equação financeira na altura, através das reprivatizações.

O Grupo ficou, de facto, muito envolvido no BES, a maioria dos membros do conselho superior do Grupo estava na área financeira. A área não financeira estava a necessitar de uma reorganização e foi isso que começámos a fazer e que levou à constituição da Rioforte em 2009.

Entretanto, foram lançadas *n* empresas novas com a criação de muitos postos de trabalho e algumas dessas empresas são hoje vencedoras e muito bem conceituadas no mercado nacional e internacional.

Portanto, o que lhe posso dizer é que, quando voltámos, viemos com ânimo e determinação para contribuir para o desenvolvimento do País e para o investimento. Acredito que, em grande parte, conseguimos fazê-lo e acredito também que o investimento que foi concretizado se traduziu de forma muito benéfica para a economia. Infelizmente, chegámos à situação

em que estamos. Não vou fazer juízos de valor sobre isso, mas os Srs. Deputados irão fazê-lo certamente à medida que as vossas investigações continuarem.

Em relação ao Dr. Manuel Pinho, sobre se teve ou não intervenção na transação da TAP/PGA, o que lhe posso dizer é que, julgo, o Dr. Manuel Pinho nunca falou deste assunto a ninguém.

Aliás, no outro dia, por acaso — bom, já há bastante tempo, há mais de cinco meses —, encontrei num voo da TAP o Presidente da TAP, Fernando Pinto, que me disse que estava encantado com a PGA, porque a PGA tinha representado um acréscimo considerável de receita para a TAP, tinha uma complementaridade significativa nos voos da TAP — como sabe, a PGA fazia voos de curta duração e a TAP voos transcontinentais onde ganhava bem a sua vida e na Europa a TAP tinha uma concorrência acrescida e difícil até por causa das novas companhias de aviação que trabalham com valores muito descontados.

Portanto, acho que a transação foi feita pela consideração do mérito que a PGA representava para a TAP, pela consolidação do mercado aéreo em Portugal, pela diminuição da concorrência em relação à TAP e o que me foi dito há uns meses pelo Dr. Fernando Pinto foi isto mesmo.

Não acredito que tenha sido alguém do BES que tenha contribuído para esta transação — aliás, a PGA estava a ser gerida de uma forma independente dentro da área não financeira do Grupo e foi, efetivamente, adquirida pela TAP.

Lembro que já tinha havido algumas manifestações anteriores de interesse da TAP pela PGA, houve, inclusive, uma altura em que se pensou até que a Swissair poderia estar interessada na PGA — mas, como sabem, a Swissair, depois, foi à falência — e a TAP não queria absolutamente que a PGA fosse vendida à Swissair, mas isso já foi um bocado antes...

Portanto, refiro isto só para lhe dizer que a TAP considerou a PGA uma empresa complementar importante para o seu desenvolvimento estratégico.

Sobre a ocultação do passivo da ESI a partir de 2008, eu também já referi tudo o que podia referir sobre esse assunto, ou seja, não dei instruções para ocultação do passivo! As pessoas que referem isso — e vi referências de alguns membros do conselho superior — poderão fazê-lo e cada um deverá responsabilizar-se por aquilo que afirma. Efetivamente, o passivo da ESI agravou-se a partir de 2008 por causa da crise.

Por outro lado, já lhes falei também do carácter instrumental que a ESI representou no aumento da dívida enquanto a Rioforte não tinha a estrutura financeira adequada para poder aumentar os seus passivos sem aumentos de capital mais robustos.

Sobre a Eurofin, clientes particulares no estrangeiro e emissões em Londres, julgo que está a referir-se a emissões do BES... Será a emissões do BES? A dívida do BES? Mas as emissões em Londres eram feitas no mercado internacional. Aliás, eu fiz várias referências — e o Sr. Deputado é capaz de se recordar — ao facto de o Banco Espírito Santo ter sido o primeiro a romper a barreira que tínhamos no nosso mercado para a colocação da dívida no exterior, provocada pelos massacres das agências de *rating*, pela queda dos *ratings*.

Assim, o Banco Espírito Santo foi o primeiro a ir ao mercado antes do Estado e, portanto, essas emissões de obrigações foram colocadas no mercado internacional. Se o Sr. Deputado está a referir-se a essas, quero dizer-lhe que são operações perfeitamente correntes do Banco Espírito Santo.

Em relação à recapitalização da Rioforte, julgo que já me referi.

Sobre a Escom, não lhe posso dizer mais, porque não sei. A Escom, de facto, teve de pagar encargos, muitos encargos, a empresas, a serviços, a consultoria vária, desde jurídica, a técnica, a *n* coisas; agora, tudo isso foi escalpelizado até ao fim pelo Ministério Público. Portanto, o Ministério Público deve conhecer bastante bem este *dossier*.

Eu não lhe posso explicar mais, porque não sei, não era a minha área, mas a Escom, de vez em quando, informava-me do que se passava. Porém, que não foram pagas comissões a políticos foi o que me garantiram que aconteceu. Não houve pagamentos de comissões a políticos, oriundos da Escom.

Em relação ao facto de o BES não ter falido, mas ter sido forçado a desaparecer, já aqui hoje fomos chamados a atenção para o facto de o conselho de insolvência de um banco não ter de ser exatamente alinhado por aquele que, normalmente, é considerado para as empresas, mas este conceito tem de ter em vista a possibilidade de um banco que está com os rácios abaixo dos níveis de capitalização impostos pelo Banco de Portugal poder ser recuperado.

Veja bem: o Banco Espírito Santo, segundo os dados da auditora KPMG, apresentou um nível de capitalização, em 29 de agosto, num relatório da KPMG em que a auditora dá uma escusa de parecer... Aliás, o Dr. Sikander, julgo, já terá esclarecido os Srs. Deputados sobre isso e eu, tanto quanto sei, em termos de relatórios de auditoria, o que aconteceu foi que, pelo facto de haver uma resolução, não houve continuidade de negócio e, portanto, o auditor só confirma a auditoria se há continuidade de negócios, mas como não houve... Eu não vi o relatório final da KPMG, pode ser que exista, mas eu não o vi.

Mas, neste relatório de 29 de agosto, o património líquido, segundo a KPMG, é positivo, de 3,7 biliões, depois de 2 biliões de provisões estabelecidas!

Portanto, estamos a falar de 5,7 biliões, estamos quase no limiar dos 6 biliões que resultaram da capitalização. E, como a bondade destas provisões — certamente que há aqui provisões que, acredito, devam permanecer — foi altamente criticada pelos acionistas do Crédit Agricole representados, dizendo que estas provisões foram impostas, eu gostaria de aguardar. Aliás, no princípio de agosto, quando fui alvo de uma situação particular, como sabem, disse que me remetia ao silêncio absoluto e que só falaria depois de ver as auditorias forenses. Eu gostaria de ver as auditorias forenses para perceber.

Aqui, o BES estava com 3,7 biliões. Isto quer dizer que no dia 12 de julho, com um reforço eventual de capitais privados que ainda fosse possível organizar, o BES escusava de ter desaparecido, escusava de ter havido esta resolução. Porque, se uma boa parte destas provisões não têm justificação, não estávamos muito longe daquilo que era necessário para que o Banco pudesse ter sobrevivido. Mas o Banco de Portugal saberá disso melhor do que eu.

Agora, gostaria de ver, de facto, o resultado das auditorias forenses.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, falta a resposta...

O Sr. **Presidente**: — Qual é?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Saber, quanto à conversa com Manuel Pinho, se foi tida ou não, sobre Durão Barroso e, já agora, sobre as

provisões que lhe foram impostas não disse quem lhas impôs. A KPMG? O Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Vou ler-lhes a carta...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É que quem fala na ata é a KPMG, não é?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — No dia 23 de julho, o Banco de Portugal diz o seguinte: «Posição sobre o Grupo Espírito Santo.

Atenta a exposição creditícia (efetiva e potencial) assumida, directa ou indirectamente por essa instituição em base consolidada sobre as entidades do Grupo Espírito Santo não integradas no Grupo BES, determina-se que seja constituída uma provisão prudentemente avaliada para acomodar os riscos assumidos, determinando-se que, até serem conhecidos e clarificados, os termos e consequências do processo de reestruturação daquele Grupo, seja constituída uma provisão no valor mínimo de 2 biliões».

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Valor mínimo de 2 biliões.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — 2000 milhões.

Portanto, está aqui a carta do Banco de Portugal, que a ordenou.

O que é curioso é que esta matéria devia ser discutida no conselho de administração do dia 30, e, portanto, a KPMG devia apresentar a opinião a todos os conselheiros, mas o nosso parceiro francês Marc Oppenheim diz que as provisões foram impostas, esta situação foi imposta ao Banco. É a única coisa que lhe posso referir.

Em relação ao Dr. Durão Barroso, o que lhe posso dizer é que, de facto, o Dr. Durão Barroso, quando esteve em Washington, tinha uma relação de aconselhamento connosco. Não sei especificar exactamente qual era o montante, mas não era nada de significativo...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era quanto?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não me recordo. Não tenho... Poderemos tentar lembrar, mas era uma função de conselheiro.

Também não tenho o número de colaboradores que transitaram entre o Governo, mas acredito que não tenha sido superior àquilo que aconteceu com os grandes bancos portugueses. Houve vários membros, ilustres membros da área política que estiveram no BCP, no BPI, no Banco Espírito Santo, mas não acredito que o número dos do Banco Espírito Santo seja superior aos demais.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — As provisões que diz que são impostas são relativas às obrigações ou também às imparidades de crédito?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — As provisões estão impostas nesta ata do conselho de administração. São, pelo menos, 2 biliões.

Quanto às imparidades de crédito, o provisionamento era normalmente constituído com regularidade.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Em relação às obrigações é que não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, muito rapidamente, gostaria de dizer o seguinte: não deixa de ser bastante curioso que o «dono disto tudo» nos tenha aparecido aqui, hoje, como a «vítima disto tudo».

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Dr. Ricardo Salgado quer convencer-nos que o seu império ruiu e que o homem à frente do império não teve nada a ver com isso. Isso, como pode entender, é, para nós, uma versão muito difícil de comprar.

Não basta chegar à Comissão de Inquérito, atribuir culpas a toda e qualquer instituição que exista neste País e arredores e dizer: «Nós não tivemos nada a ver com isso». Não é uma explicação aceitável, até porque não é possível.

Por isso, gostaria de retomar alguns assuntos que já foram debatidos.

Em primeiro lugar, a cascata das *holdings* da família.

Em 2011, a ES Control, *holding* máxima, deixa de ser financiada por privados e passa a ser financiada pela ESI;

De dezembro de 2012 a setembro de 2013, a dívida da ESI aumenta em 3300 milhões de euros — já fui confirmar o número e não acredito que o Dr. Ricardo Salgado não se lembre de há um ano ter discutido com membros do conselho superior aumentos de 3300 milhões de euros no passivo da maior *holding* do Grupo, a seguir à Espírito Santo Control;

Em novembro de 2013, começam a surgir problemas na ESI, entre eles, um passivo escondido — mas, repito, é preciso perceber também por

que é que o passivo aumenta e se, em 2011, não aumenta (e já se sabia) era para financiar o Grupo porque não conseguia aceder a mercado;

O Banco de Portugal deteta problemas na ESI;

A partir de janeiro de 2014, começamos a ver a dívida que estava na ESI a passar para a Rioforte — isto, em janeiro de 2014;

Em maio de 2014, o Dr. Ricardo Salgado convenceu Zeinal Bava a investir na Rioforte 900 milhões do fundo da tesouraria da PT, que levaram a uma redução do capital da PT na Oi, que, já agora, também era uma participada do Banco Espírito Santo.

Gostaria de ouvir um comentário a todas estas opções que parecem desastrosas, do ponto de vista financeiro.

Aliás, confirma-se, até por relatos que temos das gravações — e já sei que não eram do seu conhecimento —, que, no final de 2013, o Grupo já estava em muitos maus lençóis. Há relatos de conversas de perfeito pânico, permita-me que lhe diga. «Onde é que vamos buscar capital para injetar na ES Control?» É na altura em que se fala se será melhor o Congo ou a Guiné Equatorial; é na altura em que se pensa ir buscar o empresário de futebol Veiga — não sei qual é o primeiro nome —...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — José.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... José Veiga para ajudar a Espírito Santo Control. E com muitas limitações por causa da reputação do Sr. José Veiga no mercado.

No final de 2013, há, inclusive, declarações do Dr. Ricardo Salgado a dizer: «Bom, se calhar, a recapitalização pública não é assim tão má, mas o fundo da troica não chegaria para os problemas do BES». Isto são declarações que temos como tendo acontecido em reuniões no final de

2013. Gostaria de saber se são verdadeiras ou não, porque elas apresentam-nos uma situação bem diferente daquela que nos vem aqui contar no sentido de dizer: «Bom, isto foi um problema... Em junho de 2014, estava tudo bem, era aguentar mais um bocadinho e tudo seria resolvido.»

Em relação ao Dr. Barroso, ainda não percebemos muito bem por que é que foi contactado. Percebe-se que o Governo seja contactado sobre um risco sistémico, não se percebe por que é que o Presidente da Comissão Europeia é contactado diretamente em relação a isso, ou Carlos Moedas. Portanto, ele é contactado por algum motivo. Qual é o objetivo do contacto e o que é que o Dr. José Manuel Durão Barroso faz, como resposta a esse contacto?

Aliás, mais uma vez, há registos em que trata o Dr. Barroso como «amigo da casa» e quando diz «da casa» refere-se à Espírito Santo.

Terceira questão, sobre a Eurofin, disse aqui: «A recompra de obrigações foi uma forma de proteger clientes.» Nem estou a duvidar disso, mas a recompra só foi necessária porque elas foram emitidas e só era necessário recomprar para não defraudar clientes porque eles já tinham sido enganados quando elas tinham sido emitidas. E é esta a questão a que o Dr. Ricardo Salgado tem escapado. Porque o BES estava a emitir obrigações, através da Eurofin, que eram recompradas com lucro, já sabemos, e eram, depois, enviadas para veículos em *offshore*, onde se juntava dívida da parte não financeira e eram revendidas ações desses fundos *offshore*. Isto descapitalizava o BES, porque basicamente o BES estava a emitir obrigações e estava a pagar mais por elas do que, de facto, poderia pagar.

Queria dizer que havia um lucro destas operações, que ficou para alguém e não sabemos para quem é que ficou este lucro, porque as obrigações eram recompradas por um valor superior ao qual tinham sido

emitidas. Portanto, quem é que fica com o lucro da operação no meio termo?

Isto implica entidades envolvidas, nomeadamente fundos *offshore*, e eram operações feitas pelas duas pessoas que o Dr. Ricardo Salgado aqui defendeu o tempo todo: o Dr. Morais Pires e a Dr.^a Isabel Almeida.

Portanto, alguma palavra terá a dizer sobre isto, porque eu não acredito que o presidente da comissão executiva não soubesse deste esquema de financiamento que se estava a passar, a que, aliás, o Dr. Ricciardi chamou «esquema fraudulento»! Não sobre a recompra mas sobre o esquema em si, o que é que tem a dizer sobre ele?

Sr. Presidente, peço alguma tolerância, para tentar acabar os dois temas, sendo que o meu acesso à terceira ronda é limitado.

Sobre o Banco de Portugal, acha que é bem interpretado se eu disser que fez um acordo com o Banco de Portugal para sair, depois do aumento de capital? Houve um acordo com o Governador para dizer: «Saímos depois do aumento de capital»?

Sabemos que, inicialmente, o Banco de Portugal queria que a provisão das obrigações da ESI fosse feita no BES. O BES não queria e, portanto, a provisão passou para o Espírito Santo Financial Group. O Banco de Portugal cedeu nisso? A provisão era para ser no BES e passou para a Espírito Santo Financial Group?

Mais: sabia-se que o plano proposto pelo próprio BES, em abril, passava pela passagem de riscos e de ativos com risco para o BESA, que, segundo o próprio BES, tinha capital em excesso. Isto chegou a acontecer? Passaram-se ativos arriscados para o BESA como forma de limpar o balanço do BES? Chegou a acontecer algum tipo de operação com a Caixa Geral de Depósitos, troca de carteira de créditos, tal como proposto pelo BES ao Banco de Portugal?

Em último lugar, gostaria de saber se tem conhecimento de alguma reunião tida entre José Maria Ricciardi e o Primeiro-Ministro ou membros do Governo ao longo do ano de 2013, sob a liderança do Grupo Espírito Santo, e por que é que o conselho superior recebe uma parte do lucro da Escom no negócio dos submarinos. O que é que dá direito ao conselho superior receber uma parte tão avultada deste negócio?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, mais uma vez, colocou questões complexas e vou por responder à mais fácil de todas.

Já procurei transmitir aos Srs. Deputados e às Sr.^{as} Deputadas que me considero uma pessoa sóbria, um trabalhador e que em mais de 70% dos fins de semana trabalhava com sacrifício da minha própria família.

Esta designação do «dono disto tudo» é irrisória, como irrisórias são umas classificações que houve para aí de «mais poderosos» e não sei o quê.

Para mim, sinceramente, dono disto tudo é o povo português e os senhores são os representantes do povo português. Nunca fui, nunca pensei ser, «o dono disto tudo». Isto foi uma caracterização que me foi colada para, certamente, me prejudicar no futuro.

Em relação à ESI e ao aumento do passivo, eu já disse que, quando entrámos na crise, ainda não tínhamos a Rioforte *en place*, como dizem os franceses, não estava com a solidez... Apesar de não ter imparidades, não tinha a dimensão necessária, em termos de capitais próprios, para receber passivos ou um aumento significativo do passivo.

Aquilo que lhe posso dizer é que estava dentro dos nossos objetivos reforçar os capitais na Rioforte, assim como aconteceu.

É exatamente pelo facto de a ESI ter ficado fragilizada que aqueles que tinham créditos na ESI procuraram passar as suas posições credoras na ESI para credoras na Rioforte. E aqui aproveito para fazer uma referência à Portugal Telecom, a qual, como já referi também na minha apresentação, tinha aplicações no BES e no Grupo Espírito Santo, desde 2002. Havia um contrato de parceria estratégica que foi mutuamente benéfico.

O que acontece é que a aplicação da Portugal Telecom estava na ESI e, então, foi sugerido à Portugal Telecom arbitrar a posição credora na ESI pela Rioforte onde não teria imparidade. Foi por isso que a Portugal Telecom acabou com a posição na Rioforte.

Isto não é nenhuma esperteza, era dentro da filosofia de tentar proteger os clientes num processo que estava a evoluir mal pela via da falta de flexibilidade do *ring-fencing* e de um planeamento que era necessário fazer no Grupo Espírito Santo na área não financeira, que não foi permitido ser executado pelas autoridades. Houve interrupção aos circuitos financeiros. Todos dirão, certamente, «Muito bem» e aplaudem, mas o colapso vem dessa evolução.

Em relação ao Dr. Durão Barroso, julgo que já referi o suficiente. O Dr. Durão Barroso foi, de facto, conselheiro do Grupo durante o período em que esteve em Washington, onde esteve algum tempo. Depois, voltou para Portugal e deixou de ser conselheiro do Grupo, mas, como já tínhamos revelado ao Banco de Portugal e ao Governo a dificuldade de gerir a evolução futura do Grupo nestas circunstâncias, considerámos que era importante que o Presidente da Comissão Europeia não fosse apanhado de surpresa, se viesse a acontecer alguma coisa. Não foi para pedir qualquer favor ao Dr. Durão Barroso.

Relativamente à Eurofin, julgo que já me esforcei para explicar que a Eurofin é uma empresa que vivia com independência, mas que trabalhava

muito perto do Banco Espírito Santo, na área da corretagem, e fazia operações com a área financeira. Essas operações foram caracterizadas por esquemas fraudulentos por um membro da minha família e já lhes pedi que compreendessem que eu não ia fazer qualquer referência aos membros da minha família. Os membros da minha família, para mim, são membros de uma entidade que devo respeitar, independentemente de estarem de acordo ou não com as minhas opiniões. O meu objetivo é defender a honra e a dignidade da família.

O Dr. José Maria Ricciardi, certamente, que não necessitará disso, mas cada um pode ter as opiniões que quiser, deve é apenas assumir a responsabilidade dessas mesmas opiniões.

No que diz respeito à provisão no Banco Espírito Santo, em vez da ESFG, a Sr.^a Deputada toca num ponto importante. Aliás, todos os seus pontos têm sido importantes, de uma forma geral, e não deixo de comentar isso. Mostra que estuda bem os assuntos.

O que se passa é que, quando foi verificada a imparidade na ES International, a KPMG considerava que a provisão era para fazer face aos riscos reputacionais — eu gostava de voltar a sublinhar: reputacional —, porque os clientes podem ter-se considerado enganados, mas o prospeto das emissões de obrigações, como o prospeto da emissão das ações do BES, contém todos os elementos de risco lá dentro e as fichas técnicas das obrigações colocadas também mostram aos clientes que, de facto, há fatores de risco nessas operações.

O que lhe posso dizer em relação à classificação da provisão é que era um problema complexo. Falei muitas vezes com o Dr. Sikander Sattar sobre a matéria, porque o problema que se refletia no BES era um problema originado a montante, no Grupo Espírito Santo, portanto, parecia-nos que deveria ser encaminhado para a ESFG para libertar o BES, para

não onerar o BES com uma provisão que tinha a ver, também, com o risco do GES. Mas, a páginas tantas— e acredito que isso está traduzido em cartas —, foi o Banco de Portugal que decidiu que, de facto, devia ficar na ESFG.

Com isto, poupámos o BES à provisão, o Grupo Espírito Santo sofreu o embate em cheio da provisão na ESFG, como referi já na minha apresentação, o que talvez tenha sido um dos fatores que permitiu ao BES ir ao mercado, sem estar a ser prejudicado por esta provisão que, a montante, tinha origem no Grupo Espírito Santo. Portanto, foi registada na ESFG.

Não posso deixar de lhe dizer que os credores da ESFG aí têm direitos a defender, porque, de facto, a montagem da operação da provisão tem subjacente uma garantia dada com ações da Tranquilidade, que pertencem à área financeira, e estavam a garantir riscos da área não financeira. Qualquer jurista sabe e, nesse aspeto, o Sr. Prof. Carlos Abreu Amorim deve conhecer isso muito bem, pode levantar questões de outra índole.

Não sei a que é que está a referir-se quando fala no *qui pro quo* com a Caixa Geral de Depósitos. Francamente, não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não estou a referir-me a nenhum acontecimento. Há uma carta de abril em que o BES propõe ao Banco de Portugal um conjunto de medidas que poderiam reduzir a exposição do BES a ativos arriscados, uma delas é passar para o BESA ativos com mais risco, porque o BESA teria capital em excesso — estranho, mas está lá escrito! —, a outra opção seria fazer, em relação à CGD e ao BCP, uma troca de carteiras de crédito, uns *swaps* de carteiras...

Não tenho agora de memória o que está lá escrito, mas sei que há estas duas opções e queria saber se foram levadas avante, ou não.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sim, sim. Não houve, julgo que não houve nenhum problema com a Caixa, houve uma proposta de operação de crédito à Caixa, que não foi feita por mim mas por outros elementos do Grupo, e que a Caixa recusou, em termos do crédito à área não financeira.

Em relação ao conselho superior, que recebeu uma parte dos resultados dos submarinos, esse assunto foi bastante debatido na altura — salvo erro, estamos a falar de 2003 ou 2004 — e o que aconteceu foi que o conselho superior considerava essa operação única, pontual e que não deveria ter qualquer recorrência. Aliás, rapidamente decidimos eliminar qualquer outra hipótese de se poderem fazer operações semelhantes.

O conselho superior, normalmente, não era remunerado, portanto as pessoas eram remuneradas e o conselho superior não. Nesse ano, por felicidade, houve resultados bastante razoáveis ao nível da área financeira e também, de alguma forma, da área não financeira e o conselho superior decidiu, numa ata que depois foi revelada aos outros membros do conselho superior que se vieram juntar — porque éramos inicialmente cinco e depois houve possibilidade de ampliar o número para nove e apenas eu não indiquei um elemento para representar a minha posição adicional, os outros tinham todos dois elementos, mas havia só direito a um voto, de qualquer forma —, extraordinariamente, que houvesse uma remuneração pontual para o conselho superior, que nunca tinha tido antes e, evidentemente, nunca mais houve remuneração nenhuma para a frente.

Como lhe digo, esta operação dos submarinos foi um erro de julgamento da nossa parte. Nunca deveríamos ter entrado nesta operação e, enfim, este é o meu sentimento que lhe deixo aqui transmitido.

Também com alguma liberalidade de linguagem e pouco formalismo, houve, de facto, ao nível do conselho superior — das gravações que foram feitas —, considerações sobre pessoas que poderiam estar interessadas em participar no aumento de capital que estávamos a tentar fazer ainda nessa altura, na área da Control e da ESI, antes de invertermos o processo, porque, a partir de um determinado momento, com a nova estrutura, o aumento de capital deveria ser feito na Rioforte.

O José Veiga foi um dos nomes que foi referido, aliás, foi referido pelo Dr. Pedro Amaral, e julgo que depois disso não teve qualquer sequência.

Em relação ao acordo com o Banco de Portugal, aquilo que aconteceu para a saída dos membros da família está relatado abundantemente nas diferentes notas que já fiz. Não lhe posso estar a dizer mais nada de novo.

Uma vez completado o aumento de capital, haveria uma assembleia geral e aí haveria a alteração estatutária que passava pela constituição de um conselho estratégico e os membros do Grupo Espírito Santo passariam para esse conselho estratégico. Mas, infelizmente, não houve oportunidade de fazer nada disso.

Por fim, sobre o «dono disto tudo» passa a «responsável disto tudo», ou a «vítima disto tudo», peço-lhes que considerem que não venho cá colocar-me, de forma alguma, na posição de vítima. Vim cá procurar, com a objetividade possível, explicar-lhes e dar-lhes a minha visão dos acontecimentos. A minha responsabilização será, certamente, apurada pela via judicial e pelos tribunais, mas acredito que o que eu e as equipas do BES sempre fizemos foi procurar defender os interesses dos clientes, dentro de uma envolvente política, económica e financeira extremamente complexa.

Nunca passei por uma crise com esta dimensão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Ricardo Salgado.

Entramos agora na terceira ronda, que é um conjunto de perguntas que cada um dos Srs. Deputados fará até 3 minutos e o Sr. Doutor responderá no final.

Dou, desde já, a palavra ao Sr. Deputado Pedro Saraiva.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, vou tentar raciocinar de forma esquemática e este esquema que tenho comigo, ajuda-me a esclarecer aquilo que se passou.

Portanto, há dentro do Grupo uma área financeira, onde o BES ocupa o lugar de destaque, há uma área não financeira, que tem a Rioforte como braço armado, e, manifestamente, a área não financeira entra numa espiral de endividamento.

A primeira pergunta que lhe queria fazer é a seguinte: fazendo um retrato consolidado da área não financeira, a 31 de dezembro de 2013 qual é o volume total de endividamento e como é que ele cresceu desde 2008 até 2013?

Para resolver este problema montou-se uma conduta, por vezes complexa, que permitiu fazer chegar meios à área não financeira. O que queria perguntar-lhe é o seguinte: de forma direta ou indireta, por empréstimos com veículos e sem veículos ou por outros produtos financeiros ou mecanismos adicionais, se eu puser um contador de euros nesta conduta, quantos euros entraram na área não financeira no primeiro semestre de 2014 que não teriam entrado se não existisse a área financeira? E qual foi o valor do fluxo entre 2008 e 2013?

Há uma terceira questão que me parece muito pertinente. Disse-nos que só tomou conhecimento da manipulação de contas na ESI em novembro de 2013. Ora, temos documentação de um dos acionistas da Espírito Santo Control, Pedro Queiroz Pereira, que mostra que, desde de 28 de junho de 2013, ele vinha alertando para a situação e que, inclusivamente, acionou um tribunal no Luxemburgo muito antes de novembro; que há aditamentos às contas feitos em agosto e que, em 24 de setembro, remeteu para o Banco de Portugal a sua visão da contabilidade e da manipulação das contas da ESI.

Como é que não teve conhecimento de tudo isto? Como é que só tomou conhecimento disto via ETRICC, em novembro de 2013?

Passo à penúltima pergunta. Falou-nos muito da sua perspetiva absolutamente colegial e consensual de gestão dentro do Grupo. Percebendo a reserva que possa ter em comentar posições de outros membros da família, também não posso omitir que, a 29 de outubro de 2013, há signatários da família, detentores da maioria das participações da Espírito Santo Control, que dizem textualmente o seguinte: «Na liderança executiva do Grupo tem prevalecido a centralização do exercício do poder contra todas as boas práticas de governança e gestão. Essa prática tem demonstrado ser prejudicial aos interesses dos acionistas, depositantes e demais *stakeholders*.»

Termino citando novamente: «Esta prática de gestão não respeita as normas vigentes e os princípios éticos que sempre constituíram apanágio da cultura empresarial da instituição».

O que estou a citar não são transcrições de gravações do conselho superior, é um documento escrito que foi apresentado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — Sr. Presidente, volto, mais uma vez, à Eurofin, à operação de emissão e recompra de obrigações, para aprofundarmos mais um pouco esta questão.

Já nos disse aqui que as mais-valias eram destinadas a pagar títulos de dívida do GES. Pergunto: quando essas obrigações foram emitidas, nomeadamente entre janeiro e abril de 2014, quando esses programas foram desencadeados, o objetivo era já também financiar dívida do GES? E, se não era esse o objetivo, como é que a meio do processo passou a ser e como é que essas mais-valias que eram perdas do BES chegaram aos detentores de títulos de dívida do GES? Pedia que nos desse mais explicações sobre este aspeto.

Para terminar, depois de todas estas audições, podemos ver que houve uma gestão que quis salvar um Grupo e que, ao longo dos anos, expôs esse Grupo, nomeadamente o ramo não financeiro, ao BES; que ao fim de algum tempo não tínhamos apenas um problema no GES, passamos a ter também um problema no BES.

Podemos ver que tivemos, nomeadamente ao longo do último ano, um Banco de Portugal pouco diligente, que optou por ir negociando com a administração do BES o salvamento do Banco, com avanços e recuos; e que tivemos também um Governo que foi cúmplice, que aceitou e apoiou esta estratégia pouco diligente do Banco de Portugal. Culmina todo este ano com uma intervenção que injeta num banco 4900 milhões de euros, uma decisão que, ao cancelar uma garantia, faz com que a injeção tenha de ser de bem mais de 1500 milhões, que tenha de ser de 4900 milhões, dos quais 3900 milhões são dinheiro do contribuinte.

É legítimo que todos nós — portugueses, pequenos investidores, contribuintes —, ao fim deste período, achemos que andava toda a gente a «empurrar com a barriga» e que, no final de todo este processo, quem se «lixou foi mesmo o mexilhão».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de fazer mais algumas perguntas.

A primeira tem a ver com o facto de a PT, à data em que há este infeliz desenlace do BES, ter, creio, cerca de 98,35% das suas operações de tesouraria investidas em dívida do Grupo, 1642 milhões de euros. Assim, pergunto-lhe: com quem foi feita a negociação para colocar esta dívida na PT? Ou seja, com quem negociou dentro da PT para colocar esta dívida na empresa? Porque isso leva-nos a saber quem é que tomou a decisão dentro da PT.

Em segundo lugar, já que falou em atas do conselho superior e disse que não sabia que estava a ser gravado, gostava de lhe perguntar se as partes das atas que se veem transcritas e que têm sido citadas — obviamente, são depois interpretadas não sabemos bem por quem! — correspondem ou não à verdade, porque isso tem algum interesse para nós.

Em terceiro lugar, em relação ao papel comercial e ao último aumento de capital, temos falado muito do Banco de Portugal mas temos falado pouco da supervisão dos valores mobiliários que foram transacionados, designadamente na parte que mais me interessa, ou seja, dos que foram transacionados nos balcões do BES.

O que pergunto, muito concretamente, é o seguinte: qual era o papel da CMVM neste papel comercial, quer do GES quer, numa fase posterior, do BES? Estas emissões escapavam ou não ao controlo da CMVM e como? Por último, que orientações eram dadas aos colaboradores do BES relativamente à venda e à colocação desse papel comercial na relação que eles tinham com os clientes? É ou não verdade que clientes classificados como tendo perfil muito conservador nos investimentos adquiriam estas obrigações ou, muitas vezes, elas eram quase reinvestidas de forma automática, obviamente sem respeito pelo seu perfil e sem a devida informação?

Por último, e porque se tem falado muito aqui de literatura — e eu não vou, obviamente, falar de literatura —, vou ler uma citação do Dr. Ricardo Salgado. Trata-se de uma citação, feita num livro sobre o Sr. Doutor, de uma entrevista publicada num jornal.

Referindo-se a uma convulsão que houve no BCP há alguns anos, não muitos, dizia o Sr. Doutor nessa altura: «Toda a gente sabe que foram as más opções e, porventura, as más práticas que destruíram a liderança e a coesão, sem as quais qualquer projeto em qualquer sector está condenado à ruína. Sobre as causas do que aconteceu ao BCP e a si próprio, deve o Dr. Pinhal...» — tratava-se de uma resposta ao Dr. Pinhal — «... procurá-las na sua consciência e nas práticas de muitos com quem partilhou o pão, o trabalho e os prémios durante dezenas de anos.»

O que lhe pergunto é se não podemos hoje em dia olhar para estas suas palavras, que são, sem dúvida, sábias, e substituir «BCP» por «BES».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Ricardo Salgado, gostava de lhe fazer três perguntas muito concretas, voltando ao tema da PT.

O Sr. Dr. Ricardo Salgado disse, em maio, numa entrevista, que ter 35,7% numa assembleia geral, normalmente, dá sempre a maioria, porque é raro aparecer mais de 70% do capital. E disse que «além disso, tínhamos o Bradesco e a PT, que votavam connosco».

Gostava de perguntar se este facto de «votavam connosco» estava associado a algum compromisso sistemático e quais eram os termos desse alinhamento. Tratava-se da parceria estratégica a que se referiu há pouco? E em que termos ou documentos estava fundada essa parceria estratégica, nomeadamente ao nível de alinhamento de posição enquanto acionistas?

Em segundo lugar, gostava que elaborasse em torno da questão do conhecimento ou não, e em que medida, por parte dos responsáveis pela gestão da PT, quer em Portugal quer no Brasil — tendo em conta já a fusão com a Oi —, das aplicações da PT no Grupo Espírito Santo, aqui sem especificar os casos concretos da Rioforte e da ESI. As aplicações da PT no GES eram conhecidas ou não por parte dos responsáveis pela gestão e em que medida?

O senhor afirmou, em agosto, que praticamente todos os responsáveis da administração estavam implicados. Pedia-lhe que esclarecesse, por favor, essa situação.

Há uma última pergunta que importa ser aqui abordada. Como é possível que uma empresa de telecomunicações, no quadro da realidade da PT, tenha ao longo dos anos, de uma forma reiterada e continuada, tesourarias de uma dimensão tal que passem, sistematicamente, por aplicações financeiras de curto prazo que vão de 600 milhões de euros em 2001 a 800 milhões de euros mais recentemente? Como era o racional, qual

era a lógica subjacente a esta dimensão de tesouraria aplicada sistematicamente, pelo menos neste domínio, em relação ao Grupo Espírito Santo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Ricardo Salgado, ainda não esclareceu a questão da Eurofin. Remete sempre para a recompra de obrigações, mas a nossa pergunta é diferente: tinha ou não conhecimento de emissões, através da Eurofin e de outros veículos, para financiar a parte não financeira? Que empresas *offshore* estavam envolvidos nessas emissões? Houve lucro? Sabemos que houve. Para quem foi o lucro? Quem eram os últimos beneficiários dessas obrigações?

Pedia-lhe que não me responda com o argumento da recompra de obrigações, que me responda com a verdade sobre o conhecimento ou não destas operações, que é o que me parece mais importante neste momento.

Queria também saber se alguma vez a Eurofin fez parte do Grupo Espírito Santo, porque temos informações de que ela terá, em certo momento, sido detida pela ES Resources, a mesma *holding* que tinha a Escom, entre outras empresas.

Tenho uma outra questão, que é uma curiosidade minha e que talvez consiga esclarecer. Esta Comissão de Inquérito recebeu um ofício do advogado Pedro Reis em que ele se mostra muito indignado perante declarações que foram feitas sobre ele e a sua família na reunião de 11 de novembro de 2013 do conselho superior. Gostaria de saber se consegue esclarecer-nos sobre o que é que se passou, porque eu não consigo.

Terceira questão, sobre a KPMG. Quem é que auditava as contas do BESA antes de 2011? Em 2011 não havia sequer KPMG Angola, ela aparece ajudada pela KPMG Portugal, que tinha belíssimas relações com o Dr. Ricardo Salgado e com o BES Portugal. Queria perceber como é que a KPMG vai parar à Angola, por que é que abre um escritório em Angola e começa imediatamente a tratar das contas do BESA, se isso foi ou não negociado de antemão em Lisboa.

Ora, a minha pergunta anterior leva-me a uma outra: havia ou não preferências sobre as empresas auditoras? É que temos uma declaração sua em que diz: «A Price não». Penso que a declaração é relativa à Price... Aliás, diz: «A Deloitte não nos interessa porque é a auditora do BPI e do Banco de Portugal e está contra nós, portanto resta-nos a Ernst & Young (que era a auditora da Rioforte), já que a KPMG não pode concorrer ao concurso».

Havia ou não auditoras com quem se trabalhava melhor e outras com quem se trabalhava pior? E a KPMG era ou não uma dessas auditoras e isso deu-lhe ou não um lugar na auditoria do BES Angola?

Passo à última questão. Não me esclareceu, nem disse se são ou não verdadeiras as declarações que li, os relatos de uma reunião do conselho superior, em que diz: «Dia 8 de abril fui chamado ao Banco de Portugal e o Governador aceitou adiar para depois do aumento de capital a alteração de *governance* do Espírito Santo».

Basicamente, isto quer dizer que, em abril, o Governador do Banco de Portugal tinha dito que ia mudar o governo da sociedade e que foi convencido a que isso não fosse feito até depois do aumento de capital. A verdade estará algures entre o que diz o Dr. Ricardo Salgado, ou seja, que nunca houve uma ameaça, e aquilo que diz o Banco de Portugal, ou seja, que fez uma grande ameaça. Parece-me que houve um acordo entre o

Banco de Portugal e a administração do BES para que a alteração pudesse ser feita de forma serena a seguir ao aumento de capital para que não chateasse ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Como ainda há mais inscrições, e o número não é pequeno, o Sr. Dr. Ricardo Salgado responderá a este bloco de questões e, depois, continuar-se-á com um novo bloco de perguntas.

Faça favor, Sr. Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Presidente, seria possível fazer uma curta pausa?

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Dr. Ricardo Salgado.

Vamos, então, fazer uma curta pausa nos nossos trabalhos.

Pausa.

Srs. Deputados, estamos em condições de prosseguir com a reunião.

Vou dar a palavra ao Sr. Dr. Ricardo Salgado para responder a este primeiro grupo de questões.

Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Sr. Deputado Pedro Saraiva queria que eu comentasse a área não financeira e a espiral de endividamento da Rioforte.

Como já referi anteriormente, a Rioforte foi analisada pelo ETRICC, não tinha imparidade, mas efetivamente ao longo dos meses a seguir à análise do ETRICC, o que aconteceu foi que, com a situação conhecida da

ES International, muitos investidores e financiadores da ES International quiseram substituir o endividamento da ES International pelo endividamento na Rioforte. A Rioforte foi constituída em 2009 com um capital de 1,3 biliões. Portanto, a Rioforte já tinha um capital ponderável.

Para resolver o problema da área não financeira era, de facto, necessário um financiamento e um aumento de capital. Esse aumento de capital já estava previsto na carta de 3 de dezembro do Banco de Portugal, embora inicialmente não tivesse sido previsto na Rioforte, mas já estava lá delineado. A carta de 3 de dezembro aponta caminhos e soluções que se foram depois progressivamente consolidando e na carta de 10 de dezembro já veio referida a venda de ativos e era fundamental ganhar tempo para que se pudessem vender os ativos convenientemente. Vender com pressa é desvalorizar os ativos, como sabe, e isso punha um problema muito complexo a toda a estrutura da área não financeira.

Recordo que para o sector dos hotéis Tivoli, por exemplo, havia, não sei se 11 ou 12 interessados, mas esse interesse ia sendo analisado com tempo e, no fundo, tínhamos um pouco a sensação de que os investidores interessados estavam a querer deixar passar o tempo para conseguirem melhores condições. Iam negociando sistematicamente em baixa, e daí, também, a necessidade do financiamento para conseguir estabilizar e permitir dar tempo ao tempo no sentido da venda desses ativos.

Quanto aos fluxos da área financeira para a área não financeira, direi que a área financeira tinha, com certeza, fluxos também na área não financeira. Já aqui vimos um caso concreto de uma operação importante, que foi feita através do Banco do Panamá para a ESI, com garantias de ações da Rioforte, mas também foi concretizada uma outra operação, já há algum tempo, entre a ESFIL, que era uma subsidiária da ESFG, para a ESI, com garantias de ações também da Rioforte. Mas essas operações foram

sempre analisadas pelo Banco de Portugal e apreciadas pelos riscos do Banco e submetidas, portanto, à supervisão do Banco de Portugal.

Em relação a Pedro Queiroz Pereira, desconheço por completo os elementos que ele entregou ao Banco de Portugal. Ouvi essas referências que foram divulgadas ao público e o que me pareceu que o Sr. Pedro Queiroz Pereira estava a referir-se era fundamentalmente aos critérios de avaliação de ativos. O Sr. Queiroz Pereira tinha dúvidas quanto à forma como nós estávamos a avaliar ativos, e eu posso já desenvolver um aspeto em relação a isso, que tinha a ver com a avaliação da ESFG.

Como já lhes disse aqui, a ESFG tinha muito poucas transações na Bolsa de Lisboa, representavam, talvez, 0,1 ou 0,2% do total do capital da ESFG.

Desde sempre o Banco de Investimento fazia as avaliações do Grupo e tínhamos um sistema de avaliações baseado no *discounted cash flow*, os quais, como sabe certamente, hoje prevalecem sobre outros modelos de avaliação, principalmente para sociedades que não tenham títulos cotados, ou, se tiverem títulos cotados, esses títulos possam não representar qualquer valor da empresa por não haver transações ou por as transações serem mínimas.

Essa é também uma das razões pela qual nós tínhamos decidido adquirir a totalidade das ações da ESFG logo que possível para as retirar da Bolsa. Uma das dúvidas do Sr. Pedro Queiroz Pereira era em relação a essa avaliação baseada no *discounted cash flow*, no *cash flow* dos dividendos descontados e em algumas das participadas avaliações com métodos comparáveis. Mas não eram muitas as participadas que eram avaliadas dessa forma.

Portanto, o que percebi foi que essa era a questão do Sr. Pedro Queiroz Pereira, mas desconheço por completo — e o Banco de Portugal não me facultou — as observações do Sr. Pedro Queiroz Pereira.

Mas, já agora, que falou do assunto, o que lhe posso dizer é que o Sr. Pedro Queiroz Pereira referiu que o Grupo Espírito Santo estava interessado em comprar o Grupo Portucel Soporcel e que, portanto, tinha criado uma situação que poderia ser terrível no sentido de atacar o próprio Grupo, a essência do Grupo Queiroz Pereira.

Ora, Meus Senhores e Minhas Senhoras, queria confirmar que é totalmente falso. O Grupo Espírito Santo tinha começado a fazer o *deleverage* em 2010. O Grupo Espírito Santo tinha uma tradição de associação com o Grupo Queiroz Pereira de tal forma antiga que remonta a 1937 — isto fica apenas como um apontamento para a História.

Foi a fusão bancária mais fácil do mundo, porque os dois bancos tinham paredes-meias no edifício da Rua do Comércio e a fusão foi feita deitando abaixo a parede que dividia os dois bancos, foi extremamente fácil.

O pai do Sr. Pedro Queiroz Pereira, Dr. Manuel Queiroz Pereira, era, praticamente, considerado na família como um irmão do meu avô e dos meus tios-avós e, quando saímos de Portugal, o pai Manuel Queiroz Pereira ajudou-nos muito na reconstrução do Grupo. Faleceu e deixou quatro filhos: o Manuel, o mais velho, faleceu com uma doença grave e ficaram o Sr. Pedro Queiroz Pereira e duas filhas.

O que aconteceu de facto foi que uma primeira filha apareceu-nos um dia desesperada porque já não conseguia entender-se com o irmão, pediu-nos para ver se encontrávamos comprador para as ações dela, Margarida. Assim fizemos. Encontrámos um investidor estrangeiro que, ao fim de algum tempo, por não receber dividendos, resolveu revender. E,

então, houve um fundo de investimento que comprou essa posição da Margarida Queiroz Pereira.

Por outro lado, o Grupo Queiroz Pereira e o Grupo Espírito Santo, juntamente com o Grupo Champallimaud, o Grupo Bulhosa, o Grupo Medeiros de Almeida e o Grupo Mello, tinham sido fundadores do Hotel Ritz, que estava integrado numa sociedade chamada Sodim. A família Espírito Santo era detentora de ações da Sodim e, a partir de uma certa altura, vários membros da família estiveram interessados em vender as suas posições da Sodim. O Grupo foi comprando, ajudando esses membros da família a venderem as posições e reforçando a sua posição na Sodim.

O Sr. Pedro Queiroz Pereira interpretou isso como sendo um ataque do Grupo Espírito Santo ao Grupo Queiroz Pereira e julgo que acabou por criar um problema ao Grupo Espírito Santo, apresentando um *dossier* do qual não conheço nem a bondade nem o perfil, mostrando ao Banco de Portugal uma situação complexa do Grupo. Certamente que o Grupo tinha uma complexidade que era oriunda do seu nível de endividamento, mas que, como sabem, não era exclusivo entre os grupos portugueses o Grupo Espírito Santo estar endividado.

A seguir, aconteceu o mesmo com a segunda irmã. A Maude Queiroz Pereira também quis e encontrou um ambiente muito desagradável na relação com o irmão.

O que lhe posso dizer é que nós nunca quisemos adquirir as empresas do Grupo Queiroz Pereira, o qual, de facto, criou essa situação com o Banco de Portugal, mas eu desconheço completamente a documentação que foi entregue no Banco de Portugal.

Sobre signatários que falam de centralização do poder, devo dizer que esta ideia de centralização do poder está associada àquela outra referência do «dono disto tudo». Enfim, foram ideias artificialmente criadas

para, eventualmente, criar uma situação embaraçosa no que diz respeito à minha pessoa.

A minha posição no Grupo passou a ter uma grande visibilidade à medida que o Banco Espírito Santo se desenvolvia e, de facto, era, no mercado português e internacional, um banco vencedor em vários aspetos.

É claro que, sendo presidente da comissão executiva do Banco Espírito Santo, a minha visibilidade em relação ao mercado passou a ser enorme e isso deve ter enervado alguns membros do Grupo. Procurei sempre discutir todas as matérias com eles e, portanto, não vou agora ferir aquele princípio que estabeleci de estar a criticar a minha família, porque não é esse o meu objetivo aqui. Peço que compreendam e que aceitem a minha posição. Não sou eu que vou atacar os membros da minha família.

Sr. Deputado Pedro Nuno Santos...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para um esclarecimento muito rápido, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — É só para uma interpelação à Mesa para dizer que três das quatro perguntas não foram respondidas e espero que isto fique, pelo menos, registado.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Como assim?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — As minhas perguntas foram muito concretas: volume total de endividamento consolidado da área não financeira a 31 de dezembro de 2013 e qual foi a sua evolução de 2008 a

2013 — isto deve dar um número; total de fluxo para a área não financeira, que só existe por existir a área financeira, no primeiro semestre de 2014 e nos anos que antecedem; e, em relação à questão Pedro Queiroz Pereira, não quero saber a história toda da família. O que eu disse foi que a 28 de junho, Pedro Queiroz Pereira — e não é preciso meter o Banco de Portugal ao barulho — começa a perguntar aos órgãos de gestão da Espírito Santo Control, a pedir-lhes elementos, porque tem dúvidas em relação ao modo como se devem fechar as contas de 2012. Portanto, é estranho que isso não tenha sido do conhecimento das pessoas que ocupam esses mesmos órgãos.

Eram estas as três questões.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Em relação ao endividamento da ES International, o que sei é que aumentou, desde o início da crise até 2014, cerca de 4 biliões de euros. Mas não posso dar-lhe valores precisos porque não os tenho aqui...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Mas pode mandá-los mais tarde?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Posso, claro que posso. Fique descansado sobre esse aspeto.

Em relação à outra questão, sobre os fluxos, também não tenho... Mas não entendi bem a sua questão. Fluxos da área financeira para a área não financeira...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Parece evidente para quem ouviu estes trabalhos e leu a documentação que sistematicamente há valores muito significativos, seja pela via de empréstimos, colocação de produtos

financeiros, veículos ou outros, que entram na área não financeira e que não entrariam se não existisse a área financeira dentro do Grupo.

O que eu queria era uma quantificação destas transferências ao longo do tempo, com especial incidência no primeiro semestre de 2014.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Muito bem, não as tenho aqui comigo, mas vou procurar remeter.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E sobre Pedro Queiroz Pereira...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Peço desculpa.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Em relação a Pedro Queiroz Pereira, julgo que a dúvida que ele tinha e que manifestou à Control era o problema da avaliação. Também julgo que a dúvida foi essa, mas não tenho a certeza.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E que tomou conhecimento no final de junho.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — No final de junho? Não, não tomei conhecimento.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Quem é que tomou conhecimento?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Houve um momento em que o Sr. Pedro Queiroz Pereira levantou questões em relação à avaliação do Grupo. Mas foi antes de junho, não foi no final de junho.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — A nota que nós temos é que a 28 de junho há um primeiro pedido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, compreendo a sua vontade de fazer perguntas, mas ainda há mais Deputados do PSD que irão fazer mais perguntas.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — O Sr. Deputado está a referir-se a 2013, a finais de junho de 2013?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sim, 28 de junho.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — 28 de junho de 2103. Muito bem, mas continuo a achar que é o problema da avaliação. Vou ver esse aspeto. Sobre a centralização do poder, eu não...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Essa parte está resolvida.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Juízo subjetivo...

O Sr. Deputado Pedro Nuno Santos pediu-me para, sobre a Eurofin, aprofundar quando é que as emissões foram emitidas. Não sei exatamente o detalhe, penso que foram no início de 2014 e depois foram sendo arbitradas em função da evolução das taxas de juro, porque houve evoluções bruscas das taxas de juro no mercado português neste ano de 2014, mesmo assim.

Portanto, peço ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos que veja com a nossa área financeira, porque eles são capazes de lhe dar mais detalhes sobre isso.

O que lhes posso garantir é que os resultados que a Eurofin fez foram para reembolsar posições nos tais SPV no banco internacional. É isso que acredito que tenha acontecido...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Era esse o objetivo?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Era exatamente o de proteger os clientes que tinham exposição ao Grupo da área não financeira. Foi solicitado que reembolsassem, e isto em linha com os princípios do Banco de Portugal, ou seja, de defender a imagem do Banco e a confiança no Banco Espírito Santo. Nós procurámos fazer isso até ao fim. Ninguém, nem na administração, nem na família, nem no Grupo, beneficiou do que quer que seja sobre lucros que tenham sido realizados fora. E os lucros foram reinvestidos nas operações da exposição creditícia ao Grupo da área não financeira.

Sr. Deputado, o conceito de adiar soluções em relação ao Banco de Portugal para as tomadas de decisão... Elas podem ter sido adiadas, mas não haja dúvida de que ficou demonstrado, de qualquer forma, que, quando o Grupo saiu do conselho de administração, houve uma aceleração da catástrofe em termos da credibilidade e da queda das ações. Peço-lhe que olhe para o gráfico, está lá bem refletido. E quando a administração do Banco não seguiu as propostas que tinham sido feitas pelos acionistas — e por acionistas, refiro o Grupo Espírito Santo e o Crédit Agricole... Tenho muita pena, mas não posso dizer mais nada. O Grupo Espírito Santo fez os possíveis para completar o seu programa de restauração do equilíbrio

financeiro da área não financeira e não teve oportunidade para isso, pelos constrangimentos que foram criados. E estava convencido de que «levava o barco a bom porto».

Não sei se falhei alguma das suas questões, Sr. Deputado?

Em relação à Sr.^a Deputada Cecília Meireles, sobre a PT, 1,6 biliões aplicados no Grupo... Não estou bem a ver. Sr.^a Deputada, a aplicação que existia da PT na Rioforte, apesar de ser muito dinheiro, não chegava sequer a 1 bilião, eram oitocentos e tal milhões, salvo erro, ou 900 milhões, por aí.

Estavam no conselho de administração da PT dois administradores do BES e, portanto, havia contactos permanentes com a PT. Mas o BES sempre esteve ao lado da PT para a financiar em todos os momentos que a PT necessitou. Ainda há pouco, referi, por exemplo, a aquisição das empresas, no Brasil, de telecomunicações, que deram origem à Vivo.

De qualquer forma, os montantes são consideráveis. Foi uma tristeza o que aconteceu à PT. Devo dizer-lhe que no dia 31 de março, quando entreguei a carta ao Sr. Governador, a terceira carta, referente ao risco sistémico, o único elemento que eu não previ que poderia acontecer foi o que aconteceu com a PT. Felizmente, vejo hoje que continua a haver muitos interessados na PT. Espero, sinceramente, que a PT consiga, com a sua estrutura em Portugal, que brilhantemente desenvolveu. Há vários pretendentes, não sei qual é o que está melhor posicionado, caberá aos acionistas da PT... Julgo que o Novo Banco ainda tem uma posição, no capital, bastante importante e também poderá dar uma opinião sobre a matéria.

A supervisão dos valores mobiliários nos balcões do BES sempre foi muito atenta e posso dizer-lhe que a CMVM sempre esteve a seguir de perto o que se passava em relação às colocações da dívida do GES. Aliás,

foi a CMVM que rompeu e que provocou aquela alteração que obrigou à desconcentração de títulos do mesmo Grupo nos fundos de investimento.

Portanto, o que lhe posso dizer é que, depois de ter saído essa legislação — que acho que era mais gravosa do que a que existia na União Europeia —, o Grupo passou a colocar diretamente as obrigações e o papel comercial através de prospectos que tinham que ser aprovados, naturalmente, pelos supervisores, e as fichas técnicas foram colocadas com as considerações de risco inerentes para os clientes que queriam investir nessas oportunidades.

Sobre a consideração no BCP, ela nasceu do facto de o Banco, ou o Grupo, ter sido acusado de ter contribuído para a destruição do BCP.

No outro dia, ouvi e vi uma entrevista do Eng.º Jardim Gonçalves, que repetiu que achava que o Grupo Espírito Santo — e o Dr. Ricardo Salgado, que agora é o responsável disto tudo! — seria o responsável por essa situação.

Bom, o que é que lhe posso dizer? Tive sempre uma grande consideração pelo Eng.º Jardim Gonçalves, viajávamos muitas vezes juntos para os fóruns, como ele diz, os fóruns bancários internacionais, mas julgo que foram considerações totalmente injustas, porque, de facto, os acionistas que criaram ou que puderam criar alguma dificuldade ao Eng.º Jardim Gonçalves, na administração do BCP, eram clientes do Banco Espírito Santo há muito tempo — o Sr. Berardo e o Bernardo Moniz da Maia —, mas também não tinham uma posição incontornável em relação ao BCP em termos de posição acionista.

Portanto, acho que foi uma coisa descabida, a consideração que foi feita. Eram clientes do Banco, já tinham posições no BCP muito antes de isso acontecer e acredito que o Banco Espírito Santo não anda a financiar problemas nos bancos concorrentes. Nunca fizemos isso, longe de nós tal

ideia. E nunca tivemos interesse, como sabe, em fazer fusões ou aquisições. Aliás, vi no outro dia uma referência do Dr. Stock da Cunha, por quem eu tenho consideração — conheci-o nos tempos da Bolsa de Valores de Lisboa, em que eu era o presidente, eu próprio fiz a privatização da Bolsa de Valores de Lisboa —, ao Novo Banco dizendo que tinha muitas valências e que era um banco muito importante e fazendo um grande elogio às equipas do Banco Espírito Santo. Fiquei muito satisfeito pelas equipas do Banco Espírito Santo e aquilo que tenho recomendado — ninguém ainda sabe avaliar qual vai ser o efeito da resolução, mas só espero que me engane, sinceramente, e que o Novo Banco siga em frente e consiga desenvolver a sua atividade —, as mensagens que tenho passado aos colaboradores do BES, àqueles que me procuram, é que trabalhem muito e bem para que o Novo Banco siga em frente.

Tenho a certeza de que a grande maioria dos gestores de clientes que colocavam o papel comercial do BES explicava aos clientes o risco das colocações — e esse risco estava bem expresso nas fichas técnicas e no prospeto. Portanto, acho que, de uma forma geral, houve um esforço muito grande para que os clientes não fossem prejudicados nesse sentido, por falta de conhecimento.

É evidente que nós próprios fomos ultrapassados por este problema da fatalidade que aconteceu na ES International, mas, repare — e volto a dizer a mesma coisa, Sr.^a Deputada Cecília Meireles —, o objetivo da carta de 10 de dezembro era o de reembolsar 1,5 biliões de papel comercial do BES e até fins de junho já estavam reembolsados um bilião e trezentos e tal... Portanto, houve um grande esforço para eliminar, neutralizar esse risco nas mãos dos clientes. As emissões eram feitas, a colocação, atendendo também ao perfil dos clientes.

Quanto a citações das atas, devo dizer que as atas eram meras... Vamos lá ver: aquilo era uma reunião do conselho superior que teve gravações a partir de uma certa altura e as atas eram meras transcrições das gravações, nem sequer eram outra coisa. Portanto, havia um trabalho muito fraco a esse nível, em termos de redação de ata. Compreende?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só queria saber se o que veio publicado nos jornais é ou não verdadeiro, se corresponde ou não ao que lá se passou.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr.^a Deputada, aquilo eram conselhos que tinham, por vezes, informalidades de mais, certamente, e cuidados a menos em termos de linguagem e passaram cá para fora uma imagem terrível sobre o Grupo.

Portanto, o que posso dizer-lhe é que aquilo não era uma estrutura oficial do Grupo. Mas também revela — e estou consigo — uma fragilidade brutal, enorme, ao nível da *holding* ES International, em termos de organização. E esse foi um erro que nós cometemos. Todos os administradores da ES International participaram nesse erro. A maioria estava mobilizada para a área financeira e, quando veio a crise, estávamos despreparados para encarar essa realidade como devia ser.

Quanto às questões do Sr. Deputado Bruno Dias, efetivamente os acionistas da Portugal Telecom e do Bradesco votavam, normalmente, ao lado da Espírito Santo Financial Group nas assembleias gerais do BES. A Portugal Telecom, na maioria das vezes, fazia-se representar, eventualmente numa ou noutra não se fez representar, mas o Bradesco, que esteve durante muitos anos no conselho do Banco, depois, quando deixou de estar, dava-me procuração para eu os representar — eles tinham uma

holding, em Portugal, chamada Bradeport para as ações do Bradesco que iam às assembleias gerais e, portanto, davam-me procuração para os representar.

Quanto ao conhecimento ou não dos responsáveis brasileiros — julgo que estava a referir-se à Oi/Telemar — em relação às operações da PT, como já referi na minha apresentação, as aplicações da PT na Oi/Telemar estão no prospeto do aumento de capital da Oi/Telemar. Portanto, não havia forma de os acionistas da Oi/Telemar não saberem dessas aplicações no Grupo BES e GES. O mínimo que poderiam fazer era perguntar se, de facto, isso existia ou não. Neste momento, não posso dar-lhe mais detalhes sobre o assunto, mas acredito sinceramente que sabiam das operações.

O que acontece é que a dimensão das aplicações financeiras da Portugal Telecom era sempre muito grande. De facto, a Portugal Telecom tinha aplicações vultuosas desde 2002, como foi referido na minha apresentação. E, já mesmo neste século, houve em muitos anos, no início, em fases intermédias, níveis de aplicação superiores àqueles que tinha hoje. Recordo que a Portugal Telecom fez um grande investimento no Brasil. Antes, fez um grande desinvestimento na Vivo — recebeu grandes quantidades de capital e também teve de reembolsar passivo —, mas, depois, fez grandes investimentos no Brasil, no aumento de capital da Oi/Telemar, através das sociedades dos parceiros brasileiros.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Diga, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quando o meu camarada Bruno Dias coloca a questão é para saber o porquê. Sabemos que votavam sempre com o BES, era escusado dizê-lo. Mas a questão que o meu camarada Bruno Dias colocou é a de saber o que leva o BES a ter a certeza de que a PT e o Bradesco votam sempre com o BES. Não queremos que nos diga que isso acontecia, porque sabemos que isso acontecia. Queremos saber o porquê, queremos saber que elementos é que levavam a crer que era esse o padrão.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Foi uma relação de confiança e de partenariado que se estabeleceu ao longo dos anos. Repare que o BES esteve na PT desde muito antes de aparecer a PT, quando era, pura e simplesmente, Marconi, antes das nacionalizações. Portanto, era uma relação histórica, uma relação de confiança, e assim continuou até agora, até esta situação penosa que estamos aqui a comentar.

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua questionou acerca da Eurofin e da recompra de obrigações por parte do GES e da Espírito Santo Resources. Estas obrigações foram recompradas, salvo erro, aos SPV, dentro daquele programa de que já falei várias vezes. Portanto, quem recebeu os recursos foram os clientes que venderam os títulos que estavam nos SPV e que eram títulos do Grupo da área não financeira e, portanto, em risco para os clientes.

Em relação à consideração de o Dr. Pedro Reis ter ficado indignado, enfim, o Dr. Pedro Reis é um ilustre advogado, não me recordo das considerações que eventualmente tenham sido feitas sobre o Dr. Pedro Reis, mas imagino como é que ele teve conhecimento das considerações feitas no conselho superior. No entanto, acredito que não tenha sido também assim ao ponto de ter ficado completamente esmagado com tais considerações negativas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Enviou-lhe uma carta, Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Exatamente.

Já agora, devo dizer que o Dr. Pedro Reis foi meu advogado num caso pontual, em relação a obras de arte — aliás, a minha mulher é que tinha essas obras de arte —, e ele mandou a carta para a minha mulher e para mim dizendo que queria deixar de ser advogado, o que aconteceu. E cada um continuou a sua vida pelo seu lado.

A Eurofin não fez propriamente parte do GES. Quer dizer, o GES apoiou a Eurofin no lançamento e teve uma participação através da Espírito Santo Resources, salvo erro, de 20%. Não sei exatamente quando é que deixou de ter essa participação, mas a Eurofin sempre teve uma vida muito independente do GES e sempre trabalhou no mercado, como já referi aqui várias vezes, com muitas entidades que nada têm a ver connosco.

Em relação à KPMG e à Pricewaterhouse, a KPMG sucedeu exatamente à Pricewaterhouse no BES. Nós tivemos a Pricewaterhouse cerca de 10 anos, quando voltámos para Portugal. Depois, houve uma decisão mútua, de comum acordo, em que deveríamos não renovar o contrato com a Pricewaterhouse. Então, fez-se um concurso e os nossos auditores, do Banco e da ESFG, analisaram propostas de vários auditores, e quem ganhou o concurso foi a KPMG. Aliás, o auditor que analisou mais a fundo esta matéria era o *partner* da Pricewaterhouse que veio trabalhar connosco, o Dr. José Pena, uma grande figura da auditoria que há de vir a esta Casa dar-lhes, também, as explicações que entenderem. Foi ele que conduziu a negociação com a KPMG para passar a ser nossa auditora e esteve na auditoria do BES durante muitos anos — não digo 10 anos, pois,

como nós estamos aqui há 22 anos, deve ter sido 12 anos, uma vez que 10 anos esteve a Pricewaterhouse.

A KPMG foi, de facto, para Angola, mas já tinha outros clientes em Angola. E julgo até, se não estou enganado, que a KPMG trabalhava também para o BNA. Portanto, acredito que o Dr. Sikander Sattar já tinha um leque de consideráveis potenciais clientes em Angola, certamente pelo prestígio da KPMG no mercado angolano, e com outras empresas.

Quanto a quem auditava o BESA, sempre foi a KPMG. E a razão é simples: é que, normalmente, quando há um grupo financeiro consolidado e supervisionado, convém que em todas as empresas subsidiárias seja o mesmo auditor. Portanto, a KPMG foi sempre o auditor do Grupo BES, também em Angola.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas do BESA só a partir de 2011. Portanto, antes de 2011, não havia auditoria? Como houve mudanças na legislação, provavelmente a auditoria externa nem era obrigatória, não sei.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não, não. Se o Dr. Sikander disse isso, estou surpreso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse que foi só a partir de 2011.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não, não. Acho que começou antes.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — É a partir de 2011 que depende da KPMG Portugal!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Ah, então, se calhar... O Sr. Deputado fez muito bem em referir esse aspeto. É que, antes, era autónoma e depois passou a depender da KPMG Portugal, passou a reportar a Portugal. Agora, estou a recordar-me exatamente disso. Julgo que, pelo peso que a KPMG Portugal adquiriu, passou também a supervisionar a KPMG Angola. Deve ter sido isso mesmo.

Quanto à sua última questão, Sr.^a Deputada, efetivamente, julgo que foi em abril, depois da carta de 31 de março, que foi acordado que, a seguir ao aumento de capital, haveria a mudança da governação e que a família deveria sair. E foi chamada ao Banco de Portugal, a partir de uma certa altura, pelo Sr. Governador para exprimir isso mesmo. E a família saiu do Banco Espírito Santo, teoricamente para ir para um conselho estratégico, que nunca existiu.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar a um novo conjunto de perguntas. Faço apelo à vossa capacidade de síntese.

Tem, desde já, a palavra o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Ricardo Salgado, em primeiro lugar, gostava que soubesse que, na minha opinião, não será com certeza o único responsável no BES pelo colapso do Grupo. Ninguém faz isto tudo sozinho, nem ninguém é responsável por tudo sozinho.

Agora, aquilo em que não acredito é que o Sr. Doutor não tivesse conhecimento dos problemas nas contas do BES. É muito complicado para nós acreditarmos que Machado da Cruz seja o único responsável por esconder as contas. É que parece demasiado óbvio que, nestas funções,

Machado da Cruz seja o bode expiatório útil para assumir todas as responsabilidades e ilibar toda a gente do conhecimento deste problema nas contas desde 2008. Não deixa de ser curioso que o Dr. Machado da Cruz se contradiz, precisamente momentos antes de desaparecer. Portanto, ele disse que o Sr. Doutor tinha conhecimento do buraco desde 2008 e, depois, afinal, faz declarações a dizer que não seria bem assim. E, entretanto, desaparece e esta Comissão não consegue encontrá-lo. Portanto, não deixa de ser complicado.

Mas, a ouvir o Dr. Ricardo Salgado durante todo este dia, ficamos convencidos de que a culpa de tudo o que se passou é... Esta narrativa faz lembrar alguém, mas esta narrativa, no fundo, responsabiliza a crise, o Dr. Machado da Cruz e o Banco de Portugal. E, como dizia a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, de facto, o BES parece ser a vítima disto tudo.

O Dr. Ricardo Salgado reclamava há pouco, e parecia-me com alguma sensatez, que o Banco de Portugal lhe deu pouco tempo para resolver o problema do BES. Mas, à partida, já saberia dele desde 2008. Por isso, quanto mais tempo seria necessário para resolver o problema?

Deixo-lhe outra questão. Já foi aqui dito — e, aliás, até já foi requerido por esta Comissão — que haveria um relatório da PwC, quando sai do BES, em 2002, e que, afinal, não teria saído de mútuo acordo mas, sim, porque o risco associado ao Grupo era muito grande e era demasiado arriscado para a empresa continuar a auditar aquelas contas e que terá reportado ao Banco de Portugal e à CMVM, com uma carta, algumas irregularidades, desde então.

Sobre Álvaro Sobrinho, pergunto-lhe se considera que confiou demasiado nele, ao longo dos anos e que houve alguma conivência do Banco Nacional de Angola com Álvaro Sobrinho. Por que é que surge este aval do Presidente da República de Angola? Há mais alguma coisa que não

sabemos? Este dinheiro, que desapareceu pela mão de Álvaro Sobrinho, onde é que está? Terá servido para fazer algumas aquisições em Portugal?

O BES foi, durante muitos anos, talvez dos bancos portugueses mais reputados internacionalmente, com uma qualidade e uma dimensão na gestão e na experiência que poucos podiam almejar ou sequer igualar. A reputação permitiu fazer aumentos de capital, permitiu continuar a ter parceiros. Pergunto: o que é que mudou? Foi o Governador que mudou as suas posições? Foi o Primeiro-Ministro que mudou? Ou, então, se estava assim tudo bem com o BES e com o Grupo, como é que se explica que existam oito processos a decorrer em oito países, com várias investigações diferentes, sobre supostas práticas que o Banco terá levado a cabo nesses países?

Termino pondo mais uma questão relativamente à idoneidade. Pergunto-lhe quantos processos de perdão de dívida fiscal o Sr. Doutor utilizou e, a ser mais do que um, pergunto se isto não conforma uma conduta irregular para alguém que precisa de idoneidade para gerir um banco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de terminar. Já vai em 4 minutos.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Não quero recomendar mais livros, como já fez o meu colega Carlos Abreu Amorim, mas, ao que parece, se calhar ler apenas o código de conduta do BES já seria bastante útil.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, Dr. Ricardo Salgado, compreendo que na sua exposição inicial tenha pretendido defender a ideia de uma idoneidade sem mácula, com o problema, porém, de que a sua exposição não tem a virtualidade de se sobrepor à realidade.

Desde logo, confronto-o com a circunstância de, a 7 de novembro de 2013, nos termos coloquiais já referidos pelo Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, ter referido que uma parte de uma comissão de 15 milhões teve de ser entregue a alguém, em determinada data.

Ora, os administradores da Escom eram seus empregados, o GES era o sócio maioritário da Escom. Os administradores da Escom já vieram a uma comissão de inquérito, neste Parlamento, referir — entregaram, inclusive, um comunicado alusivo à matéria — que sempre atuaram dentro do mandato conferido pelos acionistas, o mesmo é dizer, dentro do mandato que o Dr. Ricardo Salgado lhes conferiu, porque era, obviamente, o cabeça do grupo maioritário acionista.

Quando admite que uma parte tem de ser entregue a determinada pessoa em determinada data, está a inculcar a ideia de acobertar pagamentos ilícitos, porque, se fossem pagamentos lícitos, o Sr. Doutor dir-me-ia a quem foram pagos, em que data e quais os montantes.

Portanto, dou-lhe oportunidade de referir a quem foram pagos os montantes das comissões da Escom e, relativamente a essas matérias, pergunto se considera que este comportamento é idóneo para um banqueiro.

A 9 de dezembro, com a coloquialidade com que não o vou confrontar, referiu que a Eurofin tinha 5% das ações da Financial que «não podemos mostrar». Ou seja, inculca a ideia de que estava, nesse momento, conscientemente, a defraudar os reguladores e a lei, que impunham que,

descoberta ou assumida essa participação, teria de lançar uma OPA, o que, manifestamente, não fez.

Pergunto-lhe se confirma essa declaração, se confirma essa realidade e, fazendo-o, se se trata de um comportamento idóneo para um banqueiro.

Finalmente, o Sr. Doutor quis fazer passar a tese de que o mais experiente banqueiro português, com 22 anos de gestão à frente do BES e 40 anos de gestor bancário, como referiu, acabou por ser enganado em 2008, em 2009, em 2010, em 2011, em 2012 e em 2013 por um mero contabilista. Esse contabilista já referiu que atuou sob as suas instruções. O Sr. Doutor teve já oportunidade de negar essa afirmação e, portanto, está nessa posição. Sucede que não é o único. Compreendo que não queira tecer considerações sobre a família — e eu não vou pedir que o faça —, mas faço uma pergunta muito direta sobre um facto: o Dr. José Maria Ricciardi, a 27 de maio de 2014, escreve ao Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal afirmando: «As contas e os movimentos financeiros da Espírito Santo International eram tratados em núcleo restrito, sob a direção do Dr. Ricardo Salgado e a participação de Francisco Machado da Cruz». Esta afirmação é verdadeira ou nega-a?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, antes de começar a descontar o tempo, pedia-lhe que tomássemos nota de três questões que há pouco coloquei e que não ficaram respondidas, a saber, sobre os ativos imobiliários de Angola, se foi ou não realizada a reunião com Pinho para o aconselhar a aceitar o cargo de Ministro da Economia e se tem alguma notícia sobre com que capitais foi constituída a provisão da dívida de Angola.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Pode repetir a última pergunta.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se sabe como foi constituída a provisão da dívida de Angola. Sabemos que está dentro do Novo Banco, mas não sabemos com que capitais foi constituída. Há quem diga que foi com capitais do fundo de resolução, há quem diga que foi com o capital remanescente do banco mau... Enfim, não conseguimos detetar exatamente como é que ela foi constituída.

Não gostaria de lhes chamar alertas porque parece que há uma vontade de facto e nós não queremos que isso seja verdade, mas, sobre os avisos feitos por Pedro Queiroz Pereira e por José Maria Ricciardi junto do Banco de Portugal e no protocolo que lhe enviaram a si há cerca de um ano, pergunto: o que é que se alterou para que tanto um como outro vacilassem e, inclusivamente, um deles retirasse todas as queixas movidas contra a administração e Ricciardi viesse a dizer que, desde que fossem satisfeitas as suas condições, não contaria nada? Quais foram as contrapartidas quer de um quer de outro, ou dos grupos correspondentes?

Disse-nos há pouco que os conglomerados mistos comportam uma dimensão que certamente originará medidas. Gostava de lhe perguntar se este tipo de operações de exposição excessiva das áreas financeiras às áreas não financeiras está na natureza do conglomerado misto, se não é possível fazer a gestão do conglomerado misto e, ao mesmo tempo, assegurar uma supervisão eficaz. É porque nos parece que, de facto, é impossível. O Banco de Portugal diz que não consegue fiscalizar conglomerados mistos, a CMVM não tem meios suficientes para, com o Banco de Portugal, o fazer... Enfim, era uma consideração porque me pareceu que há pouco se referiu a isso.

Sobre a dívida, explique-nos como é que um banco, como é que um grupo que se financia a custos tão simpáticos, ao longo da maior parte da sua história e da sua vivência, consegue alimentar uma dívida que chega aos 8000 milhões de euros no GES. Como é que isto é possível e como é que consegue fazer circular essa dívida para dentro do BES, porque não foi só através da Eurofin.

Já agora, quando se refere ao «jeitão» que a Eurofin deu, não está, certamente, só a referir-se às últimas operações. Gostaria que nos explicasse a que é que se referia quando disse, num determinado contexto, o seguinte: «o Sr. Cadosch tem-nos dado um jeitoão» e que «jeitão» foi esse que o Sr. Cadosch vos foi dando ao longo do tempo para poder fazer aqueles esquemas circulares de financiamento.

Termino fazendo uma última pergunta, Sr. Presidente.

Aquilo que vamos percebendo, apesar de ser certamente uma opinião diferente da sua, é que o Banco de Portugal cedeu de mais, foi um seu conselheiro, em vez de ser supervisor. Mas o Sr. Doutor diz-nos exatamente o contrário, que o Banco de Portugal não cedeu o suficiente e, portanto, foram confrontados com uma situação em que não conseguiram ter outra solução, porque o Banco de Portugal não cedeu o tempo suficiente.

Na opinião do PCP, cedeu de demais e, na sua opinião, cedeu de menos. É perfeitamente compreensível a diferença.

Quando diz que o Banco foi forçado a desaparecer e nos remete para a obrigação de constituição de uma provisão que prevê que 100% das obrigações a longo prazo tenham de ser provisionadas e que isso foi contestado por outros membros da administração, pergunto: considera que o Banco foi forçado a desaparecer por maldade, por teimosia do Banco de Portugal? O que é que o Banco de Portugal está a salvaguardar? Quem

exatamente? Que tomadores de obrigações estão a ser salvaguardados com esta imposição de provisionar a 100% as obrigações, independentemente do que possamos considerar sobre essa decisão? Quem é que julga que está a ser defendido pelo Banco de Portugal com esta provisão? A não ser que o Banco de Portugal tenha uma maldade intrínseca e quisesse ter rebentado com o BES, o que não nos parece pelo historial do Banco de Portugal, porque tentou aguentar o BES, ao que parece, tempo de mais, mesmo já sabendo que o Banco estava falido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Dr. Ricardo Salgado, nas últimas semanas como CEO do BES foram dadas instruções concretas a gestores de conta para venderem todos os ativos que faziam parte do portefólio das carteiras discricionárias dos clientes do BES e comprarem apenas um ativo.

Considerando que este tipo de serviço tem por base uma relação de confiança em que os clientes são detalhadamente informados sobre o tipo de carteira e os mercados e que há uma diversificação da carteira e do risco em função do perfil do cliente, e uma vez que sabemos também que o Dr. Ricardo Salgado era conhecido junto dos seus funcionários por ser extremamente bem informado, questionando os seus colaboradores sobre todo o tipo de créditos e operações que o Banco realizava, gostaria que nos respondesse a quatro ou cinco perguntas muito concretas.

Que ativo era esse? Quem é que deu essa instrução? Quem é que estava a par dessa instrução? Por que é que foi dada essa instrução? Não considera que este ato de gestão é, no mínimo, questionável, na medida em que vai contra a diversificação de ativos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Ricardo Salgado, gostaria de colocar quatro questões muito simples e de forma muito breve, que se prendem com o conflito acionista com o Grupo Pedro Queiroz Pereira.

Primeira: é verdade ou não que o Sr. Governador do Banco de Portugal, no verão de 2013, tê-lo-á avisado ou aconselhado de que era necessário chegar a um acordo com o Dr. Pedro Queiroz Pereira?

Segunda: é verdade que o GES pagou um bónus — repito, um bónus — de 5 milhões de euros à Maude Queiroz Pereira, irmã de Pedro Queiroz Pereira, com o objetivo de facilitar o término desse conflito, dessa guerra acionista?

Terceira: é ou não verdade que esse facto e esse pagamento causou desconforto, e até discordância, a alguns membros do conselho superior da família Espírito Santo?

Quarta e última questão: é verdade que esse montante adicional de 5 milhões de euros deveria ter sido dividido com o Dr. Pedro Queiroz Pereira mas que este, depois, não terá honrado esse compromisso?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Ricardo Salgado, mais um conjunto de questões. É o último.

Tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Sr. Presidente, muito obrigado.

Meus Senhores, vou, então, procurar responder às diferentes questões.

Sr. Deputado Duarte Marques, em relação ao assunto do problema das contas do BES, devo dizer que as contas são, efetivamente, da ESI, não são do BES. O Machado da Cruz era o responsável pelas contas. Já tive oportunidade de lhes referir que o Dr. Machado da Cruz não era só o responsável pelas contas da ESI. O Dr. Machado da Cruz estava no conselho da Rioforte e passava uma grande parte do tempo nos Estados Unidos, tinha uma licença de residência nos Estados Unidos, um *green card*, tratava da gestão imobiliária nos Estados Unidos, na Flórida, e, portanto, não lhe sei explicar as razões do que aconteceu.

Em termos de factos concretos, há uma conversa do Machado da Cruz com juristas no Luxemburgo num determinado momento e, no momento a seguir, há uma comissão de auditoria da ESFG, imposta pela KPMG do Luxemburgo, que chama o Dr. Francisco Machado da Cruz, parece-me que por duas vezes, para prestar declarações sobre o assunto e o que o Dr. Machado da Cruz diz é que assume a total responsabilidade da situação. Parece-me, sinceramente, que o Dr. Machado da Cruz fez isso pensando que estava a ajudar o Grupo. O Dr. Machado da Cruz foi sempre um elemento considerado dentro do Grupo. Infelizmente, a situação saiu completamente descontrolada e foi uma surpresa para nós todos.

São os factos e é o que lhe posso transmitir. Tenho a consciência de nunca ter dado instruções para esconder o registo de passivos na ESI.

Quanto à crise, que refere, no BES e também a alguns comentários que, salvo erro, a Pricewaterhouse terá feito em 2001, peço-lhe que remeta esta questão, se não leva a mal, para o Dr. José Pena, que era o *partner* da Pricewaterhouse em Portugal e que tratou da substituição do auditor da Pricewaterhouse para a KPMG.

Houve um acordo que foi assinado pelas partes — o Dr. José Pena deve ter esse acordo na sua posse — que mostra que, quer a Pricewaterhouse, quer a ESFG, estavam de acordo em pôr termo à sua relação de largos anos. Aliás, posso dizer-lhe que houve outros elementos da Pricewaterhouse que, felizmente, vieram trabalhar para o Grupo e que foram extremamente valiosos, e foi até há relativamente pouco tempo. Um dos elementos foi o Dr. João Martins Pereira e o outro foi a Dr.^a Isabel Almeida, que também veio da Pricewaterhouse e é um elemento de grande, grande valor no DFME, como já referi.

Em relação ao Machado Cruz ter desaparecido, para mim é uma surpresa. O Dr. Machado Cruz vivia uma parte do tempo na Suíça, outra parte nos Estados Unidos. Não sei, julgo que também tem vindo a Portugal, mas eu não o tenho visto. Francamente, não sei onde está o Dr. Machado da Cruz. Não fui eu que o convidei a desaparecer, certamente. E é muito provável que ele venha cá no momento oportuno.

Em relação a uma eventual conivência do BNA com o Álvaro Sobrinho, não posso acreditar nisso. Posso dizer-lhe que estive com o Sr. Governador do BNA, em Angola, em 20 de outubro, na altura de completarmos a assembleia geral do BESA. Começou, portanto, no dia 3 e a segunda parte foi em Angola.

O Sr. Governador do BNA, Dr. Massano, que é uma pessoa que eu respeito muito, disse-me que, de facto, tinha havido uma situação, descoberta pelo BNA no BESA, inacreditável. É isso que lhe posso dizer. Não lhe posso dar elementos novos porque desconheço, mas o que lhe posso dizer é que a nossa equipa que foi para a Angola — chefiada pelo Dr. Rui Guerra, Dr. Pedro Cruchinho e Dr. João Baptista —, é que detetou a situação e que a trouxe «às claras» para as assembleias gerais, com a presença do novo Presidente do conselho de administração, o General

Kassoma, grande figura de Angola. Mas não lhe posso responder porque não sei o que é que aconteceu, de facto.

O que é que mudou? O Sr. Governador mudou? O Sr. Primeiro-Ministro? Também não lhe sei explicar. O que eu sei é que me parece que foi um erro a destruição do BES e, portanto, a resolução. Veremos, lá mais para a frente, o que é que aconteceu. Acredito que os senhores estejam progressivamente a adquirir elementos para fazerem o vosso juízo sobre o que veio a acontecer. Foi com imensa pena minha o que aconteceu. Tínhamos uma equipa de primeiríssima ordem no Banco Espírito Santo, e ainda temos, felizmente, porque uma grande parte das pessoas continuou. Apesar de algumas terem sido solicitadas pelos bancos concorrentes, a maior parte das pessoas continuou e o Novo Banco tem condições para singrar.

Veja bem a dificuldade de substituir uma marca que tem 145 anos — desculpe-me o termo — por uma marca branca e com um símbolo inicial, que depois foi ajustado, efêmero. Ainda por cima, com permanentes insistências, quer do Banco de Portugal, quer do Governo, para a necessidade de ter de se vender depressa o Novo Banco. O senhor acredita que algum cliente sinta confiança nestas circunstâncias? Acho que é muito difícil.

Dos 10 biliões que saíram, o Dr. Stock da Cunha referiu, no outro dia, que já conseguiu recuperar 2 biliões. Acho formidável que ele tenha feito isso, mas, em todo o caso, é muito insuficiente em relação às necessidades para resolver os problemas com o Banco Central Europeu e, simultaneamente, continuar a dinamizar o crédito, que é fundamental para as empresas.

O BES foi afetado pelo efeito sistémico. Recordo que a ESFG tinha um banco no Dubai, outro no Panamá e outro na Suíça. Portanto, os

processos que estão a acontecer vêm fundamentalmente dessas origens, dessas situações. Não os contei, mas refere que são oito...

Julgo que há uma investigação a decorrer nos Estados Unidos em relação ao Banco na Florida, mas devo dizer que esse banco era pequeno, extremamente líquido, extremamente bem gerido, por isso não vejo problemas para haver preocupações de maior. Mas pode ter havido qualquer problema que tivesse dado origem a uma investigação.

Quanto aos outros, foram o reflexo do colapso do Grupo em Portugal, com efeito sistémico, considerando que a supervisão era em base consolidada da ESFG e as instituições financeiras que colapsaram fora estavam sob a supervisão em base consolidada também do Banco de Portugal, mas não foram objeto da proteção pela provisão dos 700 milhões.

Posso dizer-lhe que houve pressões da FINMA, ou seja, da supervisão bancária suíça, porque não perceberam por que é que foi dada uma garantia aos clientes de retalho portugueses e aos clientes que tinham dívida em Portugal e não foi dada uma garantia aos clientes que estavam na Suíça. Havia muitos clientes internacionais, mas também havia muitos clientes portugueses. Também assistimos ao facto de haver muitos clientes, por exemplo do Norte do País, que tinham contas na Suíça.

Devo dizer que o Banque Privée tinha feito um trabalho formidável no sentido da regularização fiscal da clientela portuguesa. Acredito que entre 70 a 80% dos clientes já tinham as suas situações fiscais regularizadas e, infelizmente, também foram sacrificados por esta situação.

Sr. Deputado, não lhe posso dizer mais nada, a não ser que, se, de facto, o Banco de Portugal considerava que eu não tinha idoneidade, devia ter-me dito e eu tinha saído na hora.

Repare que o Banco continuou a singrar. Apesar de todas as dificuldades, fez-se um aumento de capital absolutamente único, em

condições difícilimas, e foi subscrito em 180%. Esse mérito não se deve, necessariamente, à minha presença, mas à presença do Grupo Espírito Santo no conselho do Banco Espírito Santo. O tempo o dirá e a história tratará de trazer à clareza essas situações.

Em relação ao RERT, vivi 18 anos fora e fiz três RERT. Nunca escondi isso, já o disse mais do que uma vez. Só lhes peço que entendam uma coisa: quem aprovou os RERT foi o Parlamento português.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Bem lembrado!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Os RERT consistiram num sistema de regularização fiscal, aprovado pelo Estado português. Não foi invenção do Estado português, foi invenção de outros países. Eu vivi na Suíça e assisti à aplicação de vários RERT em Itália, em Espanha, em França não tenho a certeza e em Portugal também se começaram a aplicar.

Quando vim para Portugal, já tinha capitais acumulados no exterior e tive de fazer os RERT para ter a situação regularizada. Posso dizer-lhe que nunca deixei de ter a minha situação fiscal completamente regularizada e, desculpe-me a presunção, acredito ter sido dos portugueses que mais pagou impostos, desde que voltei para Portugal, ou seja, desde 1992 até agora. E os senhores dirão: «Mas teve ganhos que lhe permitiram fazer isso». Mas tive sempre os meus impostos em ordem.

Diz o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão que a comissão de 5 milhões foi entregue a alguém. O que está escrito nas transcrições é que os 5 milhões tinham sido entregues aos acionistas do Grupo Espírito Santo...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — 15 milhões!

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — 15 milhões...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Ó Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, já lhe disse que a organização da Escom tem uma estrutura que foi, julgo eu, completamente transparente perante o Ministério Público em relação às despesas que fez. Mas eu não sei, não faço parte do conselho da Escom. A minha vida era no Banco, fundamentalmente no Banco e nas instituições financeiras no exterior. Não sei para onde foi esse dinheiro.

Posso dizer que houve uma parte... De facto, os acionistas do conselho superior receberam mais do que 1 milhão cada um, como estava referido. Também não posso dizer-lhe, de cabeça, quanto foi, mas está tudo no Ministério Público. Está lá uma ata da reunião do conselho superior a tornar isso completamente transparente.

Quanto à Eurofin — o assunto que o Sr. Deputado fez o favor de levantar —, que tinha 5% de capital da ESFG, gostava que entendessem o seguinte: o Grupo Espírito Santo, felizmente, nunca necessitou de colocar ações quer dos aumentos de capital que realizou no BES — e este caso último é paradigmático... Houve 180% de subscrições em veículos para poderem contar como capital?! Nunca! As ações foram sempre colocadíssimas em excesso e com volumes de subscrições superiores.

No caso da Financial, não teve o brilhantismo do Banco Espírito Santo, principalmente a partir do momento em que as ações do Banco Espírito Santo passaram a ser consideradas no mercado português como *blue chips*.

Relembro-lhe que a ESFG tinha cerca de 49% do capital, neste caso a Espírito Santo Irmãos, e os 51% estavam disseminados por vários investidores, incluindo investidores institucionais. Recordo-me de o fundo do Estado de New Jersey ter acumulado até 3% do capital da ESFG.

Havia centenas e centenas, eu não tenho aqui a relação dos acionistas, mas o capital da ESFG estava bastante pulverizado. Portanto, não me admira que a Eurofin tivesse adquirido, para os seus fundos, ações da ESFG. Agora, o que eu quis dizer, eventualmente, pela gravação — e volto a referir que as liberalidades de linguagem podem permitir interpretações diferentes... Não foi por isso que foi um «jeitão» ou que «não se pode misturar», foi, pura e simplesmente...

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Mostrar.

O Sr. Dr. Ricardo Salgado: — Ou mostrar. Mas nós não tínhamos nada que mostrar. A Eurofin é uma empresa independente. Portanto, há aí qualquer confusão. Eu também não me revejo totalmente nas transcrições, já vi transcrições alteradas. Não me recordo exatamente do que disse, mas não estávamos a esconder ações da Financial, através da Eurofin. As ações da Financial estavam colocadas, tanto quanto sei, em fundos da Eurofin. A Eurofin geria fundos substanciais de clientes.

Diz o Sr. Deputado que já fiz uma referência que não ia atacar a minha família, mas que, pelos vistos, há membros da minha família que não estavam de acordo comigo e que, portanto, denunciavam determinadas situações ao Banco de Portugal. Pois bem, vou continuar na minha posição: estou a trabalhar para defender a dignidade e a honra da minha família, não vou atacar ninguém.

Agora, o Dr. Ricciardi teve um comportamento, de facto, no mínimo, muito curioso em relação àquilo que deveria, quanto a mim, ter tido e, certamente, se fez alguma denúncia ao Banco de Portugal, é capaz de ter tido alguma contrapartida por isso. Não sei qual, não quero fazer suposições, mas acho curioso que isso tenha acontecido.

Sr. Deputado Miguel Tiago, tenho aqui uma coleção de questões importantes.

Em relação aos ativos imobiliários em Angola, nós, primeiro, através da Escom, tivemos um desenvolvimento grande no sector imobiliário em Angola.

Quando em 2010, a Escom foi «alienada», porque só foi pago o sinal já em 2011, o Grupo, que tinha equipas do sector imobiliário em Angola, continuou a desenvolver projetos imobiliários em Angola. Havia vários projetos em andamento e projetos em conclusão. Posso referir um específico que estava com a Opway, que era o edifício, salvo erro, Kaluanda, que precisava de ser terminado e que, finalmente, foi terminado e parece-me que teve bastante sucesso. Mas havia vários projetos que podiam ter tido continuidade e que não tiveram pelo facto de o Grupo ter colapsado. É isto que lhe posso dizer.

A Escom, depois, em liquidação dos passivos que tinha no BESA, entregou património imobiliário e liquidou essas operações. Foi uma pena! Havia, de facto, um bom potencial para desenvolver no sector imobiliário, em Angola.

Em relação ao Dr. Manuel Pinho, que é uma pessoa que eu considero, um homem muito inteligente, que prestou grandes serviços ao Banco Espírito Santo no tempo em que esteve no Banco, bom financeiro e que foi convidado, julgo eu, pelo Partido Socialista — foi aquilo que ele me disse —, por ilustres membros do Partido Socialista, pode crer e ter a

certeza de que eu não contribuí absolutamente com nada para que ele fosse para o Governo. O Dr. Manuel Pinho resolveu ter uma opção política e julgo que, como Ministro da Economia, teve coisas muito positivas. Enfim, há pessoas que discordam... Eu considero que o Dr. Manuel Pinho é um homem muito inteligente — aliás, leciona nos Estados Unidos e, volta não volta, vem a Portugal, mas não tenho estado com ele. Mas eu não contribuí absolutamente com nada para que ele fosse para o Governo.

Quanto à provisão em relação à dívida do BESA ao BES, bom, vamos lá ver: essa questão, ainda hoje, ribomba e é merecedora... Eu quando andava no Quelhas, no ISEG, tinha um professor de Matemática que dizia: «Faz mister de mais funda presa». Queria ele dizer que era preciso ir mais a fundo para se perceber, efetivamente, o que é que tinha acontecido.

Pois bem, vamos ver: o BESA tinha a garantia soberana do Governo de Angola e tinha um crédito do BES: 3,3 biliões, salvo erro, na altura em que eu saí. E esse crédito era seguido pela área internacional com toda a atenção, enfim, estávamos permanentemente atentos a esse aspeto.

Quando há a resolução, veja bem, as ações do BESA e a participação do capital do BESA são colocadas no banco mau. Por isso, não me espanta que a garantia do Sr. Presidente da República de Angola tenha caído, pelas razões de que já falámos aqui abundantemente hoje.

Agora, o que é que passou para o banco bom? Foi o crédito sobre o BESA. Aquilo que acredito que tenha acontecido — e, como há pouco referi, o BES tinha um capital remanescente de 3,7 biliões — é que tenha sido utilizado esse capital, às custas dos acionistas do BES, para provisionar o crédito sobre o BESA. Acredito que foi isso que aconteceu, mas não tenho a certeza.

No entanto, ouvi afirmações do Sr. Governador, que teve oportunidade de referir, primeiro, que a garantia não tinha qualquer problema no dia 18 de julho e depois, a partir de uma certa altura, que estava à espera de não ter nenhum risco em relação ao BESA, talvez, eventualmente, um *upside*.

Ora, a garantia não devia ter caído, por razões que já todos entendemos, e, se a garantia não caísse, o crédito do BES ao BESA estava assegurado, pelo menos, em termos de apoio de liquidez.

Portanto, como é utilizado esse capital para fazer uma provisão... Eu compreendo, como os senhores compreendem, a posição dos angolanos: já não temos garantia e o banco sucessor do Banco Espírito Santo provisiona a 100% o crédito sobre o BESA... Eles propuseram pagar 20% e o Banco não ficou encantado! Acha que foi uma boa negociação?!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Péssima.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Pronto! Sr. Deputado, eu não digo mais nada, as palavras são suas.

Contrapartidas do Grupo Queiroz Pereira e do Sr. José Maria Ricciardi: não houve contrapartidas nenhuma.

O José Maria Ricciardi esteve no conselho de administração em vias de ser demitido. O conselho de administração estava disposto a isso e os nossos parceiros franceses também. Mas, no sentido — sempre — de procurar manter a unidade da família, houve uma reunião, na Rua de São Bernardo, com o Sr. Presidente da ESI, que pediu calma para se encontrar uma solução. E a solução foi encontrada e o Dr. José Maria Ricciardi continuou no BES.

Fez uma ameaça, que iria eventualmente, se saísse do Banco, falar não sei de quê, pois já estava tudo falado, porque estava tudo na imprensa o que havia para falar. Mas, como vê, parece que não se coibiu de continuar a mandar cartas para o Banco de Portugal.

É isso que posso dizer-lhe. Lastimo o que aconteceu, mas não posso dizer-lhe mais nada.

Em relação ao Sr. Queiroz Pereira e à irmã do Sr. Queiroz Pereira, a negociação foi feita pelo Banco de Investimento. O Dr. Francisco Cary, com a colaboração do Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo, banqueiro no Brasil, falaram com o Dr. Queiroz Pereira sobre as condições.

A D.^a Maude Queiroz Pereira fazia exigências de ter um complemento da transação que veio a ser acordada. Esse complemento ainda foi conversado, mas acabou por não ser executado, porque, entretanto, aconteceu o colapso do Grupo.

Portanto, o Sr. Queiroz Pereira, obviamente, acabou por não desembolsar nada e o Grupo Espírito Santo também não desembolsou nada, porque acabou por não poder desembolsar mais nada.

Sobre os conglomerados mistos, dou-lhe os parabéns, Sr. Deputado, pois colocou, de facto, algumas questões que são essenciais para podermos dar a nossa opinião.

Pela minha experiência no sector bancário e pelo facto de os grandes bancos considerados sistémicos terem passado para a União Bancária Europeia, hoje acredito, sinceramente, que é impossível que haja continuidade nos conglomerados mistos. Será extremamente difícil que as supervisões bancárias europeias e outras de nível internacional possam aceitar este tipo de estrutura.

O senhor diria, e dirá, provavelmente: «Então, foi um erro os senhores manterem esta estrutura até esta altura». O que posso dizer-lhe é

que conglomerado misto do Grupo Espírito Santo durou 145 anos e, se não fosse esta crise, provavelmente, tinha continuado.

Não acredito — e, aí, estou consigo — que isto pudesse perdurar no futuro e, portanto, a área não financeira, através da colocação do capital da Rioforte no mercado, teria de ser completamente autonomizada para se tornar independente do sector financeiro.

Portanto, acho muito difícil que o conceito de conglomerado misto, *stricto sensu* como estava, possa perdurar no futuro, atendendo às exigências da supervisão bancária europeia.

A dívida de 8 biliões de euros do Grupo é elevada, claro, mas começámos a atacá-la e estávamos a conseguir. Só que não houve tempo, em sete meses, de resolver este programa.

Recordando apenas aquilo que disse em relação à troica, mais uma vez, peço desculpa e não se sintam ofendidos por eu ter comparado a troica com o Banco de Portugal e o País com o Grupo Espírito Santo. Não é nada disso, o modelo é que era inexequível. Aliás, a questão poderia ter sido resolvida, poderia ter-nos sido dado tempo para, pelo menos, recapitalizar a área não financeira e colocá-la no mercado.

Repare que já tivemos um caso de grande sucesso, o do Espírito Santo Saúde, e poderá haver outros. Sei que, por exemplo, tem havido a manifestação de interessados na Opway e que os próprios gestores estão interessados em fazer um chamado *management buyout*, ou seja, eles próprios poderem adquirir a empresa, mas há outros grupos interessados. Há ainda a área dos hotéis, enfim, *n* coisas que ainda poderão acontecer, só que já não será a tempo de ajudar a resolver os problemas do Grupo, infelizmente.

Em relação ao Cadosch e ao «jeitão», o que lhe posso dizer é que considero que a Eurofin se tornou, ao longo dos anos, independente do Grupo. Houve, no entanto, alguns casos pontuais em que deu uma boa

ajuda, porque a Eurofin também tinha valências na área hoteleira e no termalismo, pois, como sabem, a Suíça é um país que tem uma atividade nos sectores termal e turístico muito importante.

O Grupo, que detinha as Termas de Monfortinho e do Vimeiro, a certa altura, procurou, com a Eurofin, que especialistas da área do termalismo viessem ajudar a dar a volta à dificuldade que havia em rendibilizar estas entidades.

A área da Beira Baixa — as Termas de Monfortinho e o Hotel Astória, como também o Hotel do Vimeiro — tinha uma rendibilidade muito difícil, apesar de ser uma zona muito bonita, aliás, passei uma grande parte da minha juventude na Beira Baixa e sou um beirão do coração. Um irmão meu levou essa exploração, e foi considerado pela Câmara Municipal de Idanha ao ponto de lhe terem feito um busto que foi colocado à entrada de Monfortinho, mas a verdade é que há grandes problemas de rendibilização pela dificuldade do acesso ao mercado de uma região tão longínqua no nosso País.

Os senhores da Eurofin destacaram suíços para virem verificar essas termas e também as do Vimeiro, eles interessaram-se e adquiriram essas empresas.

O que posso dizer é que se em relação às Termas de Monfortinho e aos hotéis da Beira Baixa as dificuldades continuam, estão constantemente em reestruturação, a reduzir custos e devem já ter criado algum desemprego na região, no caso do Vimeiro houve um caso de sucesso, porque as Águas do Vimeiro tiveram uma excelente recuperação como águas termais. Acredito que tenham dado a volta e que possam agora, tanto quanto fui informado — mas já não tenho informações sobre isso há, pelo menos, cinco meses —, entrar num nível de sustentação, o que aconteceu com o apoio e a experiência da Eurofin neste domínio.

Sobre se o provisionamento do Banco de Portugal foi por maldade ou teimosia, julgo que não. Não vou dar uma opinião sobre isso, vou deixar aos Srs. Deputados a possibilidade de, à medida que forem aprofundando os conhecimentos sobre o que se passou no Banco Espírito Santo ao longo do tempo, poderem concluir sobre essa realidade.

O Sr. Deputado Pedro Alves referiu instruções do BES para vender todos os ativos e comprar apenas um ativo. Desculpe, eu não sei que instruções foram essas, não me lembro de ter dado instruções nesse sentido. Já agora, diga-me qual foi o ativo que foi decidido comprar.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Estamos a perguntar isso mesmo! Se tem conhecimento de que foi dada essa orientação aos gestores de conta...

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não tenho conhecimento. O que posso dizer é que os gestores de conta...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Então, não é do seu conhecimento. É isto que queremos saber. Não é do seu conhecimento que tenha sido dada qualquer orientação aos gestores.

O Sr. Dr. **Ricardo Salgado**: — Não acredito que essas instruções tenham sido passadas pelas diretorias do Banco Espírito Santo, pelas diferentes direções. Nós tínhamos o retalho, tínhamos o *private banking*, nos particulares, tínhamos pequenas empresas, médias empresas, e por aí fora, onde havia sempre gestores especializados, que eram muito cuidadosos na colocação — aliás, era essa a recomendação.

Passando a outra questão, o Sr. Governador nunca falou comigo sobre o Grupo Queiroz Pereira. O Sr. Vice-Governador abordou o tema comigo uma ou duas vezes, mas, de qualquer forma, a intenção era resolver

o assunto, desde que... A nossa preocupação era que as irmãs, neste caso, a Maude Queiroz Pereira fosse tratada de uma forma minimamente razoável pelo Sr. Pedro Queiroz Pereira, pelas relações antigas que existiam, e que já aqui referi, com a família Queiroz Pereira.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, dou por terminada a audição.

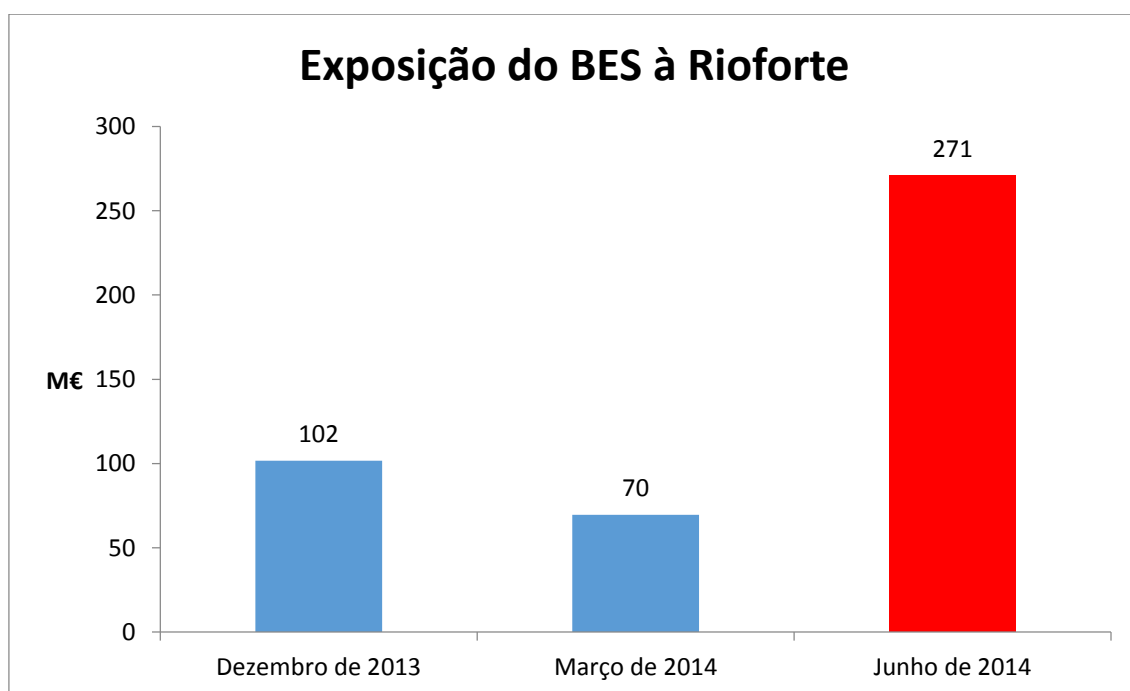
Cumprimento, mais uma vez, o Sr. Dr. Ricardo Salgado, agradecendo o contributo dado para os nossos trabalhos, e cumprimento igualmente as pessoas que o acompanharam.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 14 minutos.

Gráfico exibido pelo Deputado do PSD Carlos Abreu Amorim

gráfico 1 — [voltar](#)



Fonte: KPMG, Junho 2014

Gráficos exibidos pelo Dr. Ricardo Salgado

gráfico 2 - voltar

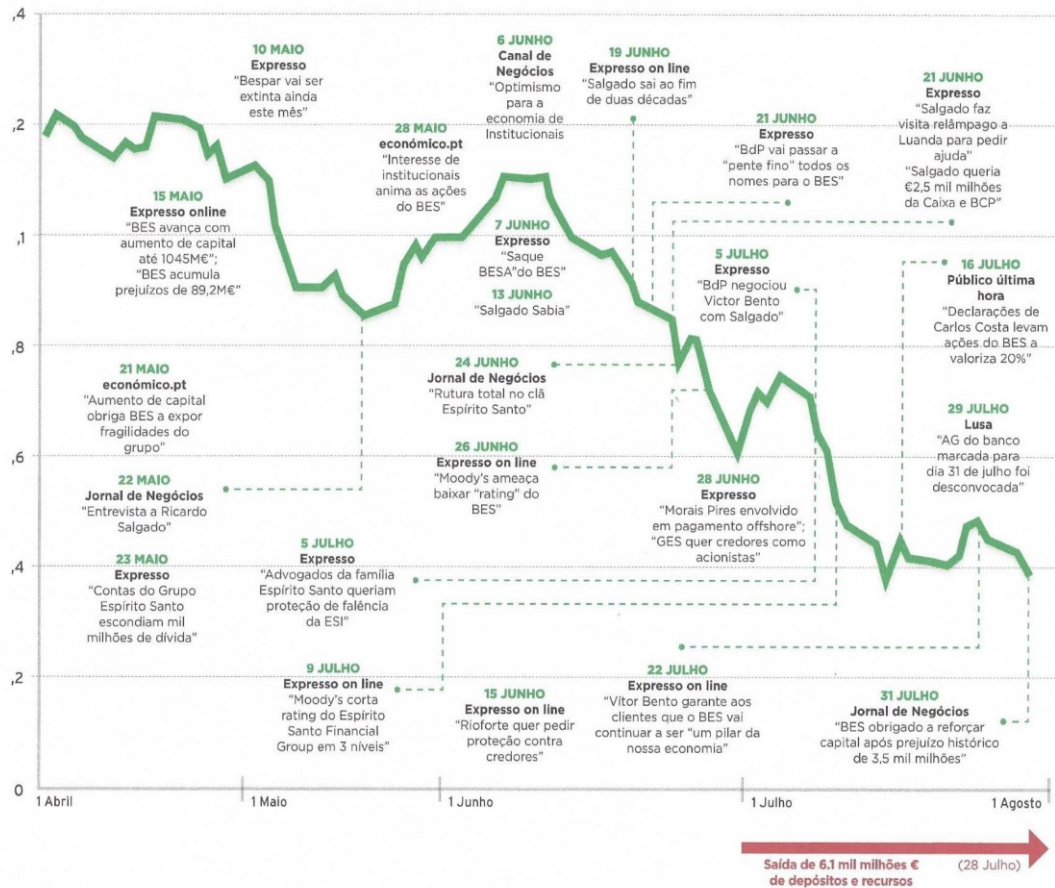
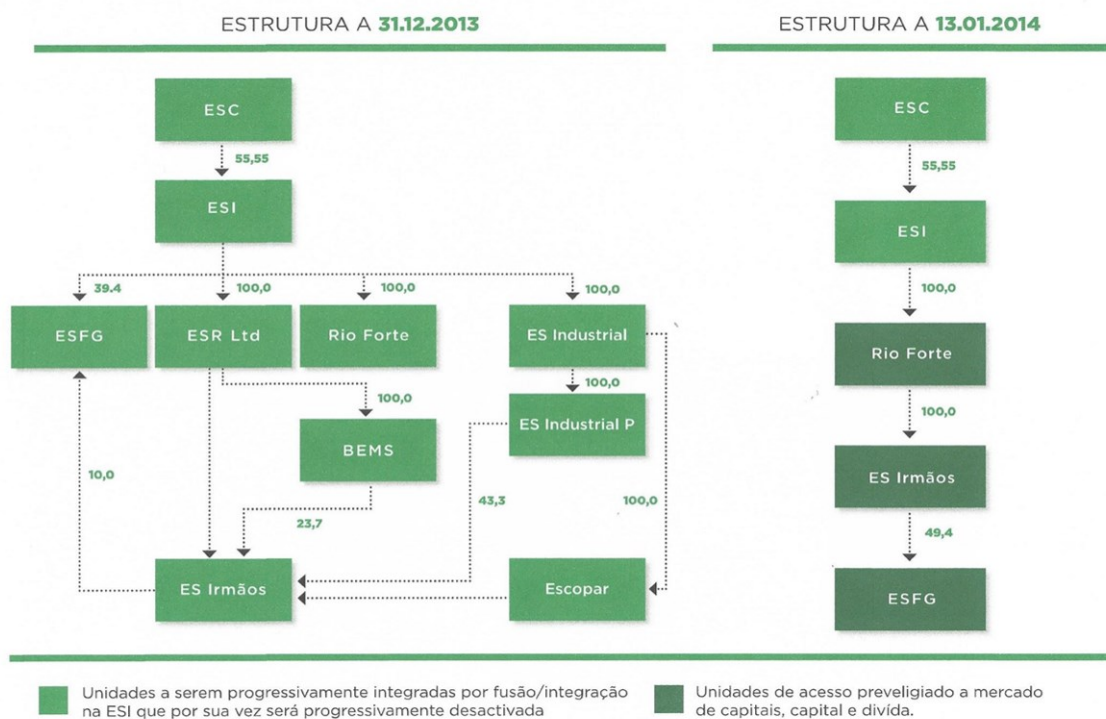


gráfico 3 - [voltar](#)



A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.